

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

FERNANDO SOUSA TEIXEIRA

**POLÍTICA E NACIONALISMO NOS *ANNALES D'HISTOIRE ÉCONOMIQUE ET
SOCIALE* (1929-1938)**

GOIÂNIA
2018

**TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR
VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES E DISSERTAÇÕES
NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG**

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

1. Identificação do material bibliográfico: ☒ **Dissertação** ☐ **Tese**

2. Identificação da Tese ou Dissertação:

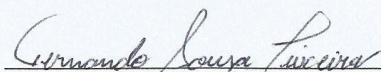
Nome completo do autor: Fernando Sousa Teixeira

Título do trabalho: "Política e nacionalismo nos *Annales d'Histoire Économique et Sociale* (1929-1938)"

3. Informações de acesso ao documento:

Concorda com a liberação total do documento ☒ **SIM** ☐ **NÃO**¹

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF da tese ou dissertação.


Assinatura do(a) autor(a)²

Ciente e de acordo:


Assinatura do(a) orientador(a)²

Data: 17 / 07 / 2018

¹ Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. A extensão deste prazo suscita justificativa junto à coordenação do curso. Os dados do documento não serão disponibilizados durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

² A assinatura deve ser escaneada.

FERNANDO SOUSA TEIXEIRA

POLÍTICA E NACIONALISMO NOS *ANNALES D'HISTOIRE ÉCONOMIQUE ET SOCIALE* (1929-1938)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Faculdade de História, da Universidade Federal de Goiás, como requisito para a obtenção do título de Mestre em História.

Linha de Pesquisa: Ideias e Escritas na (da) História.

Orientador: Prof. Dr. Cristiano Alencar Arrais

GOIÂNIA
2018

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Teixeira, Fernando Sousa
Política e nacionalismo nos Annales d'Histoire Économique et Sociale (1929-1938) [manuscrito] / Fernando Sousa Teixeira. - 2018.
126 f.

Orientador: Prof. Cristiano Pereira Alencar Arrais.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás,
Faculdade de História (FH), Programa de Pós-Graduação em História,
Goiânia, 2018.
Bibliografia.
Inclui siglas, gráfico.

1. Teoria da História. 2. Revista histórica. 3. Annales d'Histoire Économique et Sociale. 4. Historiografia metódica. I. Arrais, Cristiano Pereira Alencar, orient. II. Título.

Ata da Sessão de julgamento da Defesa de Dissertação de Mestrado de **Fernando Sousa Teixeira**. Aos 05 (cinco) dias do mês de julho de dois mil e dezoito (2018), com início às 14h, nas dependências da Faculdade de História, teve lugar a sessão de julgamento da Defesa de Dissertação de Mestrado de **Fernando Sousa Teixeira**, cujo título foi **"Política e Nacionalismo nos Annales d'Histoire Économique et Sociale (1929-1938)"**. A Banca Examinadora foi composta, conforme portaria nº039/18-PPGH, de 04 de julho de 2018, pelos seguintes Professores Doutores: **Cristiano Pereira Alencar Arrais (Presidente)**, **Rebeca Gontijo Teixeira (UFRRJ)**, **Eugênio Rezende de Carvalho (UFG)** e, como suplente, **Francesco Guerra (UFG)**. Os Examinadores arguíram na ordem acima citada. Às 16 horas a Banca Examinadora passou a julgamento em sessão secreta tendo sido o candidato Fernando.....

Profa. Dra. **Rebeca Gontijo Teixeira (UFRRJ)** Ass.: Rebeca Gontijo Teixeira.....

Decisão (...APROVADO.....)

Prof. Dr. **Eugênio Rezende de Carvalho (UFG)** Ass.: Eugênio Rezende de Carvalho.....

Decisão (...APROVADO.....)

Presidente da Banca Prof. Dr. **Cristiano Pereira Alencar Arrais (UFG)**, Ass.: Cristiano Pereira Alencar Arrais.....

Decisão (...APROVADO.....)

Reaberta a Sessão Pública, o Presidente da Banca Examinadora proclamou os resultados e encerrou-a, da qual foi lavrada a presente ata que vai assinada por mim, Marco Aurélio Fernandes Neves, secretário do Programa de Pós-Graduação em História, e pelos membros da Banca Examinadora.

Sub-Coordenador: Marco Aurélio Fernandes Neves.....

Prof. Dr. **Jani Fernando Langaro**

Secretário: Marco Aurélio Fernandes Neves.....

Marco Aurélio Fernandes Neves

FERNANDO SOUSA TEIXEIRA

POLÍTICA E NACIONALISMO NOS *ANNALES D'HISTOIRE ÉCONOMIQUE ET SOCIALE* (1929-1938)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Faculdade de História, da Universidade Federal de Goiás, como requisito para a obtenção do título de Mestre em História.

Linha de Pesquisa: Ideias e Escritas na (da) História.

Orientador: Prof. Dr. Cristiano Alencar Arrais

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Cristiano Alencar Arrais (UFG)
(Presidente)

Prof. Dr. Eugênio Rezende de Carvalho (UFG)
(Arguidor)

Profa. Dra. Rebeca Gontijo Teixeira (UFRRJ)
(Arguidora)

Prof. Dr. Francesco Guerra (UFG)
(Suplente)

Goiânia, _____ de _____ de 2018

Para “Seu Dávi”, meu avô, este trabalho é
carinhosamente dedicado.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de demonstrar um pouco da minha gratidão a todos aqueles que de alguma forma, direta ou indiretamente, estiveram comigo nesse percurso. Meu primeiro obrigado se destina ao meu nobre amigo Victor Emanuel, companheiro de estradas e dramas. Ao mesmo tempo, não posso me esquecer de Lucas Alves pela atmosfera favorável e otimista que sempre conseguiu criar. Outro nome, não menos importante, foi o do “antigo” e “moderno” Juliano Pirajá, simplesmente receptivo e amigoso. Também agradeço ao jovem Juscelino de Sales pela “camaradagem imediata” e, claro, ao seu primo e meu amigo Joaquim.

Agradeço ainda aos professores que durante pouco mais de dois anos me deram o privilégio de conhecê-los. Além de Carlos Oiti (grande figura), sou grato a Eugênio de Carvalho a quem admiro bastante pela seriedade, organização e dedicação, ao professor Cristiano Arrais que como orientador me apresentou caminhos e compreendeu vários dos meus desafios. Também *sono contento* ao lembrar da pessoa de Francesco Guerra, cujas considerações contribuíram para a minha pesquisa.

Igualmente, sou grato às pessoas que compartilharam um pouco das minhas angústias e torceram por mim nesse período. Aqui me refiro a Delma, Paulinha, Adriana, Fatinha, Ivaneide, Rosilda, Joel, Porfírio, Esmeralda (“pedra preciosa”), Valdeck e Mailton. Agradeço ainda a Ana Paula, uma pessoa que acabo de conhecer e já admiro pela postura, sinceridade e “fé” com que leva seu trabalho, aos colegas de trabalho, Diane, Maurício e Márcia, pela disposição em ajudar. Do mesmo modo, agradeço ao pastor Raniero Petrucci em virtude das primeiras aulas de francês, tão informais quanto significativas.

Os meus sinceros agradecimentos a minha família que, embora não compreendesse muito bem o propósito de minhas idas e vindas de Formosa a Goiânia, sempre me incentivou. Obrigado, sobretudo aos meus pais, Marlene de Sousa e Paulo Teixeira, pela preocupação. Após chegar cansado em casa nunca fiz outra coisa senão enviar uma mensagem de celular para cada um deles dizendo: “Cheguei bem. Boa noite!” Por fim, agradeço a minha esposa, não que seja a última pessoa da lista, longe disso, é a mulher com quem durmo, acordo e sonho. Com ela não tive idas e vindas, mas consegui ir além dos caminhos, pude justificar minha existência e multiplicar.

RESUMO

A presente dissertação investiga a política e o nacionalismo na revista dos *Annales d'Histoire Économique et Sociale*. Inicialmente, aborda os antecedentes do referido periódico em termos políticos. Nesse sentido, alguns historiadores que lidaram com a política em suas obras foram selecionados. São os casos de Fustel de Coulanges perante a derrota francesa para a Prússia em 1870, de Gabriel Monod que tratou do progresso do conhecimento histórico e fundou a *Revue Historique*, Ernest Lavisse que concebeu a nação enquanto expressão política e Charles Seignobos que tomou o conhecimento histórico como um instrumento de educação política. Em seguida, mostramos a relação da revista com a política. Antes disso, enalteçemos a organização dos *Annales*, seus temas, autores etc. Em suas páginas, encontram-se a política que de alguma maneira permaneceu e os grandes nomes (que por sinal são figuras políticas). Com efeito, destacamos um nacionalismo que se expande, sobretudo, em direção ao continente africano. Por fim, o trabalho pretende conhecer melhor um tema pouco explorado da revista, além de perceber mudanças e permanências entre os historiadores supracitados e os *AHES*.

Palavras-chave: Historiografia, revista dos *Annales*, metódicos, política, nacionalismo.

ABSTRACT

This dissertation investigates politics and nationalism in the *Annales d'Histoire Économique et Sociale*. Firstly, it approaches the background of this review in political terms. In this sense, some historians who worked with politics in their books were selected. It is the cases of Fustel de Coulanges before the french defeat to Prussia in 1870, of Grabriel Monod who approached the progress of historical knowledge and founded the *Revue Historique*, Ernest Lavisse who conceived the nation as political expression and Charles Seignobos who considered the historical knowledge as an instrument of political education. Next, we show the relationship of the review with politics. Before that, we praised the organization of the review, its themes, authors, among other. In its pages, one finds the policy that somehow remained and the big names (political figures). Moreover, we emphasize a nationalism that expands, especially, towards the African continent. Finally, the dissertation intends to know better a little explored topic of the review, besides perceiving changes and stays between the historians mentioned above and the AHES.

Keywords: Historiography, Annales review, methodical, politics, nationalism.

LISTA DE SIGLAS

AHES: *Annales d'Histoire Économique et Sociale*

RSH: *Revue de Synthèse Historique*

RQH: *Revue des Questions Historiques*

RH: *Revue Historique*

RHMC: *Revue d'Histoire Moderne et Contemporaine*

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Gráfico geral dos principais colaboradores dos *AHES*.

Gráfico 2: Recorte espacial conforme seleção temática dos *AHES*.

Gráfico 3: Principais temáticas (*Entrée*).

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
 CAPÍTULO I – ANTECEDENTES DOS ANNALES SOBRE POLÍTICA	
1.1 Fustel de Coulanges (1830-1889): o compromisso político com a nação perante a derrota de 1870	28
1.2 Gabriel Monod (1842-1922): o progresso do conhecimento histórico e a <i>RH</i>	39
1.3 Ernest Lavisse (1844-1912): a nação como expressão política histórica	46
1.4 Charles Seignobos (1854-1942): o conhecimento histórico como instrumento de educação política	52
 CAPÍTULO II – A POLÍTICA ECLIPSADA	
2.1 A revista dos <i>Annales d'Histoire Économique et Sociale</i> (1929-1938)	59
2.2 A politização da economia	68
2.3 Os grandes homens	78
2.4 O nacionalismo nos <i>Annales</i>	85
 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	103
 FONTES PESQUISADAS	117
 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	123

INTRODUÇÃO

Em 1929, nasceu em Estrasburgo, pelas mãos de Marc Bloch e Lucien Febvre, a revista dos *Annales d'Histoire Économique et Sociale*. À época, os historiadores metódicos, equivocadamente conhecidos como “positivistas”, exerciam verdadeira hegemonia sobre a história nos mais diversos níveis, dispunham de cátedras em prestigiadas universidades (Sorbonne e Collège de France), compunham manuais, livros didáticos e revistas. Toda uma rede comunicativa, que havia contribuído para a institucionalização da história enquanto ciência, divulgava determinada perspectiva historiográfica voltada para a contingência, a política, a diplomacia, entre outros.

Diante desse contexto, o que os *Annales d'Histoire Économique et Sociale* trazem em termos de novidade? Ou ainda, o que permanece dos metódicos em um periódico que se autointitula econômico e social? Com o intuito de refletir sobre esse problema, partimos da hipótese de que há continuidade no concernente à política que tem como um dos seus principais focos o nacionalismo.

Embora a revista seja quase sempre associada ao progresso da história econômica e social, não podemos nos esquecer de sua polifonia de vozes e temas (colonização europeia, políticas de governo, doutrinas, técnicas e etc.). Decerto, um dos méritos dos recentes estudos sobre as revistas históricas (*vide* ARRAIS & BENTIVOGLIO, 2017), que se deparam com o desafio de superar o reducionismo, o contextualismo, o estudo dos grandes historiadores entre outros, consiste em revelar a multiplicidade de autores (célebres ou obscuros) e práticas diversas presentes no campo historiográfico.

Muitos historiadores identificaram os *AHES* a uma Escola historiográfica (ou programa), dando ênfase às fissuras geracionais entre os ditos historiadores “positivistas” e os inovadores analistas. Os ataques de Lucien Febvre aos seus predecessores converteram-se praticamente em uma espécie de *apriorismo* interpretativo. Logo, a revista se tornou uma “metralhadora” carregada em direção aos opositores.

Contudo, cabe lembrar que a revista dos *Annales d'Histoire Économique et Sociale* não confinava seus colaboradores em gavetas específicas e tampouco se confundia com uma confraria. Se negado isso, como lidamos com o caso de Marc Bloch, cuja pena esteve presente tanto na *Revue Historique* associada à Escola Metódica quanto nos *AHES*?

Do mesmo modo, alguns participantes assíduos do primeiro projeto editorial levado a cabo por Bloch e Febvre, incluindo membros do alto escalão, apresentaram considerável

interação no “universo dos periódicos”. A saber, Henri-Sée escrevia tanto para *RH* quanto para *RSH*, assim como os pais fundadores, sem nos esquecermos de George Bourgin, Paul Leuilliot, A. Piganiol, dentre os colaboradores da *Revue Historique*.

Com ênfase nas rupturas vinculadas a nomes consagrados, acabou-se por ignorar o trabalho, por vezes contínuo, de outros pesquisadores, bem como o uso que fizeram do periódico. Conforme Anthony Grafton (1998, p. 33), o gosto dos estudantes de historiografia se concentrou mais nas declarações explícitas de seus sujeitos do que em suas práticas técnicas, principalmente aquelas que eram mais silentes do que abertamente transmitidas e praticadas.

Para além das polêmicas e declarações amplamente difundidas, podemos perceber não tão somente tais práticas, mas, igualmente, a presença de determinados valores e ideias, por vezes, persistentes. Nesse sentido, as investigações concernentes às revistas históricas têm suscitado novas e instigantes possibilidades de pesquisa, sobretudo, ao indicar a dinâmica da própria escrita da história.

De acordo com Arrais (2017, p. 354), o modelo interpretativo icônico “destaca as realizações individuais sem ponderar de modo preciso seus contextos dialógicos. Acaba por transformar historiadores exemplares em modelos historiográficos, gênios criadores ou destruidores de paradigmas”. Apesar de intrinsecamente associada aos grandes nomes e à materialização de uma nova maneira de fazer história, cuja ancestralidade e herança são reclamadas pelos atuais *Annales. Histoire, Sciences Sociales*, a revista propriamente recebeu pouca atenção.

Atualmente, com raras exceções, mesmo ocupando lugar de destaque para difusão de trabalhos acadêmicos, sua disponibilidade e livre acesso (via internet), além de sua relevância para a história da história contemporânea, como escreveu Bentivoglio, a “revista histórica” ainda não é concebida como um objeto particular, tampouco é alvo de constante reflexão por parte dos historiadores (BENTIVOGLIO, 2017, p. 8).

Assim como a ampliação de cátedras, coleções, documentos e manuais, as revistas históricas também desempenharam importante papel para o debate, divulgação e consolidação da disciplina. Muitos artigos, hoje considerados “clássicos” da historiografia, foram inicialmente publicados em revistas, tais como: *Du progrès des études historiques en France depuis le XVIe siècle* (MONOD, 1876), *Face au vent: manifeste des Annales nouvelles* (FEBVRE, 1946) e *Histoire et Sciences sociales: La longue durée* (BRAUDEL, 1958).

Os periódicos promoviam (e promovem) a informação e o conhecimento, contribuíam para o avanço de pesquisas futuras (FINK, 2004), mantinham características próprias. A saber, apresentavam formato semelhante com documentos, artigos de fundo, breves comentários sobre publicações recentes, resenhas sobre temas específicos entre outros (FINK, 2004, pp. 129-130). A preocupação com a escrita histórica, a pesquisa, a vida científica e a leitura atenta da produção intelectual de seu tempo são notáveis nos *AHES*. Inteirados quanto ao conteúdo científico que era produzido, urgia divulgá-lo e dele tirar o maior proveito a favor da história.

Porém, ressaltemos que nem tudo se limita ao impresso, sobressaltam os desafios inerentes à própria empresa: o problema da vendagem, a organização da equipe, a seleção dos escritos, a captação de colaboradores e a política editorial. Bertrand Müller (1995, p. 126) aventou os problemas e dilemas em torno dos diretores dos *Annales* e a casa de edição Armand Colin, deixando claro que mesmo um projeto intelectual se via preso às exigências editoriais e comerciais.

A propósito de nosso objeto de pesquisa, ao invés de fornecermos apenas dados sobre as áreas de interesse, os principais temas, os colaboradores e os recortes espaciais presentes nos *AHES* entre 1929 e 1938, sob o risco de parecermos superficiais, muito embora tivéssemos ressaltado a organização da revista e o que explorara (ou não), por ora optamos em investigar melhor aquilo que ecoa como a “antítese” da revista e do movimento dos *Annales*. Acreditamos que essa estratégia, uma vez percebida a riqueza do periódico, nos permitirá, em alguma medida, abrir mão de vários aspectos sem homogeneizá-lo e reduzi-lo.

Durante as primeiras décadas do século XX, quais mudanças se operam no campo político? Com que par de olhos a revista observa tais transformações? A história econômica e social levada adiante pela geração dos *Annales*, que atingiu a idade adulta após a Grande Guerra, implicaram o declínio da historiografia metódica centrada nos fatos políticos, nos grandes nomes, na nação, no Estado e etc.

Entretanto, quando isso se deu propriamente? Com a fundação da revista dos *Annales* (1929)? Teria o crash da Bolsa de Nova Iorque desferido o derradeiro golpe contra os metódicos, ao chamar atenção para os impactos econômicos sobre a vida social? As noções de ruptura e mesmo revolução mascaram elos e pretensões semelhantes entre gerações distintas. Caso consideremos essa afirmativa, nos referimos a quais pontos de confluência? E, além disso, como compreendê-los?

Assim, é nosso propósito investigar a continuidade da política e o nacionalismo nos *Annales d'Histoire Économique et Sociale* tomando como referência a historiografia metódica. Sobre essa esteira, pretendemos perceber como os metódicos conceberam a política, a nação, quais questões colocavam e sua relação com a convergência de fatores contingenciais. Cabe enfatizar que lançamos mão de apenas alguns historiadores metódicos; lidar com a historiografia metódica, propriamente dita, seria uma tarefa hercúlea e inconcebível.

A propósito da revista, pretendemos perceber de que maneira a política e o nacionalismo surgem em suas páginas, quem são os principais autores e temas abordados nesse sentido. Por fim, ao comparar e aproximar a historiografia metódica – representada nas pessoas de Seignobos, Coulanges, Lavissee e Monod – e a revista, temos como escopo encontrar semelhanças e diferenças entre ambas.

Ao nosso sentir, a política com os metódicos parece associada ao agir consciente e transformador da sociedade. Com isso, a história converte-se em um instrumento político em prol da nação, seja dando conta de seu percurso ao longo dos séculos ou sob outras formas. A nação seria concebida como expressão política, vontade coletiva e não a unificação de vários indivíduos operada pelos laços raciais e linguísticos. Os historiadores participam dessa discussão e não reconhecem, por exemplo, a legitimidade alemã sobre os territórios conquistados com a Guerra Franco-Prussiana, a reivindicação do vencedor não se daria em conformidade com o “preceito da nacionalidade”.

Dentro das conjecturas, sustentamos que, apesar da revista e o movimento dos *Annales* serem sobejamente conhecidos pela sua investida em prol de uma história econômica e social em detrimento da história tradicional vinculada à política, o periódico apresentou temas recorrentes à historiografia da segunda metade do século XIX como a colonização europeia, a ocupação de terras, o papel das políticas de governo, inclusive, tomando medidas que garantissem a salubridade econômica do país. Ao mesmo tempo, pensamos que a preocupação com os elementos constitutivos da nação francesa e a expansão nacional sob a forma de colonialismo constituem ingredientes nacionalistas.

Aliás, caso lancemos nosso olhar para as primeiras décadas do século XX, quais transformações podemos verificar nesse sentido? Acaso a legitimidade da colonização defendida por Ernest Lavissee (1913) em seu curso elementar de história da França, é menos expansionista do que a preocupação de Henri Labouret, então publicada nos *AHES* (1929), com a administração colonial a propósito das questões africanas? A dificuldade de Coulanges

(1893) em perceber a política de conquista como um problema para além da Europa, conforme seu artigo intitulado *La politique d'envahissement: Louvois et M. De Bismarck*, não é tão grande quanto o eurocentrismo de Lucien Febvre ao retornar da Exposição Colonial Internacional em Paris (1931) expresso no artigo *L'histoire économique et la vie: leçons d'une exposition* publicado nos *Annales* de 1932?

Política e Nacionalismo são temas recorrentes na historiografia metódica, conforme está sobejamente examinado pela historiografia. Por seu turno, a revista dos *Annales* rejeitou a história que servia ao propósito nacionalista, mas não deixou de defender a nação embora projetasse outros meios mediante uma postura pacífica, além de passar ao longe de discussões sobre o fascismo e o stalinismo. Contudo, permanece a ambição da expansão nacional para além do continente, ainda que fosse evidente sua relação com o nacionalismo e a Guerra. Qual nacionalismo estaria sendo combatido?

Quanto aos pressupostos teórico-metodológicos, o presente trabalho encontra respaldo na história que toma a política como um aspecto da cultura. Algumas considerações feitas por René Rémond (2003) acerca da noção de “cultura política” revelam-se pertinentes nesse sentido, porquanto pode nos ajudar a pensar comportamentos e fenômenos políticos. Para o historiador, tal noção vislumbra vários ritmos: “É na longa duração que se encontra a história das formações políticas e ideológicas, ou seja, a cultura política, que por sua vez servirá a reflexão sobre os fenômenos políticos” (BERSTEIN, 1998, p. 349). Sendo possível pensar a política como algo permanente, mais um (e não menos significativo) aspecto cultural presente na realidade.

De acordo com Bernstein, a perspectiva da cultura política visa compreender as motivações que levam o homem a adotar este ou aquele comportamento político. Por seu turno, a hipótese investigativa percebe a cultura política “adquirida pelo homem como um núcleo duro que informa sobre as escolhas em função da visão do mundo que traduz” (BERSTEIN, 1998, p. 359). O estudo da cultura política, ao mesmo tempo como resultante de uma série de experiências vividas e como elemento determinante da ação futura, “retira a sua legitimidade para a história da dupla função que reveste” (BERSTEIN, 1998, p. 359).

O político desvinculado de uma definição estreita que o isola de outras dimensões da vida coletiva e dos outros aspectos da existência individual (RÉMOND, 2003, p. 35), não implica superficialidade, caso seja comparado a outros componentes (comportamento familiar, estruturas sociais, *habitus*). Muito pelo contrário, a aproximação com outras disciplinas acentuou a percepção de que o político mantém relações com outros domínios.

“Não há, por exemplo, razão científica para estabelecer uma ligação mais estreita do político com o econômico que com o ideológico, o cultural, ou qualquer outro termo de relação” (RÉMOND, 2003, p. 36).

De acordo com Sirinelli, a gênese da noção de cultura política emergiu, justamente, em um grupo de historiadores que percebia vínculos entre o político e o social – muito embora o político se apresentasse de modo autônomo (existindo por si só) em relação ao social. De tal modo, essa autonomia alcançaria os atores políticos (individuais e coletivos).

A ideia seria, diante disso, lançar mão de contribuições e ferramentas da história cultural¹ para explorar tais atores e, sobretudo, suas estruturas mentais. “As culturas políticas constituíam [...] uma espécie de código e um conjunto de referentes, formalizados dentro de um partido político ou mais amplamente difusos dentro de uma família ou uma tradição política” (SIRINELLI, 2015, p. 316). A partir dessa definição, Serge Bernstein (2003, p.354) observou a pluralidade de culturas políticas, que apesar das diferenças (manifestas em algum momento histórico ou país), nutrem, digamos assim, uma “base” de valores partilhados.

Ademais, Bernstein afirma que a cultura política é um fenômeno evolutivo. Não é algo fortuito ou acidental, corresponde às respostas (algumas ousadas ou inovadoras que demoram a se impor) dadas a uma sociedade diante dos grandes problemas e crises que a envolvem, “respostas com fundamento bastante para que se inscrevam na duração e atravessem as gerações” (BERSTEIN, 2003, p. 355). Outrossim, a cultura política é elaborada e difundida sob as mais diversas influências (outras culturas políticas, temas, modelos e normas difundidas), a “cultura prepara terreno para o político” (BERSTEIN, 2003, p. 357).

Em relação ao nacionalismo, tomamos de empréstimo a noção de Eric Hobsbawm. Conforme o historiador inglês, a nacionalidade não se limita a uma única dimensão (política, cultural ou qualquer outra), com exceção dos casos em que a *force majeure* [força maior] dos Estados se impõe (HOBSBAWM, 1990, p. 18). Diante dessa dificuldade, Hobsbawm não estabelece nenhuma definição *a priori* para o termo “nação”. Nesse caso, seria preferível o agnosticismo e uma hipótese inicial a qual a nação aparece como “qualquer corpo de pessoas suficientemente grande cujos membros consideram-se como membros de uma ‘nação’” (HOBSBAWM, 1990, p. 18). Trata-se de uma abordagem conceitual que pressupõe uma estreita relação de sentido entre nação e nacionalismo. Além disso, somente a partir da Era

¹ Conforme Bernstein (2003, p. 363), o interesse pelos fenômenos políticos “revela um dos interesses mais importantes da história cultural, o de compreender as motivações dos actos dos homens num momento da sua história, por referência ao sistema de valores, de normas, de crenças que partilham, em função da leitura do passado, das aspirações para o futuro, das suas representações da sociedade, do lugar que nele têm e da imagem que têm da felicidade”.

das Revoluções o conceito de nação, anteriormente vinculado a questões culturais, linguísticas e a pequenos grupos, adquire sua acepção moderna, um sentido político (HOBSBAWM, 1990, p. 30).

Dentre as referências do historiador, encontra-se o filósofo e antropólogo de origem judaica Ernest Gellner (1925-1995) para o qual o nacionalismo consiste, fundamentalmente, em “um princípio que sustenta que a unidade política e nacional dever ser congruente” (GELLNER, apud HOBSBAWM, p. 18). Ademais, a nação não implica algo originário e imutável, pertence a um período histórico particular e recente, o próprio nacionalismo lhe é anterior. Conforme Hobsbawm (1990, p. 19), o nacionalismo fomenta a nação e não o contrário.

Aliás, alguns mitos são criados nesse sentido (modos naturais ou divinos de classificar os homens como destino político inerente), posto que o nacionalismo, por vezes, “toma culturas preexistentes e as transforma em nações, algumas vezes as inventa e frequentemente oblitera as culturas preexistentes” (HOBSBAWM, 1990, p. 19). As demais observações do historiador inglês são uma espécie de ressalva para a pesquisa em torno da nação.

Os fenômenos atrelados à nação devem ser analisados levando em consideração a língua, questões culturais, condições políticas, econômicas e administrativas. Ao mesmo tempo, a compreensão da nação passa tanto pelo “alto” quanto pelo “baixo”. As nações “são fenômenos duais, construídos essencialmente do alto, mas que, no entanto não podem ser compreendidas sem ser analisadas de baixo” (HOBSBAWM, 1990, p. 20). Por fim, Eric Hobsbawm destaca que a consciência nacional se desenvolve de maneiras distintas conforme os grupos e as regiões sociais de um país.

O tema do nacionalismo apresenta diversidade e importância, segundo Châtelet, Duhamel e Psier-Kouchener, tanto alimenta os partidários quanto os detratores da Revolução, tanto os arautos da liberdade quanto os nostálgicos da autoridade, tanto os contestários quanto os conformistas (CHÂTELET, DUHAMEL, PSIER-KOUCHENER, 2000, p. 96).

Quanto ao acervo bibliográfico, há uma enormidade de trabalhos sobre os *Annales*. Cabe ressaltar que nem todos tratam, especificamente, da revista e alguns a associam diretamente com o movimento. Igualmente, alguns de seus comentadores consideram-se (ou são) membros dos *Annales*, são os casos de Febvre, Braudel e Le Goff. Possivelmente, a maior parte dos escritos consagra as diversas contribuições e rupturas promovidas em relação à historiografia “positivista”; com isso amplia-se a distância entre metódicos e analistas.

Contudo, parece haver uma tendência de releitura na medida em que o sucesso e o nascimento inevitável da revista são colocados em xeque, bem como certas acusações em torno dos metódicos são desfeitas (PROST, 1994; CARBONELL, 1978; NOIREIL, 2014; MATA, 2015).

Sem sombra de dúvidas, uma das leituras que mais contribuíram para o engrandecimento da imagem dos *Annales* pertence ao historiador inglês Peter Burke. Tratou-se de uma “Revolução Francesa” no campo historiográfico² conforme pontua sua obra intitulada “A Escola dos Annales 1929-1989: a revolução francesa da historiografia”. Por conseguinte, os predecessores outrora hegemônicos se afiguram como membros do “Antigo Regime”.

O período de vigência da revista, mais precisamente, teria coincidido com a “guerra de guerrilhas” (1920-1945), primeiro movimento dos *Annales* levado a cabo por um grupo pequeno, radical e subversivo. O periódico emergia com o propósito de uma “nova história” tendo na história política e militar, vigentes desde Heródoto e Tucídides, seus principais alvos.

As ideias diretrizes que suscitaram entusiasmo em vários leitores tanto na França quanto no exterior, conforme Peter Burke (2010, p. 12), poderiam ser resumidas em três: a substituição da história tradicional por uma história problema; a promoção de uma história de todas as atividades humanas e a interação com outras disciplinas (geografia, sociologia, psicologia, economia, etc.). As duas primeiras contrapõem-se, respectivamente, à narrativa dos acontecimentos e ao privilégio legado à história política, enquanto as relações com outras ciências seriam o “combustível” para o almejado sucesso de tais pretensões.

Em “A história nova” Jacques Le Goff (1988) associa o surgimento da história nova à Escola dos *Annales*. Nesse caso, a revista é considerada o “ato que fez nascer a nova história”. Porém, a renovação ocorrida na disciplina histórica (história total, história-problema, ampliação de fontes...) não era obra exclusiva de uma revista, de um pequeno grupo, dos historiadores de uma única nação. Havia uma ancestralidade a qual Le Goff não deixou de render homenagens. As contestações e o desejo de escapar aos contornos da história tradicional tinham sido impressas por autores precedentes (Voltaire, Michelet, Chateaubriand, Guizot e Simiand).

² A revolução historiográfica pensada por Burke (2010, pp. 137-143) é compreendida como a combinação de vários fatores como a revolta diante da história dos acontecimentos, a soma de inovações individuais, as contribuições (história-problema, história comparativa, história psicológica, geo-história da longa duração, história serial, antropologia histórica) e a expansão do campo de pesquisa em virtude da descoberta de novas fontes e desenvolvimento de novos métodos.

Amiúde, o “novo” é concebido sob o signo da revolta. Embora parte das técnicas do método “positivista” permanecesse válida, a história “positivista” representada por Charles Seignobos e Charles-Victor Langlois precisava ser combatida (LE GOFF, 1988, p. 28). Certos autores reconhecem algo de útil no método de crítica das fontes (BLOCH, 2001; REIS, 1999). Até 1939 os *Annales* teriam combatido, principalmente, a história política – nos moldes do “Manual de política estrangeira” de Émile Bourgeois (1892) – sob a bandeira de uma história profunda e total. Sendo necessário, “primeiro quebrar essa história pobre, solidificada, com a aparência enganadora de pseudo-história” (LE GOFF, 1988, p. 31).

O sucessor de Lucien Febvre na direção dos *Annales*. *Économies, Sociétés, Civilisations*, Fernand Braudel (2014) em seus “Escritos sobre a história” manteve o “capital bélico” de seu predecessor, reforçou os laços com os seus antecessores, defendendo a história como o estudo do social. No prefácio de *La Méditerranée* Braudel apresenta, resumidamente, a decomposição da história em planos escalonados (longa duração, média duração e curta duração). Com essa divisão, a história tradicional vinculada ao indivíduo e aos eventos aparece como “uma agitação de superfície, as ondas que as marés elevam em seu poderoso movimento” (BRAUDEL, 2014, p.14). Enfim, o historiador reduz o papel do acontecimento em prol de uma perspectiva estrutural.

Ao mesmo tempo, Braudel mantém o diálogo com outras disciplinas (antropologia, geografia, sociologia) e retoma as palavras impressas por Bloch e Febvre na primeira página dos *AHES* de 1929. Assim afirmou o historiador: “Espero também que não me reprovarão minhas ambições demasiado largas, meu desejo e minha necessidade de ver em ampla escala. A história talvez esteja condenada a estudar somente jardins bem fechados por muros” (BRAUDEL, 2014, p. 15).

Os próprios editoriais das revistas dos *Annales* reforçavam a herança e a continuidade de um projeto intelectual capitaneado por um determinado grupo (BLOCH & FEBVRE, 1939; FEBVRE, 1949; BRAUDEL, 1969). Conforme Fernand Braudel (2014, p. 33), o surgimento da revista dos *Annales* em 1929 é considerado um momento decisivo para a história francesa e os vinte anos posteriores (incluindo os demais títulos dos *Annales*) mostraram uma obra rica, repleta de esforços e exitosa, acolhida “como tudo que é forte”.

Em 1949, Lucien Febvre relativizou o êxito da revista. Se por um lado, o periódico contribui para o desenvolvimento da história econômica e social mediante tantos esforços traduzidos em trabalhos e na atração despertada nos jovens, por outro, não atingiu o ensino de

história que se mantinha preso ao arcaico, distante das grandes preocupações e sujeito aos programas oficiais.

É importante destacar que os ataques implacáveis de Lucien Febvre, sobretudo, aos historiadores metódicos, pouco aparecem nas páginas dos *AHES*. De sua obra *Combats pour l'Histoire* (1952) poucos textos foram extraídos da revista, *in loco*, ao passo que a *Revue de Synthèse Historique*, os *Annales d'Histoire Sociale* e os *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations* (criada em 1946) são mais expressivas nesse sentido. Aquele que se tornaria, talvez, o seu alvo principal e de seus herdeiros, Charles Seignobos, diferentemente do que alguns possam pensar, pouco é mencionado no periódico de 1929 a 1938.

No Brasil, o nome do professor José Carlos Reis é uma referência importante, uma vez que dispõe de várias obras, capítulos de livros e artigos sobre os *Annales*. A saber, “Nouvelle Histoire e o Tempo Histórico: a contribuição de Febvre, Bloch e Braudel” (2008), “A Escola dos Annales e a Inovação em história” (2000) e “A história entre a filosofia e a ciência” (1999), que traz um capítulo especial sobre o programa dos *Annales* “face aos eventos” da história.

Segundo o historiador, o programa dos *Annales* teria causado uma “mudança substancial” no conhecimento histórico (REIS, 1999, p. 59). Segundo ele, havia certo descompasso entre a “história efetiva” e o “conhecimento histórico” do qual resultara um cenário de crise. Lucien Febvre (1989, pp. 33-34) apontava para esse atraso durante conferência dirigida na *École Normale Supérieure* (1941) aos alunos recém-chegados à disciplina (publicada em “Combates pela história”, 1989) e a imperiosa necessidade de renová-la à guisa de outras disciplinas, incluindo a jovem sociologia.

A “historiografia normal” não conseguiu superar, de acordo com Reis (199, p. 59), os novos problemas que se impuseram, sendo incapaz de formular problemas-enigmas nesse sentido e quando o fazia não conseguia solucioná-los com os instrumentos dos quais dispunha. Sob o prisma do historiador, a concepção de tempo histórico (inadequada aos novos desafios), a defasagem epistemológica e o despontar das ciências sociais tornam essa historiografia bastante frágil.

Na perspectiva de Reis (1990, pp. 60-61), com os *Annales*, as velhas crenças, previsões e preconceitos teriam sido abolidas. Mesmo a concepção de “ciência histórica” modificara-se e a pesquisa, os instrumentos, os objetos e objetivos recebiam novo olhar. Ainda que utilizadas enquanto “expressões comuns” (“história normal”, “revolução científica”) esse tipo de análise amplia consideravelmente a distância entre metódicos e

analistas. Reforça a perspectiva dos *Annales* como uma expressão do progresso que altera a compreensão do processo histórico, da história tradicional como “história normal”. Essa seria a “mudança substancial” provocada pelos *Annales* enquanto “revolução científica” (REIS, 1999, pp. 60-63).

Tal oposição é levada ao campo editorial francês com Bourd  e Martin (1983). As revistas dos *Annales d'Histoire  conomique et Sociale* e a *Revue Historique* representam, respectivamente, as escolas dos *Annales* e metódica. O perigo dessa leitura consiste em negligenciar o constante trânsito dos historiadores que não se limitavam em colaborar com apenas uma revista (a título de exemplo: Bloch e Febvre contribuíam com a *Revue Historique* entre outras).

Por outro lado, temos algumas leituras que desconsideram a grande ruptura, o êxito imediato e o nascimento da revista como algo inevitável. O historiador Bertrand Müller (1995) em *Une esp ce de petite révolution intellectuelle: la correspondance Bloch-Febvre* chama atenção para as dificuldades, resistências e incertezas vividas pela revista, pontos esquecidos por muitos de seus comentadores. Certamente, uma das grandes diferenças entre o trabalho de Müller e o de Peter Burke situa-se na documentação utilizada. O primeiro investigou as correspondências, ao passo que o segundo concentrou-se em obras de reconhecida importância impressa por grandes historiadores.

Além do acesso a outras fontes, o caráter festivo em torno da revista dos *Annales* tornou-se digno de críticas. As celebrações são consideradas por Revel (1979) e Burgui re (1979) como problemáticas na medida em que dão ênfase exclusiva aos méritos da revista e negligenciam as dificuldades e incertezas vividas pelos seus fundadores. Afinal, como escreveu Burgui re (1979, p. 1347): “as celebrações não são sempre as melhores conselheiras da pesquisa histórica”.

De acordo com Revel em *Les paradigmes des Annales* (1979), de tantas citações, imitações e utilizações provinham ao menos dois mitos: o primeiro que criou a imagem de uma revista agressiva disposta a dar lições e a perturbar a comunidade historiadora onde surgira; ao passo que o segundo transmite um sucesso intelectual e institucional, vincula os gestos dos pais fundadores a uma tradição. A denúncia desse último mito prenuncia a pretensão do historiador em buscar a existência de vários paradigmas concomitantes, sem que haja sucessão ou superação de um pelo outro.

Os elogios e o inevitável sucesso da “Escola dos *Annales*”, durante o seu cinquentenário não retratam, exatamente, o seu nascimento. De acordo com Burgui re (1979,

p. 1347) em *Histoire d'une histoire: la naissance des Annales*, o surgimento da revista não era nem necessário, nem esperado, mas uma forma de exceção histórica. O mais estranho não está em seu sucesso, mas no seu carisma sobre as demais disciplinas.

Além disso, os pais fundadores Bloch e Febvre não são vistos como “rebeldes” ou “marginais”, por excelência, em face do contexto acadêmico no qual se inseriram. Se o nascimento da revista corresponde a uma exceção histórica, o seu projeto científico consiste em uma vontade de potência (“Todo projeto científico é inseparável de um projeto de poder. [...] Vontade de convencer e vontade de potência estão unidas como luz e sombra”)³ (BURGUIÈRE, 1979, p. 1353). Assim sendo, o sucesso dessa estratégia passaria pelo que a revista reuniu em termos de relações interdisciplinares, de filiação e fatores circunstanciais.

Por sua vez, Carole Fink (2004, p. 136) vislumbra nas pretensões da revista algo bem mais modesto. Não se tratava de uma investida contra a historiografia estabelecida ou uma estratégia silenciosa e gradual para arrecadar o poder. A revista pretendia apresentar as credenciais profissionais dos seus diretores com intuito de atingir postos mais elevados no âmbito acadêmico. Também é importante destacar que, assim como Müller, Fink não se limitou às grandes obras para traçar uma biografia de Marc Bloch e ofertar-nos contribuições significativas sobre a revista dos *Annales*.

Com certa dose de polêmica talvez, François Dosse (1985) em *L'histoire en miettes: des Annales militantes aux Annales triomphantes* questiona a “tomada do poder” e a continuidade dos *Annales*. Nesse sentido, glória, hegemonia, celebração são colocados em xeque. Para o historiador o que, de fato, seria algo novo envolvendo os *Annales* diz respeito ao seu aspecto publicitário: “Na ausência de adversários válidos, os “analistas” tomaram todas as fortalezas da sociedade midiática”⁴ (DOSSE, 1985, p. 47).

Contrapondo-se à metáfora de Peter Burke e imerso em uma perspectiva revisionista, o historiador Tiago de Melo Gomes (2006) em “A força da tradição: a persistência do Antigo Regime historiográfico na obra de Marc Bloch” verifica algumas “persistências” nas obras “Os reis taumaturgos” e, sobretudo, em “A sociedade feudal”. A saber, Bloch apresentara conotações evolucionistas nesses escritos, aproximou-se de Ranke (a propósito da dicotomia “nós” versus “outros”), continuou com as explicações de caráter militar e político, sem contar

³ As traduções são de responsabilidade do autor. Além disso, os trechos originais virão dispostos em nota de rodapé. Tout projet scientifique est inséparable d'un projet de pouvoir. [...] Volonté de convaincre et volonté de puissance sont unies comme la lumière et l'ombre.

⁴ Faute d'adversaires valides, les "annalistes" se sont emparés de toutes les places-fortes de la société médiatique.

a francofolia, a exaltação dos grandes nomes e de líderes valorosos de suas nações (GOMES, 2006).

Quanto às fontes históricas, ao longo da pesquisa conseguimos coletar uma quantidade de material que nos surpreendera. Em menos de dez anos foram produzidos cinquenta e quatro periódicos. As impressões variaram de quatro a seis exemplares anuais com uma média de 116 páginas cada. Entre artigos, notas críticas, resenhas, editoriais foram escritos mais de dois mil e quatrocentos textos.

Sem dúvida, trata-se de uma documentação bastante rica que ao lado de outras podem nos ajudar a melhor compreender a historiografia do período. Os dados citados acima e demais observações resultam da classificação dos textos, levando em consideração os seus autores, os vários títulos, o ano e o número de cada revista, a extensão de cada escrito, o recorte temporal e os temas abordados nos *AHES*.

Todo o material que conseguimos reunir fora dividido em três partes: “entrada”, “a vida científica” e “do passado ao presente”. Os textos que se seguem no decorrer da revista vão perdendo páginas por assim dizer, desde os artigos mais robustos até as resenhas curtíssimas. Além disso, contamos com livros e artigos escritos pelos metódicos, selecionados com intuito de nos aproximarmos da postura política desses historiadores.

Enfim, cabe apresentarmos a estrutura e as fases do presente trabalho. No primeiro capítulo, buscamos os antecedentes da revista dos *Annales d'Histoire Économique et Sociale* em termos de política. Diante desse anseio, nos juntamos a nomes como Fustel de Coulanges, Gabriel Monod, Ernest Lavisse e Charles Seignobos. O critério de seleção dos autores se deu em virtude de seu valor estratégico em nosso esforço de compreender um percurso que envolve política e história. Malgrado vários dos aspectos compartilhados por tais historiadores como a nação, o colonialismo, a derrota de 1870, o “combate” ao partidarismo historiográfico entre outros, ressaltamos apenas pontos específicos e ilustrativos de cada autor.

Com Fustel de Coulanges, percebemos o compromisso político com a nação perante a derrota de 1870. Quanto a Gabriel Monod, enaltecemos o progresso do conhecimento histórico e a sua relação com a política em virtude da temática da nação, bem como a oposição da *Revue Historique* à católica e monarquista *Revue des Questions Historiques*. Por sua vez, Lavisse chamou atenção pelo modo como concebia a nação e o caráter pedagógico de sua obra. Ao mesmo tempo, preocupado com o ensino Charles Seignobos toma o conhecimento histórico como um instrumento de educação política.

Já o segundo capítulo encontra-se voltado para o caráter político nos *Annales d'Histoire Économique et Sociale*. Antes de tudo, apresentamos a organização da revista, ou seja, os temas, a divisão, os colaboradores, os recortes temporais, etc., para em seguida pensarmos o nacionalismo, sua relação com o colonialismo francês, mostramos ao leitor certos trabalhos que apresentaram a noção de indivíduo político. Igualmente, abordamos o uso político do periódico, que promove a conquista e insere os conquistados na “marcha do progresso”, bem como a recorrência da França feito um tema que remete à “ancestralidade francesa”, ao território e empenha-se em compreender o momento contemporâneo vivido pelo país. Por fim, situamos a política como algo que de certa maneira permanecera em pauta.

CAPÍTULO I: ANTECEDENTES DOS *ANNALES* SOBRE POLÍTICA

Decerto, um acontecimento se mostra decisivo para os historiadores franceses que viveram durante o último quarto do século XIX, a catastrófica derrota para Prússia. Suas consequências tornar-se-iam insuportáveis conforme testemunham os próprios intelectuais, tão logo, implicavam pesadas indenizações e perdas territoriais. Esse tema não seria abandonado nem mesmo pela geração seguinte ou mesmo algum tempo depois. O cofundador da revista dos *Annales d'Histoire Économique et Sociale*, Lucien Febvre, munido de seu habitual sarcasmo, utilizava-o para se referir aos seus predecessores como os “derrotados de 1870”, fazendo clara alusão à batalha crucial de Sedan.

Os prussianos exigiam em nome da paz as regiões da Alsácia e parte da Lorena. À época, entre os anos de 1870 e 1872, Fustel de Coulanges escreveu artigos e cartas a respeito. Entretanto, as explicações para a ruína francesa ante o inimigo foram buscadas muito antes do desencadeamento da guerra e as exigências territoriais dos vencedores consideradas ilegítimas e postas sobre o plano político. A questão nacional se revela decisiva nesse sentido e, de modo geral, os historiadores metódicos rejeitam os aspectos raciais e linguísticos como constitutivos da nacionalidade.

As obras escritas por Coulanges que escolhemos, apresentam certo dualismo envolvendo Alemanha e França com o qual o historiador expressa seu compromisso político com a nação. A França representa uma força progressista, alinhada ao seu tempo, enquanto a Alemanha, apesar do poderio bélico e econômico, revela-se politicamente “defasada”. Somente em casos extraordinários o Estado poderia pegar em armas. Nesses textos, o autor aborda qual seria o papel do historiador e define a nação como sentimento de pertencimento encontrado no coração humano.

Não apenas o historiador fez uso político da história, como soube tirar proveito da relação que se estreitava cada vez mais entre a história e a Terceira República. De tal modo, Gabriel Monod associa o desenvolvimento do conhecimento histórico aos investimentos estatais. Em contrapartida, o Estado anseia vislumbrar o percurso trilhado pela nação ao longo do tempo. Sua revista, igualmente, serviria a essa marcha progressiva na medida em que investia no “bom método”, essencialmente científico de investigação. A arma que forjara (*RH*) em meio a um momento conturbado, inclusive politicamente, da história francesa tinha como alvo a *RQH*, católica e ultramontana.

Talvez dos historiadores metódicos, nenhum tenha se tornado tão popular quanto Ernest Lavisse entre seus contemporâneos. Suas obras didáticas foram amplamente difundidas desde o final do século XIX ao início do XX. As descrições do autor, além de concorrerem para o surgimento da nação – mais precisamente durante a Revolução, quando emerge como expressão política – ajudam a formá-la, difundem ações extraordinárias, exemplares e valores. Sob o olhar de Lavisse, tais valores não deveriam se confinar ao território francês, mas levados a outras partes do mundo por meio da colonização ou servir de modelo aos demais países.

Além da investigação concatenada às instituições, os governos, os regimes e outros, a utilidade do conhecimento histórico, igualmente, relacionou-se ao tema político. A história ganhou forma de instrumento de educação política. É o que defende Charles Seignobos. Essa perspectiva se articula com a própria concepção histórica e metodológica do historiador. Ao mesmo tempo, a política se vincula à ação transformadora, visa mudanças e a análise crítica. Por seu turno, diante da proliferação de tantas informações vazadas dos mais diversos lados, polícia e contribui para o exercício consciente da cidadania. Quanto à negação da utilidade política da história, aparentemente associada ao conservadorismo, esta seria bem quista somente àqueles que se empenham em formar sujeitos submissos ao controle de um príncipe ou pastor.

1.1 Fustel de Coulanges (1830-1889): o compromisso político com a nação perante a derrota de 1870

A política é uma das temáticas mais abordadas pelo historiador oitocentista: a relação entre política e religião, a história de instituições políticas antigas, as distintas modalidades de políticas governamentais, etc. Porém, assim como outros historiadores dedicados à política, nem sempre seu conceito, propriamente dito, torna-se evidente. Fala-se em governos, instituições, regimes de ordem política, mas nenhuma nota sobre o que seria política (com raras exceções). Qual o entendimento de Coulanges sobre política? Qual política surge em seus textos? Como história e política se articulam?

Entre nós, possivelmente, Fustel de Coulanges seja conhecido, sobretudo, pelo seu filologismo e a ideia de anulação do historiador (DOSSE, 2003, p. 46), pela censura a qualquer “temperinho” que possa apimentar o sabor dos fatos (LOPES, 2010, p. 296) e pelos seus próprios comentários em prol de um método capaz de promover o estudo único e direto

das fontes históricas, afastando da história do passado as ideias modernas (COULANGES, 1888). Nesse sentido, Coulanges condenaria o historiador alemão Theodor Mommsen⁵ (1817-1903) por meio de uma carta escrita em outubro de 1870.

O conteúdo de sua exposição, mais precisamente, consistia em uma resposta às missivas do alemão publicadas em jornais italianos. Tratava-se de uma defesa ao ataque direto desferido contra a França. Mommsen dizia que seu país apenas havia se defendido perante o agressor e considerava, por seu turno, legítima a anexação dos territórios da Alsácia e Lorena. O que estava em jogo eram a paz e o direito.

Sob tais circunstâncias nas quais o próprio Fustel de Coulanges sugere abrir mão de suas prerrogativas enquanto historiador, tal qual o fizera seu colega alemão, contamos com uma perspectiva histórica e patriótica. Dirigindo-se a Mommsen, Coulanges (1870, p. 3) afirmava: “O senhor deixou vossos estudos históricos para atacar a França; eu deixo os meus para respondê-lo”⁶. Ao contrário da primeira justificativa em que a Prússia alegava legítima defesa contra o agressor estrangeiro, desta feita tais pretensões territoriais se davam quando os papéis haviam se invertido. Ora, quem era o agressor? Não restava outra razão para a anexação territorial senão a expansão e o afã de conquista. A quem deve pertencer a Alsácia? França ou Alemanha? A intriga matizada belicamente adentrava no campo político.

Sem dúvida, a Prússia poderia se apossar dos territórios reivindicados pelo simples motivo de dispor de forças para tal. Entretanto, isso não bastava. Era preciso legitimar a expansão sem suscitar uma imagem de agressor, invasor. Com o intuito de legitimá-la, elencou-se o “princípio da nacionalidade”. Mas, como definir a nação? Qual critério a compõe? A raça, a língua, o compartilhamento territorial e histórico? Ou uma espécie de “plebiscito cidadão”? Quiçá, a combinação de vários desses elementos? Quanto a isso, a Prússia concebia aspectos raciais e linguísticos como constitutivos da nacionalidade.

De acordo com Hobsbawm (1990, p. 30), o recente conceito de nação, antes associado a questões culturais, linguísticas e a pequenos grupos, assume o seu sentido moderno intrinsecamente atrelado ao político. A noção se encontraria já nos discursos de ordem política e social a partir dos anos de 1830 sob a forma de “princípio de nacionalidade”, mencionado ainda agora.

⁵De acordo como o professor Estevão Martins (2005, p. 103), Mommsen não limita a ciência, mostra-se “um professor engajado em partidos e parlamentos, defensor de posições inicialmente liberal-nacionais e depois nacional-liberais. [...] Considera o pior de todos os erros que alguém ‘se dispa da vestimenta de cidadão a fim de não comprometer a toda do intelectual’”.

⁶Vous avez quitté vos études historiques pour attaquer la France; je quitte les miennes pour vous répondre.

Contudo, se por um lado a nação, o Estado e o povo mantinham uma estreita relação de sentido, por outro, pouco se falava sobre a constituição de um povo. Na França, nem a língua enquanto critério da nacionalidade, tampouco a etnicidade ainda que indicasse um elo coletivo, seriam determinantes da nacionalidade. De tal modo, Coulanges irá contrapor o historiador alemão. Conforme a leitura de Hobsbawm (1990, p. 21), tributária do historiador tcheco Miroslav Hroch, sobre os movimentos nacionais, estes se dividem em três fases. A primeira (fase “A”), na qual constam aspectos puramente culturais, literários e folclóricos, sem quaisquer implicações políticas particulares e mesmo nacionais. Por sua vez, o segundo momento (fase “B”) se caracterizou pelo ativismo de alguns pioneiros militantes da “ideia nacional” e pelo início de campanhas políticas nesse sentido. Finalmente, na terceira fase (“C”) o nacionalismo recebe sustentação de massa.

A réplica de Fustel de Coulanges, particularmente, situa-se em um momento de transição da fase “B” para a “C”. Em sua abordagem sobre a nação (“novidade”) entre a revolução e o liberalismo do século XIX (a “era liberal clássica”), Hobsbawm (1990, pp. 55-56) sustenta que a construção das nações e o “princípio da nacionalidade” se restringiram a poucos povos ou regiões, mesmo em impérios que reuniam várias línguas e etnias como o Austro-Húngaro.

O “princípio da nacionalidade”, que os diplomatas debateram e que mudou o mapa da Europa entre 1830 e 1878, era portanto diferente do fenômeno político do nacionalismo que se tornou crescentemente central na era política de massas e da democratização europeia (HOBSEBWM, 1990, pp. 55-56).

Para o inglês, na prática somente três critérios autorizavam um povo ser classificado como nação (com a ressalva de que “fosse suficientemente grande para passar da entrada”): sua associação histórica com um Estado existente ou com passado recente e razoavelmente durável (são os casos do povo-nação inglês, francês e outros), a existência de uma elite cultural longamente estabelecida com um vernáculo administrativo e literário escrito (as exigências italianas e alemãs seriam exemplos disso) e a capacidade para a conquista (“Não há nada como um povo imperial para tornar uma população consciente de sua existência coletiva como povo, como bem sabia Friedrich List”) ⁷ (HOBSEBWM, 1990, pp. 48-49).

Ainda de acordo com Eric Hobsbawm (1990, p. 49), o critério linguístico dado à existência de uma elite cultural longamente estabelecida consistia na base da exigência alemã e italiana para a existência de nações, muito embora seus respectivos povos não tivessem um

⁷Friedrich List (1789-1846) foi um renomado economista alemão do século XIX.

Estado único com o qual se identificar e, tampouco, uma língua nacional que fosse falada cotidianamente pela maioria das pessoas durante o período de unificação (a bem da verdade, tratava-se da minoria, a maior parte falava vários idiomas). Porém, a língua para os italianos e alemães tinha um peso muito maior em termos nacionais do que, por exemplo, para um inglês. Ela não consistia apenas em uma conveniência administrativa ou um mecanismo de comunicação ampliada do Estado segundo Hobsbawm (1990, p. 127), “era, na verdade, a *única* coisa que os fazia alemães e italianos”.

Quanto ao motivo etnográfico, este representava para Coulanges (1870, pp. 5-8) uma contradição, uma ameaça a outros países (Holanda, Áustria, Suíça) e regiões que falavam ou eram habitados pela raça alemã, seria um pretexto para ambiciosos ou, se preferirmos, um “novo nome para o velho direito do mais forte”. Caso a teoria da raça fosse concebida, provocaria transformações bruscas no continente Europeu (a Bélgica pertenceria à França, Portugal à Espanha...). De fato, o preceito étnico se encontrará dentre as transformações ocorridas no nacionalismo entre os anos de 1880 a 1914. Abandonado o “princípio do ponto crítico”⁸, muitos povos demandariam sua nacionalidade com base na língua.

Doravante, *qualquer* corpo de pessoas que se considerasse uma “nação” demandaria o direito à autodeterminação, o que, em última análise, significava o direito a um Estado independente soberano separado para seu território. Em segundo lugar, e em consequência dessa multiplicação de nações ‘não históricas’ potenciais, a etnicidade e a língua tornaram-se o critério central, crescentemente decisivo ou mesmo único para a existência de uma nação potencial (HOBSBAWM, 1990, p. 126).

Por seu turno, o pressuposto filológico do mesmo modo não se aplicaria segundo o historiador oitocentista. A saber, a própria França possui várias línguas. Aliás, fala-se francês na Bélgica e na Suíça, fala-se inglês nos Estados Unidos e nem por isso tais países pertencem às nações francesa e inglesa. Dando vazão ao seu nacionalismo, Coulanges (1870, p. 10) escreveu: “O senhor se vangloria do fato de que falamos alemão em Estrasburgo; não obstante, é menos verdade que foi em Estrasburgo que cantamos brilhantemente pela primeira vez nossa Marselhesa?”⁹. A nacionalidade seria antes de tudo um sentimento de pertencimento, a escolha de um povo.

No discurso de Coulanges, não seria a “capacidade de conquista” um preceito válido para a composição da nação. A conquista da região em disputa durante o reinado de Luís XIV

⁸Conforme o princípio do ponto crítico, a formação de uma nação dependia de sua dimensão e autossuficiência. Com isso, não restava aos povos menores ou “atrasados” outra alternativa, senão serem incorporados ou integrados a Estados e nações maiores.

⁹Vous vous targuez de ce qu'on parle allemand à Strasbourg ; en est-il moins vrai que c'est à Strasbourg que l'on a Chanté polir la première fois notre Marseillaise?

não a tornou francesa e assim, insinua o historiador, também a Prússia não lograria êxito com relação ao seu propósito. Desde a Revolução de 1789, os alsacianos acompanham os franceses, porque se sentem franceses, ao compartilhar de suas ideias e sentimentos, vitórias e derrotas, alegrias e dores.

Os homens sentem em seu coração que eles são um mesmo povo quando têm uma comunidade de ideias, de interesses, de afeições, de lembranças e esperanças. Eis o que faz a pátria. Eis o porquê os homens querem marchar juntos, juntos trabalhar, juntos combater, viver e morrer uns pelos outros. A pátria é o que amamos (COULANGES, 1870, p. 10) ¹⁰.

Essa compreensão acerca da nacionalidade nos parece um tanto “romântica”, porquanto não se encontra no sangue que corre pelas veias, tampouco, na língua que se fala, mas no coração humano. Malgrado seja perceptível historicamente, como no caso dos habitantes da Alsácia que teriam marchado como franceses durante a Revolução, o sentimento nacional para Fustel de Coulanges não reside no passado e sim no presente. As reivindicações não têm uma base etnográfica, filológica, nem mesmo histórica.

Mesmo que a história atribuisse a posse da Alsácia a determinado país ou império, caberia à vontade dos homens presentes à decisão. Nesse caso, os habitantes da região em disputa já davam mostras de sua preferência ao combater os prussianos. Dirigindo-se a Mommsen, o historiador francês ressalta o caráter subjetivo como constitutivo da nação:

O senhor é um historiador eminente. Mas, quando falamos do presente, não fixamos excessivamente os olhos sobre a história. A raça é da história, é do passado. A língua ainda é da história, é o resíduo e o signo de um passado distante. O que é atual e vivo, são as vontades, as ideias, os interesses, as afeições. Talvez, a história vos diga que a Alsácia é um país alemão, mas o presente vos prova que é um país francês. [...] Nós temos hoje alguma coisa melhor do que a história para nos guiar; nós possuímos no século XIX um princípio de direito público que é infinitamente mais claro e mais indiscutível do que vosso pretensão princípio da nacionalidade (COULANGES, 1870, pp. 14-15) ¹¹.

A descrença de Coulanges com relação à capacidade da história em guiar os homens reflete a tensão entre as categorias koselleckianas (campo de experiência e horizonte de

¹⁰Les hommes sentent dans leur coeur qu'ils sont un même peuple lorsqu'ils ont une communauté d'idées, d'intérêts, d'affections, de souvenirs et d'espérances. Voilà ce qui fait la patrie. Voilà pourquoi les hommes veulent marcher ensemble, ensemble travailler, ensemble combattre, vivre et mourir les uns pour les autres. La patrie, c'est ce qu'on aime.

¹¹Vous êtes, Monsieur, un historien éminent. Mais, quand nous parlons du présent, ne fixons pas trop les yeux sur l'histoire. La race, c'est de l'histoire, c'est du passé. La langue, c'est encore de l'histoire, c'est le reste et le signe d'un passé lointain. Ce qui est actuel et vivant, ce sont les volontés, les idées, les intérêts, les affections. L'histoire vous dit peut-être que l'Alsace est un pays allemand; mais le présent vous prouve qu'elle est un pays français. [...] Nous avons aujourd'hui quelque chose de mieux que l'histoire pour nous guider; Nous possédons au dix-neuvième siècle un principe de droit public qui est infiniment plus clair et plus indiscutable que votre prétendu principe de nationalité.

expectativa), ou seja, aquilo sobre o qual o regime de historicidade de François Hartog (2015, p. 39) se debruça. De alguma forma, Coulanges se assemelha a Tocqueville, Napoleão e Chateaubriand ao se situar entre dois regimes de historicidade, antigo e moderno (*vide* HARTOG, 2003, pp. 17-22).

No caso mencionado acima, a relação passado e futuro já não é mais dominada ou regulada por referência ao passado, este não parece habilitado a instruir os homens. A *magistra vitae* perde espaço para o direito, mais precisamente, o “princípio da autodeterminação dos povos”¹² e o poder decisório do povo sobre seu próprio destino. Essa descontinuidade, que implica a sujeição das instituições em conformidade com a vontade popular e garantias inerentes à liberdade de escolha com fortes conotações democráticas, para Coulanges (1870, p. 15) representa um princípio moderno, um fundamento da ordem e da paz intrinsecamente vinculado ao progresso da humanidade.

Por outro lado, se a história não apontava caminhos, nos parece contraditório o papel que ela desempenha na reflexão de Coulanges sobre a política de invasão e conquista. A história já conhecia pretensões semelhantes à do chanceler alemão Otto von Bismarck e os resultados não eram de todo ignorados. Para a França teria trazido parcas vantagens e lhe causado graves problemas sócio-econômicos e inimizades que comprometiam sua segurança e a lançaram no isolamento perante aos demais países europeus. Conforme o prefácio escrito para o livro *Questions historiques* (1893), o historiador sustenta que a história não resolve questões, mas nos ajuda a examiná-las ou pelo menos como examiná-las, como observar os fatos humanos. O que nos parece ambíguo.

Se a história não instrui, como o exame dos fatos passados nos orienta no presente e de alguma forma projeta o futuro? Ao olhar para o passado, nossa visão se revela mais calma e segura se comparada ao presente em que se revela perturbada por interesses pessoais, preconceitos e paixões (COULANGES, 1893). Contudo, o autor não ignora que a própria história também é um produto do presente com suas hesitações, sentimentos, entre outros.

Enquanto historiador, Fustel de Coulanges interroga a própria história e o modo como fora escrita nas últimas décadas para compreender a expansão prussiana. Nesse sentido, dois artigos nos parecem fundamentais, *De la manière d'écrire l'histoire en France et en Allemagne: Depuis cinquantes ans* e *La politique d'envahissement: Louvois et M. De Bismarck*, ambos publicados originalmente na *Revue des Deux Mondes*¹³.

¹² Princípio presente na Carta dos Direitos do Homem (1789).

¹³ A *Revue des Deux Mondes* foi fundada em 1829 por Prosper Mauroye Pierre de Ségur-Dupeyron. Ainda hoje em circulação, é uma das revistas mais antigas da França.

Por mais que o historiador condene a história escrita pelos seus compatriotas ao longo dos últimos cinquenta anos pelo partidismo político, ao combatê-la e diagnosticar os malefícios de uma política de invasão, não deixa de fazer um uso político da história em prol da nação e de uma política moderna. De certa feita, Coulanges (1884) disse que suas obras sempre buscaram responder às questões que ele mesmo colocava. Aqui verificamos duas: qual o papel do historiador? Qual política pode trazer prosperidade?

Durante séculos, os homens levaram (e levam) adiante a política de invasão e conquista em detrimento do espírito do trabalho (COULANGES, 1893, p. 473). Conforme o historiador, “a luta do espírito de conquista contra o espírito do trabalho é, sem dúvida, tão antiga quanto à humanidade”¹⁴. Assim, na perspectiva do autor os nomes dos grandes conquistadores impressos na história carregam consigo um custo bastante elevado. As guerras suscitavam perturbações na ordem social, na consciência dos homens e estimulavam o ódio, afrontam a inteligência (COULANGES, 1893, p. 473). Diante de tais considerações, as pretensões de Bismarck não seriam estranhas aos franceses e a comparação com Louvois¹⁵ pretendia dar mostras disso.

Segundo Coulanges, o ministro de Luís XIV surgiu em tempos de paz e, ao incitar o monarca (inflamou aspirações “quase naturais” ao absolutismo), transformou a paisagem por meio de sucessivas guerras de conquista. Coulanges contrasta o perfil de Louvois à postura de Richelieu caracterizada pela ordem, pelo trabalho e pela paz. Difícil não ver nessa leitura uma analogia ao contexto vivido pelo historiador; há duas políticas e só uma escolha sensata para ele.

A opção, “infelizmente” seria contrária a paz, bem-quista pelos franceses da época cansados das últimas guerras e contrária ao que o historiador acredita. De acordo com Coulanges (1893, p. 476), a paz, engendrada após exaustivos e duradouros conflitos, poderia manter viva a reputação da realeza, no sentido de torná-la reconhecida e lembrada. Caso de Henrique IV, que tinha sido como uma luz em meio à longa tempestade¹⁶ e mesmo do governo pacífico de Luís XIV, anteriormente visto com entusiasmo.

¹⁴ Trecho original :La lutte de l'esprit de conquête contre l'esprit de travail est sans doute aussi vieille que l'humanité

¹⁵François Michel Le Tellier de Louvois (1641-1691), conhecido como marquês de Louvois, foi um estadista francês e ministro da guerra durante o reinado de Luís XIV. A anexação da Alsácia ao território francês ocorreu nessa época.

¹⁶“Ora, Henrique IV, que havia sido como uma luz nessa longa tempestade [das guerras religiosas]. ”Or, Henri IV, qui avait été comme une éclaircie dans ce long orage (COULANGES, 1893, p. 476).

Além disso, os resultados do estabelecimento da paz poderiam ser gozados por vários países. Depois das guerras religiosas, o continente europeu apontava para um caminho de prosperidades:

A Alemanha retornou a cultivar seu solo, que os exércitos haviam destruído com suas próprias mãos durante a Guerra dos Trinta Anos. A Holanda e a Inglaterra estavam inteiramente no comércio; a própria Espanha, curada de sua antiga ambição, estava tentando aumentar suas finanças e revitalizar sua agricultura. Já não víamos mais as causas de luta na Europa; a religião não deveria mais dar origem à guerra. As monarquias tinham compreendido os perigos da ambição e os povos ainda não odiavam uns aos outros (COULANGES, 1893, p. 477)¹⁷.

O forte contraste entre os proveitos da paz e as consequências desastrosas da guerra, bem como as lições do passado, compreende a retórica do historiador. A saber, as aspirações expansionistas vinham acompanhadas de dissimulações, dos mais diversos artifícios e se revelavam incontidas. Como dizia Coulanges (1893, p. 480) com ares de premissa: “Não é fácil colocar um freio à política de invasão”¹⁸. De mais a mais, a agressividade¹⁹ francesa ocasionou a quebra de antigas alianças, inimigos, insegurança e quando um acordo de paz se fez urgente, fora negado à França.

Por sua vez, o povo francês que nunca havia sido consultado sobre as pretensões expansionistas do soberano, acumulava rótulos (“nação inquieta”, nação com “mania de guerra”) e carregava a culpa de tamanha empresa. Sem contar os elevados custos dos impostos e tantas outras adversidades oriundas das guerras.

Coulanges, não tão somente conduz a polêmica de seu tempo à corte de Luís XIV, como, ao mesmo tempo, deixa clara sua convicção política. O que fora resgatado pela Prússia não é outra coisa, senão uma política “anacrônica”, um comportamento que se afigurava relegado às coisas ruins do passado (COULANGES, 1893, p. 486). Por outro lado, os franceses preocupavam-se com o equilíbrio europeu e com a sua influência, em conformidade com a política moderna. A grandeza de uma nação aparece associada a uma questão moral e não belicosa (COULANGES, 1893, p. 501).

¹⁷L’Allemagne se reprenait à cultiver son sol, que les armées avait détruites de ses propres mains dans la guerre de Trente Ans. La Hollande et l’Angleterre étaient tout entières au commerce ; l’Espagne elle-même, guérie de sa vieille ambition, essayait de relever ses finances et de ranimer son agriculture. On ne voyait plus de causes de lutte en Europe ; la religion ne devait plus enfanter la guerre. Les monarchies avaient compris les dangers de l’ambition, et les peuples n’avaient pas encore de haine les uns pour les autres.

¹⁸Il n’est pas aisé de mettre un frein à la politique d’envahissement.

¹⁹A aquisição de Estrasburgo (reivindicada pela Prússia no contexto da Guerra franco-prussiana) ocorreu durante esse período. Conforme Fustel de Coulanges (1893, p. 484), isso não seguiu os preceitos da política de invasão, entretanto, consistiu em um acordo entre o rei e os habitantes da cidade. “L’acquisition de Strasbourg fut plus légitime ; elle se fit par un contrat formel entre la ville et le roi, et elle eut ce rare bonheur d’être conforme à la fois au droit des gens de cette époque et au droit des gens de la nôtre”.

Dentro da esfera europeia, a política de conquista, de certa forma, consiste na negação da própria política moderna na acepção de Fustel de Coulanges. Revelam-se inconciliáveis. Em razão disso, como uma política “quase natural” ao absolutismo poderia resguardar-se diante de tantas novidades? De que maneira essa política contrária aos demais países europeus permaneceria de pé?

Ao invés da grandeza do soberano, evoca-se a pátria, a unidade e a nacionalidade. Conforme Coulanges (1893, p. 489): “a política de invasão, voltada para hoje, teve que pegar um ritmo e uma linguagem moderna; ela teve que falar como falamos atualmente”²⁰. Era preciso mostrar seus novos trajes.

Ambição e usurpação não se reduziam mais a um exército, serviam-se de populações inteiras, ignoravam-se os progressos morais ainda que nas classes mais instruídas. As antigas ideias emanavam dos salões berlinenses, das cátedras, de historiadores (como Mommsen, visto acima); lançava mão da religião, deturpavam a Revolução Francesa, inventavam querelas raciais, reivindicavam territórios franceses sobre alegações etnográficas e filológicas entre outros (COULANGES, 1893, p. 494).

A pretensão do historiador não consiste apenas em descrever ao leitor a permanência e as transformações de uma política (que não é sua) ao longo do tempo. Quiçá, maior ainda do que isso seja a necessidade patente de tornar presente a matéria histórica, *in loco*. Embora fosse cedo para emitir o parecer (isso era reconhecido por Coulanges), ao recorrer à experiência histórica francesa vivida com o ministro de Luís XIV, Coulanges descortina um “horizonte de expectativa” desconcertante e trágico para a política em curso cravada pelo chanceler alemão.

Se a obra do Senhor Bismarck está ainda inacabada, a de Louvois produziu há muito tempo todas as suas consequências; portanto, é possível julgarmos a árvore por seus frutos. [...] Vós [Prússia] nos ensinaram hoje o que custa ser os mais fracos, e nossa história já nos ensinou o quanto custa ser os mais fortes. [...] Muitas das falhas com as quais somos acusados vêm de nossas guerras, sobretudo de nossas guerras felizes. [...] Toda nação que buscará como nós, a glória militar; e que contará tantas vitórias quanto nós, também terá os mesmos defeitos (COULANGES, 1893, pp. 496-502)²¹.

²⁰La politique d’envahissement, en revenant au jour, a donc dû prendre une allure et un langage modernes ; elle a dû parler comme on parle aujourd’hui.

²¹Si l’oeuvre de M. de Bismarck est encore inachevée, celle de Louvois a produit depuis longtemps toute ses conséquences ; il nous est donc possible juger l’arbre par ses fruits. [...] Vous nous enseignez aujourd’hui ce qu’il en coûte d’être les plus faibles, et notre histoire nous enseignait déjà ce qu’il en coûte d’être les plus forts. [...] Beaucoup des défauts dont on nous accuse nous sont venus de nos guerres, surtout de nos guerres heureuses. [...] Toute nation qui recherchera comme nous la gloire militaire ; et qui comptera autant de victoires que nous, aura aussi les mêmes défauts.

Inimizades, isolamento, perdas humanas, aumento de impostos, revoltas internas, sacrifícios comerciais e a altíssima fatura que sempre recai sobre a nação seriam consequências em alguma medida previsíveis. A exposição de Coulanges lembra o propósito de Tucídides (1987) na medida em que a história deve ser empregada para que certos erros não se “repitam” como em outrora; o exemplo exerce papel importante, possui um caráter pedagógico.

Dando mais um passo em sua argumentação, o historiador menciona o que seria o pior de todos os efeitos: a desmoralização não mais (ou não só) de soldados, porém da própria nação. A propósito, escreveu Coulanges (1893, p. 501): “A verdadeira questão está aqui: a Prússia e a Alemanha sairão dessa guerra mais ricas, mais prósperas, mais inteligentes e moralmente melhores? Porque é a tudo isso, e nada mais, que julgamos a grandeza de um povo”²². As considerações do autor atraem para uma possível reflexão tanto a nação (sujeito histórico coletivo) quanto o governante (sujeito histórico individual) em torno de seus respectivos compromissos e a repercussão de cada escolha.

Sob esse prisma, muitas das perdas até poderiam ser superadas e mesmo esquecidas, contudo, os desdobramentos sobre a moral resultariam incomensuráveis. Bem como, o maior problema não seria os estrangeiros, muito embora tivessem sofrido com as agressões, mas a própria nação que não poderá perdoar o autor desse projeto expansionista.

Se ela [a nação] perceber mais tarde que essa guerra a lançou fora de seu caminho, interrompeu seu progresso, fez com que voltasse atrás, irá detestar o autor dessa guerra e sua política retrógrada. Então ela amaldiçoará o Senhor Bismarck tal qual nós amaldiçoamos Louvois, e o ódio que pesará mais sobre a memória do ministro prussiano não será o ódio da França e sim o ódio da Alemanha (COULANGES, 1893, p. 504)²³.

Nesse caso, o líder tinha nome e sobrenome: Otto Eduard Leopold von Bismarck. Assim como as ações passadas permanecem vivas na memória dos homens por meio da história, as escolhas dos homens presentes também deixarão suas marcas.

Outra parte da reflexão de Fustel de Coulanges em sua tentativa de compreender historicamente as circunstâncias com as quais se deparava por volta do ano de 1872, diz

²²La vraie question est celle-ci: la Prusse et l'Allemagne sortiront-elles de cette guerre plus riches, plus prospères, plus intelligentes et moralement meilleurs ? car c'est à tout cela, e à rien de plus, qu'on juge la grandeur d'un peuple.

²³Si elle s'aperçoit plus tard que cette guerre l'a jetée hors de sa voie, a arrêté son progrès, lui a fait rebrousser chemin, elle détestera l'auteur de cette guerre et sa politique rétrograde. Alors elle maudira M. Bismarck comme nous maudissons Louvois, et la haine qui pèsera le plus sur la mémoire du ministre prussien ne sera pas la haine de la France, c'est la haine de l'Allemagne.

respeito à própria historiografia francesa e alemã produzida nos últimos cinquenta anos. A escrita francesa havia conspirado contra o espírito crítico e atingido assim a nação, ao disponibilizar verdadeiros panegíricos sobre a Alemanha.

Tudo teria começado com a queda do império em 1815, quando liberais contrários ao regime demonstraram acentuado fascínio pelos inimigos, Inglaterra e Alemanha. A admiração por outros povos (alemães, ingleses, estadunidenses) sobrepôs-se ao espírito crítico. Conforme as palavras de Coulanges (1893, p. 3), a respeito de seus colegas franceses: “Nossos historiadores não tinham tanto menosprezo pela população gaulesa, quanto simpatia para com os germânicos. A Gália era a corrupção e a covardia; a Germânia era a virtude, a castidade, o desinteresse, a força, a liberdade...”²⁴. Os acontecimentos históricos se desenvolviam, mas sempre se achava um jeito de dar razão à Alemanha em detrimento dos franceses (agressivos e cobertos de defeitos).

Além dessa história que podia facilmente ser utilizada pelos próprios inimigos, as dissidências internas fragilizavam drasticamente a França e se refletia na historiografia, sendo o partido posto a frente dos interesses da Pátria.

Nossos historiadores, há cinquenta anos, têm sido homens de partido. Por mais sinceros que fossem, por mais imparciais acreditasse ser, obedeciam a uma ou outra das opiniões políticas que nos dividiam. Investigadores ardentes, pensadores vigorosos, escritores hábeis, colocam seu ardor e seu talento a serviço de uma causa²⁵ (COULANGES, 1893, p. 6).

Enquanto isso, os alemães haviam adotado postura totalmente diferente. Conforme Coulanges (1893, p. 8-10), o povo alemão tinha na erudição as mesmas qualidades guerreiras (paciência, solidez, quantitativo, disciplina e patriotismo). Se para os franceses a ciência não tem pátria, na Alemanha ocorria abertamente o contrário, era patriótica. Se haviam ódios contra as instituições do Antigo Regime, estes se dirigiam para o estrangeiro²⁶ (o feudalismo francês, o absolutismo de Luís XIV).

Deste modo, não seria a ciência e a erudição que se revestiam de patriotismo, mas o contrário. Ordem, unidade de direção, constantes esforços coletivos, paixão pela pesquisa,

²⁴Nos historiens n’avaient que mépris pour la population gauloise, que sympathie pour les Germains. La Gaule était la corruption et la lâcheté ; la Germanie était la vertu, la chasteté, le désintéressement, la force, la liberté...

²⁵Nos historiens, depuis cinquante ans, ont été des hommes de parti. Si sincères qu’ils fussent, si impartiaux qu’ils crussent être, ils obéissaient à l’une ou à l’autre des opinions politiques qui nous divisent. Ardents chercheurs, penseurs puissants, écrivains habiles, ils mettaient leurs ardeur et leur talent au service d’une cause.

²⁶Os principais alvos da erudição alemã, conforme Coulanges (1893, p. 11) seriam a Polônia e a França considerados, nesse caso, pelo caráter ambicioso, pelos maus costumes, indisciplina, corrupção entre outros, como se representassem um perigo para Europa.

calculismo²⁷ seriam ingredientes dessa relação cravada pelos alemães com sua ciência. Atributos que concorrem não para a ciência propriamente dita, mas em proveito da Pátria, “a ciência aqui não é o objetivo; ela é o meio”²⁸ (COULANGES, 1893, p. 10). A denúncia de Coulanges extrapola o âmbito da produção historiográfica, o uso político da história em uma escala maior, a da ciência.

A história convertia-se em um mecanismo de governo e uma arma de guerra. Em suma, ao passo que a história alemã uniu e aguerriu a Alemanha, a história francesa com o seu partidarismo, dividiu os corações, mostrou que a ameaça se encontrava sobre o próprio francês, sendo preferível o partido à pátria. Diante disso, a resposta não deveria vir na “mesma moeda”, pois aprofundaria os conflitos ao invés de apaziguá-los. Aos olhos de Coulanges, é o caso da obra de Zeller²⁹ que se mostrava agressiva para como os alemães, caracterizando-os pela sua desordem e brutalidade.

Ela é feita para a guerra, e não acreditamos na França que a história deva ser uma obra de guerra. No próprio corpo da obra, um tom de amargura penetra com excessiva frequência. O autor parece ter antipatia e quase rancor em relação ao seu tema (COULANGES, 1893, p. 15)³⁰.

Então, qual história escrever? O historiador oitocentista defende uma história pacífica, pura e desinteressada, serena, sem desejos de vingança, uma erudição sem pátria. De forma bastante lúcida reconhece as dificuldades e a impossibilidade de consolidar o seu desejo em tempos de guerra. Era, praticamente, “inevitável que a erudição não se armasse de espada e escudo”. Sem uma reação de igual teor, o historiador propõe um exame de consciência nacional, era preciso defender as fronteiras da consciência nacional e do patriotismo francês (COULANGES, 1893, p. 16).

1.2 Gabriel Monod (1842-1922): O progresso do conhecimento histórico e a RH

Em artigo intitulado *Les études historiques en France* publicado na *Revue International de l'Enseignement*, Monod chama atenção para a estreita relação entre história e

²⁷Utilizamos esse termo por acreditar que ele traduz a contento a seguinte passagem de Coulanges (1893, p. 10): “Se o povo alemão cobiça a Alsácia e a Lorena, é preciso que a ciência alemã, vinte anos de antemão, coloque a mão sobre essas duas províncias”. Trecho original : Si le peuple allemand convoite l’Alsace et la Lorraine, il faut que la science allemande, vingt ans d’avance, mette la main sur ces deux provinces.

²⁸La science ici n’est pas le but; elle est le moyen.

²⁹Origines de l’Allemagne et de l’Empire germanique (1872)

³⁰Elle est faite pour la guerre, et nous ne croyons pas en France que l’histoire doive être une oeuvre de guerre. Dans le corps même de l’ouvrage, un ton d’amertume perce trop souvent. L’auteur semble avoir de l’antipathie et presque de la rancune à l’égard de son sujet.

política e nos fornece um breve panorama do desenvolvimento dos estudos históricos durante a Terceira República. O ponto de aproximação diz respeito ao “movimento das nacionalidades” corrente em diversos países europeus (Alemanha, Itália, Hungria e outros).

Mediante a história, os povos poderiam tomar consciência de sua personalidade (MONOD, 1889, p. 587). Como vimos anteriormente (HOBBSBAWM, 1990, p. 49), a associação histórica com um “Estado existente ou com um Estado de passado recente e razoavelmente durável” é considerada como um dos critérios que permitem a um povo ser firmemente classificado como nação. A França seria um caso exemplar nesse sentido. Conforme Hobsbawm (1990, p. 49): “Uma vez dada a identificação da nação com o Estado, era natural que estrangeiros pressupusessem que o único povo em um país fosse aquele pertencente ao povo-Estado”. Diante de tais circunstâncias, a história de certa forma soube colher seus frutos de um problema central dentro do jogo político, a questão nacional.

Embora se manifestasse em outros ramos do conhecimento (filosofia, literatura, etc.), a presença da nação se mostra de um modo particular na história. Cabe à história traçar o percurso no qual a mesma se desenvolveu ao longo do tempo. Algumas das mudanças sofridas pela disciplina parecem alinhadas a essa incumbência. De acordo com Châtelet, Duhamel e Psier-Kouchener (2000, p. 99), a história “abandona as questões dinásticas e políticas; começa a examinar meticulosamente as sociedades, a evolução de suas instituições, de seus modos de vida, os movimentos de população que marcam o devir dessas sociedades”.

De acordo com Gabriel Monod (1889, p. 588), fora reservado um lugar honroso para a disciplina, situação distinta se comparada ao século XVIII quando sequer figurava nos programas de ensino. A expansão do conhecimento histórico, os concorridos exames para o magistério, a força das teses de doutorado, quase sempre convertidas em livros, entre outros, desenham uma paisagem de prosperidade. Segundo Prost (2015, p. 18), que se dedicou ao tema, desde as escolas primárias até o ensino superior – o qual sofrera favoráveis mudanças com a reforma ocorrida logo nos primeiros anos da nova república – seu lugar de preponderância era assegurado, inclusive, com professores “profissionais”.

Durante os anos de 1870 e 1880, o conhecimento histórico havia se desenvolvido em virtude dos incentivos às pesquisas e às publicações revestidas do rigor científico. Por seu turno, o domínio das pesquisas, o interesse por outros países cresciam e a curiosidade do historiador tornou-se cada vez mais universal. Os estudos alemães continuavam sendo bastante assistidos e muitos franceses fizeram incursões ao outro lado do Reno (Gabriel Monod, Camille Julian, Ernest Lavisse, Charles Seignobos e outros).

A hostilidade política entre Alemanha e França se transformou sobre o terreno científico em uma salutar emulação. Aprendemos as línguas estrangeiras, fomos estudar nas universidades alemãs, penetramos sobre seu espírito e seus métodos, nos interessamos pela história dos países estrangeiros de uma maneira muito mais séria (MONOD, 1889, p. 598)³¹.

Os avanços históricos se associam ao Estado, que estimula em grande parte seu desenvolvimento na perspectiva do historiador. O principal representante dessa política seria o Ministério de Instrução Pública. Destarte, o *Comité des travaux historiques et scientifiques* criado por Guizot enquanto ministro, reunia historiadores diversos e documentos inéditos sobre a história francesa. A empresa consistia em uma iniciativa colossal, digna de elogio por parte de Monod. Os recursos também se davam por meio de comissões com o intuito de encorajar os estudos históricos (MONOD, 1889, p. 594), favorecendo as publicações científicas e as pesquisas.

As fronteiras não seriam limites para alguns historiadores, que poderiam deslocar-se para bibliotecas e arquivos estrangeiros (*commission des missions*), ao passo que determinados livros também poderiam ser objeto de subscrição ministerial e, posteriormente, enviados às bibliotecas públicas (*commission des souscriptions*). O ministério ainda subvencionava a *Bibliothèque de l'École des Hautes Études* e a *Bibliothèque des Écoles de Rome et d'Athènes*.

O interesse histórico não ocorria tão somente em revistas e comissões especializadas. São os casos dos inventários publicados pela comissão dos arquivos diplomáticos, instituído pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros (*Instructions aux ambassadeurs et ministres de 1648 a 1789*) e pelo Ministério da Marinha que contava com sua *Revue Maritime et Coloniale*. Ao mesmo tempo, parte importante das produções era impressa na *Revue Deux Mondes* e *Nouvelle Revue*. Soma-se ainda a pluralidade de casas de edição como Hachette, Firmin-Didot, Palmé e outras que desempenharam papel importante nesse sentido.

Dentre as revistas históricas, encontra-se aquela que para muitos representou o principal órgão da Escola Metódica³², a revista criada por Gabriel Monod ao lado de Gustave Fagniez (1842-1927), a *Revue Historique* fundada em 1876 e impressa pela casa de edição Félix Lacan.

³¹L'hostilité politique entre l'Allemagne et la France s'est changée sur le terrain scientifique en une salubre émulation. On a appris les langues étrangères, on est allé étudier dans les Universités allemandes, on s'est pénétré de leur esprit et de leurs méthodes, on s'est intéressé à l'histoire des pays étrangers d'une manière beaucoup plus sérieuse.

³²A saber, CARBONELL (1976); BOURDÉ & MARTIN (1988). Por sua vez, Pierre Nora (1993, p. 25) considera a revista como o manifesto da história nacional positiva.

Um pouco antes desse balanço que se revelou positivo ao conhecimento – servido de incentivos estatais, revistas, cátedras, entre outros – Monod (1876) já havia afirmado que o século no qual vivera era o “século da história”. De acordo com François Dosse essa afirmação encobre duas realidades distintas e complementares:

De um lado, esse é o século da história no sentido da profissionalização da prática histórica que se dota, por toda parte na Europa, de um programa de ensino, de regras metodológicas, e que rompe com a literatura para voar com asas próprias. Esse nascimento da história como disciplina se confunde com a grande confiança na marcha progressiva das ciências. Os novos historiadores profissionais desejam participar dessa marcha ativamente, ainda que ao preço de certo cientificismo. De outro lado, foi também o século da história, pois o historiador foi encarregado pela sociedade de enunciar o tempo laicizado, de narrar o *telos*, de afirmar a direção para a qual se dirige a humanidade. Esse magistério do futuro, essa missão profética atribuída à história é então fortemente vivida como a passagem da religião à disciplina histórica (DOSSE, 2010, p. 15).

O espaço no qual a afirmação se deu tão categórica fora a *Revue Historique* cujas bandeiras da laicidade e cientificidade eram ostentadas. A propósito do periódico, o historiador Charles Olivier Carbonell (1976, p. 332) parte da premissa de que a revista foi essencialmente uma arma forjada por um homem, por uma escola. O nascimento do periódico sobre solo francês em pleno século XIX seria um episódio em meio à longa e incerta batalha que envolvia ciência, questões políticas e, sobretudo, espiritual. A revista fundada por Monod declara em seu manifesto de 1876 a pretensão de combater em nome do “bom método” a *Revue des Questions Historiques*, monarquista e ultramontana, cujas ideias políticas e religiosas escapavam aos preceitos científicos. Sem nenhuma discricção, tratava-se de imitá-la, plagiá-la em seu formato para combatê-la, lembra Carbonell (1976, p. 332).

Nesse palco, periódicos se opunham em grupos formados de um lado por católicos e realistas e de outros liberais e republicanos. A *Revue Historique*, com vimos acima, veio fazer frente ao órgão de uma escola militante personificada, à arma pseudocientífica representada pela *RQH* (CARBONELL, 1976, p. 333). Noutros casos, a *Revue de Bibliographie Universelle* (*Polybiblion*) combatia a *Revue Critique d'Histoire et Littérature* enquanto a *Bibliothèque Catholique Ouvrière* era atacada pela *Bibliothèque Franklin*.

Entretanto, ainda que demonstre empenho em extirpar da história as ideias políticas e religiosas, o surgimento da *RH* pode ser encarado como um ato político? Ao se contrapor, o que oferece em troca? Vale ressaltar que em seu prefácio de 1876, os seus diretores propunham uma história que não representasse uma arma para interesses políticos e religiosos. Acerca disso escreveram: “Nós gostaríamos de oferecer um campo de trabalho comum a todos aqueles que, quaisquer que sejam suas tendências particulares, gostem da

história por si mesma e não fazem dela uma arma de combate para a defesa de suas ideias religiosas ou políticas” (MONOD & FAGNIEZ, 1876, p. 1)³³.

Entre os anos de 1870 e 1876, de setenta e um artigos publicados por sua rival, trinta foram consagrados à história francesa, vinte e seis para a história do cristianismo, dois aos países estrangeiros e os demais divididos entre Antigo Oriente, pré-história e metodologia (CARBONELL, 1976, p. 334). Em um primeiro momento, as principais preocupações de Monod residem sobre o método histórico e a necessidade de fazer frente à *RQH*.

Claramente, a revista surge como oposição a uma postura política, mas o que oferece em troca? A bem da verdade, esses dois propósitos se associam intrinsecamente, posto que o método ganha *status* de munição contra as ideias políticas e confessionais do oponente. Como preceituou Sartre (1987, p. 17), “o que não é possível é não escolher”, a negação da política ultramontana não representa somente zelo cientificista, implica engajamento (“o que define” a revista), escolha e pressupõe um modelo historiográfico.

Tanto a confraternidade intelectual e a existência de um “inimigo em comum” quanto a adesão de uma doutrina, de um método e, sobretudo, dos pressupostos filosóficos e políticos que ele sugere (CARBONELL, p. 337), reúnem o grupo da *RH*. Vale ressaltar que a maioria desses colaboradores era protestante e republicana (BORGES, 2013, p. 51). O estudo racional dos fatos históricos, a rejeição da providência em prol da imparcialidade e de uma visão laica, a defesa de uma ciência positiva, envolvem certa postura moral e política.

A história assistemática, antipragmática e antipartidária de G. Monod não poderia ser senão sistemática, pragmática e partidária. Vários *a priori* filosófico servem de fundamento a sua ética, a saber o progressismo, o solidarismo e o moderantismo (CARBONELL, 1976, p. 338)³⁴.

Tal perspectiva progressista encontra-se vinculada a uma mudança assimétrica na relação entre as duas categorias elaboradas por Reinhart Koselleck: espaço de experiência e horizonte de expectativa³⁵. O tempo histórico concebido como resultado dessa interação

³³Nous voudrions offrir un champ de travail commun à tous ceux qui, quelles que soient leurs tendances particulières, aiment l’histoire pour elle-même et n’en font pas une arme de combat pour la défense de leurs idées religieuses ou politiques.

³⁴L’histoire antisystématisante, antipragmatique et antipartisanne de G. Monod ne pouvait être que systématiste, pragmatique et partisanne. Plusieurs *a priori* philosophiques servent de fondement à son éthique, à savoir le progressisme, le solidarisme et le modérantisme.

³⁵Para Koselleck tais categorias possuem caráter formal (assim como “senhor e escravo”, “forças produtivas e condições de produção”...) e uma pretensão de generalidade dificilmente superável, pois “todas as histórias foram constituídas pelas experiências vividas e pelas expectativas das pessoas que atuam ou que sofrem” (KOSSELLECK, 2006, p. 306). O historiador deixar claro ao leitor que as expressões “espaço de experiência” e “horizonte de expectativa” não são oriundas da linguagem das fontes, propriamente ditas. Além disso, são conceitos interdependentes, não havendo expectativa sem experiência, nem experiência sem expectativa. Essas categorias, “indicam uma condição universal; ou, se o quisermos remetem a um dado antropológico prévio

modifica-se à medida que experiência e expectativa se distanciam e traz consigo a modernidade (KOSELLECK, 2006, p. 314). Aqui, podemos perceber uma diferença com relação a Fustel de Coulanges para quem a abdicação do passado como referencial, dado característico da história *magistra vitae* não se encontra totalmente resolvida, basta lembrarmos as lições extraídas da política de conquista levada adiante por Louvois.

De acordo com o historiador alemão, “a novidade era a seguinte: as expectativas para o futuro se desvincularam de tudo quanto as antigas experiências haviam sido capazes de oferecer”, “o futuro será diferente do passado, vale dizer, melhor” (KOSELLECK, 2006, p. 318). A suposta repetição dos eventos e as lições extraídas do passado perdem espaço para o ineditismo do presente, a singularidade dos eventos e da história. Logo, a *magistra vitae* é destronada. À luz de Koselleck (2006, p. 145), o surgimento do historicismo e de “outras teorias do progresso” têm a ver com esse espantoso caráter do presente, ou seja, trata-se de uma reflexão que não busca a repetição.

Nesse sentido, a história deveria se associar ao progresso técnico e científico. A própria revista fora inserida em um percurso de avanços no campo da produção historiográfica. As palavras de Monod ilustram bem esse propósito: “É assim que a história [...] trabalha de uma maneira secreta e segura pela grandeza da Pátria e, ao mesmo tempo, pelo progresso do gênero humano” (MONOD, 1876, p. 36). Tal qual nos advertira François Dosse, ao inserir a história nesse movimento do progresso, o historiador – aqui exemplificado por Monod – enquanto responsável por ela, também busca garantir sua própria participação.

Além do propósito científico, persistem outros compromissos. Essa “revista combativa”, conforme Carbonell (1976, p. 339), possui razões políticas e carrega consigo um caráter pragmático com objetivo patriótico e mesmo nacionalista. O propósito é apresentado de forma clara e sucinta logo em seu manifesto:

É deste modo apenas que todos podem compreender o elo lógico que reúne todos os períodos do desenvolvimento de nosso país e até mesmo todas as suas revoluções; é por isso que todos se sentirão os rebentos do mesmo solo, as crianças da mesma raça, sem renegar qualquer parte da herança paterna, todos filhos da velha França, e ao mesmo tempo cidadãos nas mesmas circunstâncias da França moderna (MONOD, 1976, p. 324)³⁶.

[meta-históricos], sem o qual a história não seria possível, ou não poderia sequer ser imaginada” (KOSELLECK, 2006, p. 308).

³⁶C’est par là seulement que tous peuvent comprendre le lien logique qui relie toutes les périodes du développement de notre pays et même toutes ses révolutions ; c’est par là que tous se sentiront les rejetons du même sol, les enfants de la même race, ne reniant aucune part de l’héritage paternel, tous fils de la vieille France, et en même temps tous citoyens au même titre de la France moderne.

Desde o ano de sua fundação, 1876, até o início da Primeira Guerra, a partir dos dados obtidos por Borges (2013, pp. 55-56), dos 372 artigos publicados 38% (114) foram dedicados à história da França. A título de curiosidade, a Europa contou com 31% (114), enquanto os demais continentes (Ásia, África e América) juntos não passaram de 3,8 % (14) do total. De acordo como Pierre Nora (1993, p. 11), esse interesse nacional se dava em um presente fragilizado pelo traumatismo revolucionário e ainda pela derrota de 1870, que demandava respectivamente, uma reinterpretação global do passado monárquico e o desenvolvimento de uma erudição documentária e da transmissão escolar da memória. Ambas as questões se encontravam associadas ao passado.

Outro ponto importante ressaltado por Charles-Olivier Carbonell, diz respeito à moderação, apontada como um dos traços mais característicos da *RH*. Tal aspecto fora percebido pela historiadora Alice Gérard (1976, p. 378) ao analisar a visão extensiva e compreensiva da história revolucionária levada adiante por Monod. Segundo ela, além do mérito científico, a postura do historiador vincula-se a um posicionamento característico do centrismo liberal. Nesse sentido, Monod expressaria sua moderação e preocupação com os conflitos civis. Imparcialidade e simpatia pelo passado parecem alinhadas a essa postura.

Sentindo, após a derrota de Sedan, as perturbações de sua época, as desavenças partidárias, etc., as revoluções são vistas com ressalva. Na perspectiva de Monod (1976, p. 324), se por um lado elas foram capazes de modificar consideravelmente o mundo moderno fazendo desaparecer superstições e venerações cegas, por outro, teriam revelado o quanto um povo perde em força e vitalidade quando rompe abruptamente com o passado. Era preciso depurar os efeitos revolucionários, lapidá-la, conferir-lhe a melhor forma.

O estudo do passado da França que será a parte principal da nossa tarefa, aliás, hoje tem uma importância nacional. É por ela que podemos devolver ao nosso país a unidade e as forças morais de que necessitam, fazendo-lhe por vezes conhecer suas tradições históricas e aprender as transformações pelas quais passou. Os eventos dolorosos que criamos em nossa pátria de partidos hostis, cada qual atrelado a uma tradição histórica específica, e aqueles que, mais recentemente, mutilaram a unidade nacional, nos colocam no dever de despertar na alma nacional a consciência de si mesma, mediante o conhecimento aprofundado de sua história (MONOD, 1976, p. 324)³⁷.

³⁷L'étude du passé de la France qui sera la principale partie de notre tâche a d'ailleurs aujourd'hui une importance nationale. C'est par elle que nous pouvons rendre à notre pays l'unité et les forces morales dont il a besoin, en lui faisant à la fois connaître ses traditions historiques et apprendre les transformations qu'elles ont subies. Les événements douloureux qui ont créé dans notre patrie des partis hostiles se rattachant chacun à une tradition historique spéciale, et ceux qui, plus récemment, ont mutilé l'unité nationale nous font un devoir de réveiller dans l'âme nationale la conscience d'elle-même, par la connaissance approfondie de son histoire.

Enfim, a necessidade de escapar aos extremos e combinar antagonismos se impõe ao historiador. Monod expõe a necessidade de reconciliar a nação de suas perturbações intestinais, preservando sua unidade construída durante séculos. Não se trata de se apegar a uma tradição historiográfica ou outra, mas de colocar em jogo a própria história da França, cabendo ao historiador mais especificamente o papel de despertar na alma da nação a consciência de si mesma. De tal modo, ao tentar pôr em equilíbrio a balança, temos uma postura engajada politicamente e o que seria o seu contra-exemplo, a revista fundada pelo marquês Beaucourt, supostamente motivo de desequilíbrio. Nesse caso, o combate ao clericalismo e o ultramontanismo por oposição imprime tonalidades republicanas.

1.3 Ernest Lavissee (1844-1912): a nação como expressão política histórica

Qual o papel da história para a formação da nação? Cabe ao historiador promover valores? Quais? Ao passo que lemos Ernest Lavissee (1842-1922) percebemos de modo bastante evidente uma moral patriótica que se destina aos diversos níveis da sociedade francesa desde a tenra idade. Destarte, o historiador escreveu livros descritivos para o ensino primário com o intuito de fornecer aos pequenos franceses uma leitura histórica, uma primeira noção dos costumes e elementos concernentes ao desenvolvimento geral da história da França.

Cabe lembrar que os manuais pensados, organizados e escritos pelo historiador foram amplamente difundidos no território francês até 1914. Conforme Pierre Nora (1993, p. 23) assim como o *Tour de la France par deux enfants*, o *Petite Lavissee* indiscutivelmente formou a memória de milhões de franceses.

A história assume contornos pedagógicos e didáticos. Gravuras, resumos introdutórios, cenas infantis, exercícios, entre outros, ilustram os principais fatos e as mudanças³⁸. Assim, afirmou Lavissee (1913, p. 1): “Outrora, nosso país se chamava Gália, e os habitantes se chamavam gauleses. Nosso país mudou muito desde então, e nós não nos

³⁸ Outras estratégias são adotadas no período com intuito de promover o conhecimento da pátria. Se a tarefa de fornecer uma ideia nítida de pátria para as crianças não se revelava fácil porque não investir nos relatos de viagens que tanto lhes chamavam a atenção? Assim, munido desse objetivo, Augustine Fouillée sob o pseudônimo de G. Bruno (1889) escreveu *Le tour de la France par deux enfants: Devoir et Patrie* contando das andanças de dois irmãos oriundos da *Lorraine*, André e Julien. Após a morte do pai ambos buscam seus laços familiares, percorrem o território francês, descobrindo o país e, sem dúvida, os valores considerados nobres pelo autor.

parecemos mais nada com nossos pais os gauleses”³⁹. Contudo, os “bons exemplos” nos parecem o principal mote de Lavissee; estes devem permanecer como uma espécie de “patrimônio”, algo duradouro e capaz de estabelecer laços entre os ancestrais (*pères*) e os contemporâneos. Tanto a grandiosidade dos acontecimentos quanto a atuação de determinadas personagens conferem significado ao processo histórico.

Mas afinal, o que não poderia ser esquecido e por que razão? Por um lado, o *exemplo* e seu caráter extraordinário. A coragem, o esforço, a justiça e a moderação se encontram intrinsecamente associados ao propósito patriótico. Assim sendo, o fato de Vercingétorix ter se entregado a Júlio César torna-se para além de um acontecimento que marca a conquista romana, uma lição patriótica. Para que o seu povo não morresse assolado pela fome diante do cerco inimigo em Alésia, o líder dos gauleses entregara sua própria vida nas mãos do carrasco. “Guardem bem o nome de Vercingetorix que combateu para defender sua pátria, que sofreu e que morreu em uma horrível prisão”, escreveu Lavissee (1913, p. 7)⁴⁰. A semântica nacional vai absorvendo os tempos remotos.

O tema da “bela morte”, recorrente na obra *Histoire de France: Cours Élémentaire*, apresenta personagens que assim como Vercingétorix, morreram em nome de algo maior ou sagrado. Destarte, apesar das perseguições, dos maus-tratos e das censuras impetradas contra os cristãos durante o império romano, Santa Blandine morreu professando sua fé. Também podemos acrescentar o sobrinho de Carlos Magno que lutou contra os mouros, Roland, conhecido pelo seu heroísmo e bravura no campo de batalha. Sem vacilar em face dos sofrimentos e os tormentos da morte, seus corações, respectivamente, mantinham intacto o cristianismo e a França, sua pátria (LAVISSEE, p. 8; 21). Apresentado tais modelos de coragem e resistência, o historiador constrói uma moral caracterizada, entre outros, pelo amor à pátria e a honra.

Por outro lado, notamos o interesse em apresentar ao leitor a comparação entre os tempos, numa clara estratégia de identificar a evolução social da França de seu tempo: as crianças gaulesas ganhavam pequenos arcos, em algum momento acompanhavam os pais nas caçadas e não iam à escola, pois, simplesmente, não havia escola, diferentemente do leitor infantil ao qual se destina o trabalho do historiador. Amiúde, os gauleses são associados aos povos selvagens. Logo, uma perspectiva de progresso se desenha no sentido de que algo

³⁹Autrefois, notre pays s'appelait la Gaule, et les habitants s'appelaient les Gaulois. Notre pays a bien changé depuis lors, et nous ne ressemblons plus guère à nos pères les Gaulois.

⁴⁰Retenez bien le nom de Vercingétorix, qui a combattu pour défendre sa patrie, et qui a souffert et qui est mort dans une affreuse prison.

evoluíra para o melhor. Ainda nesse sentido, o contato com os conquistadores romanos permitiu aos gauleses várias aprendizagens como a construção de belas cidades. Agora as crianças vão à escola. Dizia Lavissee (1913, p. 8): “as crianças foram à escola para aprender a ler e escrever, aprender aritmética e outras coisas”⁴¹.

Mas, até que ponto se estende essa história revestida de valores patrióticos? Não se trata apenas de uma história das transformações e de viés pedagógico, ao mesmo tempo, descortinamos um fazer historiográfico enquanto retórica política. O historiador reconta os acontecimentos que concorreram para a consolidação da pátria e, ao mesmo tempo, promove sua força e seu lugar no mundo. De certa feita, Pierre Nora (1962, p. 84) chamou atenção para o caráter propagandista do historiador. Esse aspecto de seu perfil pode ser encontrado na passagem a seguir a qual Lavissee se dirige ao leitor com o intuito de apresentar o estado da França antes da Grande Guerra (1914-1918):

Depois do desastroso Tratado de Frankfurt, a França restaurou suas finanças e seu exército, e aumentou enormemente seu império colonial. [...] Através de suas descobertas científicas, ela serviu a Humanidade e se esforça mediante suas leis democráticas para melhorar a condição dos trabalhadores (LAVISSEE, 1925, p. 248)⁴².

O caráter republicano se encontra impresso na historiografia do historiador e demonstra tanto sua concepção política quanto o empenho em legitimá-la. Não por acaso a pátria se consolida com a Revolução Francesa na perspectiva de Lavissee (1948, p. 177). Com ela, as ordens e as leis particulares a cada província foram suprimidas, os ideais de justiça, igualdade e liberdade tomaram a alma dos franceses. Ao mesmo tempo, a revolução trouxe consigo a república e impôs grandes desafios ao povo. Durante séculos, a França havia se deixado governar por inúmeros monarcas, agora precisava assumir seu papel como protagonista.

É muito mais conveniente deixar-se governar do que governar a si mesmo. Quando nós nos deixamos ser governados, só temos que fazer o que o chefe diz. Quando nos governamos a nós mesmos, devemos pensar no que vamos fazer, deliberar, decidir, nos dar a pena. É necessário muito tempo para que um povo aprenda a se governar por si mesmo (LAVISSEE, 1948, p. 212)⁴³.

⁴¹Les enfants allèrent à l'école pour apprendre à lire et à écrire, pour apprendre l'arithmétique et d'autres choses encore.

⁴²Depuis le désastreux traité de Francfort, la France a reconstitué ses finances et son armée, et grandement accru son empire colonial. [...] Par ses découvertes scientifiques, elle servait l'Humanité et qu'elle s'efforçait par ses lois démocratiques d'améliorer la condition des travailleurs.

⁴³C'est beaucoup plus commode de se laisser gouverner que de se gouverner soi-même. Quand on se laisse gouverner, on n'a qu'à faire ce que le chef vous dit. Quand on se gouverne soi-même, il faut penser à ce qu'on

A expansão europeia sobre outros continentes mantinha-se na pauta de suas potências, Inglaterra, França, incluindo as recém unificadas Alemanha e Itália. Por seu turno, os avanços promovidos pela ocupação franca sobre outros territórios parecem legitimar a preservação de seu domínio. A saber, as cidades colonizadas tornavam-se mais bonitas e ampliam-se. Ali não havia espaço para práticas abomináveis como a escravidão, e as crianças podiam ser educadas como franceses, dando mostras de que a metrópole sabia tratar com generosidade e “bondade” o povo submisso.

A propósito escreveu Lavissee (1913, p. 168): “A França deseja que os pequenos árabes [argelinos] sejam tão bem instruídos quanto os pequenos franceses. Isso prova que nossa França é boa e generosa com os povos que ela submete”⁴⁴. Trata-se do discurso do “bom colonizador”, que leva melhorias e impulsiona o progresso nos lugares que governa.

O conteúdo difundido pelos manuais e discursos de Lavissee não advogam em prol da monarquia ou quaisquer outros regimes. Vale ressaltar que o historiador nem sempre fora republicano (NORA, 1962, p. 78). Conforme Kirschner (2010), o historiador não demonstrou entusiasmo com a proclamação da Terceira República e por algum momento guardou esperanças de que a Restauração imperial pudesse ocorrer. O historiador somente aderiu ao regime posteriormente (1878), “parecia-lhe, então, que ele [regime] poderia evitar revoltas como a Comuna de Paris ocorrida em 1870. Lavissee decidiu-se pela República quando ela já estava consolidada; quando a República e a defesa da nação faziam parte de um mesmo ideal (KIRSCHNER, 2010, p. 354).

Por meio da narrativa, podemos perceber a celebração da fidelidade, a supremacia da pátria diante do indivíduo, a coragem e a honra organizadas em torno de um ideal republicano – como celebrava o manual escolar: “Em três anos a República tinha feito pela pátria mais do que Francisco I, Henrique IV, Luís XIII e Luís XIV” (LAVISSEE, 1949, p. 165)⁴⁵. Além de lições para formar os indivíduos, a própria nação francesa emerge como um modelo, uma referência para os demais países, aquela responsável por abrir caminhos.

Conhecemos o regime político consagrado por Lavissee e o papel da história nesse sentido (“O conhecimento da história ilumina o amor da pátria”)⁴⁶. Nos discursos proferidos às crianças (*Discours à des enfants*), o historiador reforça que a Pátria é o lugar do mundo

fera, délibérer, se décider, se donner de la peine. Il faut beaucoup de temps à un peuple pour apprendre à se gouverner lui-même.

⁴⁴La France veut que les petits Arabes [algériens] soient aussi bien instruits que les petits Français. Cela prouve que notre France est bonne et généreuse pour les peuples qu’elle a soumis.

⁴⁵En trois ans, la République avait fait pour la patrie plus que François I^{er}, Henri IV, Louis XIII e Louis XIV.

⁴⁶La connaissance de l’histoire éclaire l’amour de la patrie (LAVISSEE, 1907, p. 28)

onde nascemos e que se distingue dos demais não tão somente pela sua natureza, mas antes de tudo, pela sua história. Destarte, o francês não poderia ignorar o percurso repleto de esforços pelo qual sua nação se convertera em uma das maiores do mundo.

Embora seja a menina dos olhos de Lavissee, não conhecemos nenhum tratado, escrito mais detalhado ou sistematizado sobre sua concepção política, propriamente dita. Em sua obra intitulada *Vue générale de l'histoire politique de l'Europe*, o historiador afirma que um povo histórico não é meramente aquele que existe, mas sim o que constitui regras de um estado político e social, capaz de estabelecer alguma forma de governo e promover a justiça em meio a sociedade (LAVISSE, 1890, p. 1). Assim, a política aparece associada ao modo como o povo se organiza e a capacidade de administrar a si mesmo, o que implica a capacidade de criar leis e executá-las.

Por seu turno, a nação também é considerada pelo historiador como uma expressão política. Ela não surge, necessariamente, das disputas e alianças, nem das relações diplomáticas entre outros. “Uma nação é uma pessoa formada, consciente e responsável” (LAVISSE, 1890, p. 79)⁴⁷. Trata-se de uma tomada de consciência de si como agente histórico e transformador. Nesse sentido, a crítica ao “Antigo Regime” e a apologia do regime republicano caminham lado a lado; a revolução desempenha papel crucial ao decretar um antes e um depois (NORA, 1962, p. 96). De acordo com Lavissee, a França de maneira muito abstrata encontrava-se personificada no rei, “Ela estava de início no rei e para o rei”⁴⁸, até o momento em que a nação se consolidou pelas mãos revolucionárias.

No reino da França [os revolucionários] substituíram a nação francesa, isto é, uma pessoa moral por uma expressão política. Eles declararam o solo nacional sagrado e indivisível, trataram a emigração como um crime, a invasão como um sacrilégio, proclamaram, com um trágico entusiasmo [...] o dever de todos para com a pátria em perigo (LAVISSE, 1890, p. 198)⁴⁹.

Esse é um aspecto importante, pois a nação e as nacionalidades também ocupam espaço na história política europeia. Na perspectiva do historiador, a nação definida como uma expressão política, uma pessoa consolidada, consciente e responsável pelas suas próprias decisões e leis não soa muito bem aos ouvidos de grandes impérios que reúnem várias nacionalidades. De acordo com Lavissee, os preceitos das nacionalidades descritos pela

⁴⁷Une nation est une personne formée, consciente et responsable.

⁴⁸Elle fut d'abord dans le roi et par le roi.

⁴⁹Au royaume de France ils ont substitué la nation française, c'est-à-dire, une personne morale à une expression politique. Ils ont déclaré sacré et indivisible le sol national, traité l'émigration comme un crime, l'invasion comme un sacrilège, proclamé, avec un enthousiasme tragique [...], le devoir de tous envers la patrie en danger.

Declaração dos Direitos do Homem seriam orquestrais nessa direção: “Toda soberania reside na nação” e, “a lei é a expressão da vontade geral; todos os cidadãos têm o direito de concorrer pessoalmente ou através dos seus agentes para a sua formação”.

Essas duas máximas teriam conduzido, em parte, a história do século em que vivera o historiador (LAVISSE, 1890, p. 198). Trocando em miúdo, a nação é considerada soberana e a intervenção estrangeira consiste em uma ameaça direta.

A nacionalidade⁵⁰, conforme Ernest Lavissee (1890, p. 204-205), é antes de tudo uma obra histórica consolidada pela vontade dos homens. Sem isso, os preceitos supracitados são letras mortas e frias. Por múltiplas vezes, o historiador lamenta a perda da Alsácia como algo doloroso e inesquecível (quicá, até possamos falar em sentimento de humilhação e “revanchismo”), uma espécie de ferida exposta. A ocupação prussiana não foi só um dano territorial, também significou a vitória da força sobre a razão, da lei da guerra sobre a política defendida pela França, conforme Lavissee. À guisa de Fustel de Coulanges, duas políticas são colocadas em lados opostos:

É difícil fazer compreender aos estrangeiros o porquê a França não pode se resignar com a perda de suas províncias: “É a lei da guerra”, dizem os alemães. Essa linguagem não teria surpreendido ninguém no último século; mesmo hoje, parece natural aos políticos do Antigo Regime. Mas a França, neste século, representa outra política. Entre todas as nações do mundo, ela é racionalista e sensível. Ela professa que não é permitido tratar uma população de homens como um bando de animais. [...] Ao nos tomar almas que eram e queriam permanecer como nossas, o vencedor nos feriu em nossa fé. [...] Ele simplesmente usou a velha lei da força. Eis o que determina o caráter da questão da Alsácia. Ela coloca em jogo dois estados de civilização, e nós temos na derrota, uma honra singular: a reparação do mal feito a nós seria uma satisfação dada à razão e aos mais generosos sentimentos do nosso tempo (LAVISSE, 1890, pp. 216-217)⁵¹.

Decerto, a política não é estática e, nesse sentido, Lavissee percebe o desenvolvimento da política europeia e alguns enganos. Outrora, a política se caracterizou por laços familiares promovidos pelos casamentos reais, pelas famílias e pessoas importantes, pelas religiões que

⁵⁰Conforme Lavissee (1890, p. 206-207) a nacionalidade é algo distinto da noção de raça. De acordo com o historiador raça consiste em algo da natureza que não possui mérito nesse sentido. Por seu turno, a nação é uma construção histórica. As ameaças do paneslavismo e pangermanismo, as reivindicações de caráter racial, as agitações foram percebidas por Lavissee, inclusive em razão de seu potencial belicoso, capaz de levar a grandes guerras.

⁵¹Il est difficile de faire comprendre à des Étrangers pourquoi la France ne peut se résigner à la perte de ses provinces : « C’est la loi de la guerre », disent les Allemandes. Ce langage n’aurait surpris personne au siècle dernier ; aujourd’hui encore, il semble naturel aux politiciens de l’ancien régime. Mais la France, en ce siècle-ci, représente une autre politique. Entre toutes les nations du monde, elle est rationaliste et sensible. Elle professe qu’il n’est pas permis de traiter une population d’hommes comme un troupeau de bêtes. [...] En nous prenant des âmes qui étaient et voulaient rester nôtres, le vainqueur nous a blessés dans notre foi. [...] Il a simplement usé du vieux droit de la force. Voilà qui détermine le caractère de la question d’Alsace. Elle met en présence deux états de civilisation, et nous avons, dans la défaite, un honneur singulier : le redressement du tort qui nous a été fait serait une satisfaction donnée à la raison et aux sentiments les plus généreux de notre temps (1890, pp. 216-217).

embora possuam correntes políticas não tem o mesmo peso nas relações internacionais como nos séculos XVI e XVII e outros. A presença dos conflitos bélicos também já não é a mesma. Ora, a paz não é mais vista como uma exceção na Europa (LAVISSE, 1890, p. 224).

Contudo, essa paz seria enganosa posto que os ódios nacionais continuassem sendo reforçados pelas rivalidades e queixas comerciais. Conforme Lavissee (1890, p. 228), “as ideias e os sentimentos pacíficos são incertos e frágeis”⁵². Uma questão importante defendida pelo historiador é o fato de a Europa ter vivido por algum tempo com uma máscara que transmitia aparência de similitude. Nesse caso, as formas comuns de governo encobriam o semblante europeu. As revoluções extraíram essa máscara deixando a Europa como aquilo que ela é, “com seus inconciliáveis contrastes nacionais, etnográficos e cronológicos”.

Mesmo as novidades do século, o espírito da Revolução, o progresso do trabalho humano colocaram uma ervilha em cada um dos pratos. E, do passado, persiste a velha causa da guerra, a política de ampliação e conquista. Isso é muito claro e muito preciso: ela se dá em lugares específicos e visíveis. Os Bálcãs e o ataque de Estrasburgo dominam hoje a política da Europa. É por isso que a espera da guerra é um dos principais fenômenos da civilização contemporânea. Ele se manifesta no sistema da paz armada. Antigamente, a paz usava apenas meia-armadura: atualmente, ela está armada da cabeça aos pés. Sem esforço, com um simples golpe de telégrafo, depois de alguns assobios de locomotivas, aí está a guerra, e que guerra! (LAVISSE, 1890, p. 232)⁵³

A existência de uma política expansionista acompanhada do fenômeno da “paz armada” demonstra certa angústia sobre um continente marcado por contrastes. Paradoxalmente, para Lavissee a referida paz revela uma “espera”, uma “espera de guerra”. Mesmo que não haja guerra propriamente dita, a vontade de lutar e a contenda não desaparecem do seu campo de visão. Não permite acalmar a tensão que por si só insinua conflito.

1.4 Charles Seignobos (1854-1942), o conhecimento histórico como instrumento de educação política.

⁵²Les idées et les sentiments pacifiques sont incertains et fragiles.

⁵³Trecho original: Même les nouveautés du siècle, l'esprit de la Révolution, le progrès du travail humain ont mis un pois dans l'un et l'autre plateau. Et, du passé, persiste la vieille cause de guerre, la politique d'agrandissement et de conquêtes. Celle-ci est très claire et très précise : elle agit en des endroits déterminés et visibles. Les Balkans et la flèche de Strasbourg dominant aujourd'hui la politique de l'Europe. C'est pourquoi l'attente de la guerre est un des phénomènes principaux de la civilisation contemporaine. Il se manifeste dans le système de la paix armée. Autrefois, la paix ne portait que demi-armure : aujourd'hui, elle est armée de pied en cap. Sans efforts, sur un coup de télégraphe, après quelques sifflements de locomotives, elle est la guerre, et quelle guerre !

O que é política para Charles Seignobos? Qual a sua importância? Como se estabelece a relação entre história e política? A última questão nos parece mais acessível uma vez que o historiador voltou seu olhar para o ensino da história e seu caráter político. Assim, lançou certas questões: O ensino de história pode ser considerado um instrumento de educação política? Qual o objetivo da história? Para que serve? Indagações que se impõem àquele cujo objetivo consiste em instruir os demais.

Conforme Charles Seignobos (1934, p. 109), a utilidade do conhecimento histórico não se revela de modo direto e pragmático, contrasta-se com as demais disciplinas. Afinal, aprende-se francês ou alemão para falar, compreender, escrever; aprende-se latim para ler livros antigos; aprende-se geometria, física e química porque são úteis em nossa vida, porque tem uma aplicação direta.

Porém, com relação ao conhecimento histórico que não apresenta diretamente sua utilidade, o autor se indaga: “Por que, portanto, carregar o espírito das crianças, quando haveria tantas coisas úteis para lhes ensinar?”⁵⁴ (SEIGNOBOS, 1934, p. 110).

As reflexões do historiador metódico sobre o ensino apontam para a importância política do estudo das ações humanas no decorrer do tempo. Antes de tornar-se realidade entre a maioria dos franceses, somente os filhos da nobreza e de altos dignitários podiam acessá-lo. Em outras palavras, o ensino histórico destinava-se aos futuros dirigentes, mostrava-lhes como governar. Não cabia aos súditos, era uma ciência dos príncipes. De acordo com Seignobos (2009), somente com as pressões exercidas pela opinião pública, a disciplina, durante o século XIX, ganhou seu espaço em meio ao ensino secundário.

Portanto, a consolidação do ensino de história carrega consigo um alcance político ao manifestar uma vontade popular. Aquilo que outrora era monopólio e instrumento de poucos, agora poderia ser desfrutado por todos. Os esforços e manifestações dos homens suscitavam transformações na sociedade e a partir dessa constatação, os educadores poderiam tirar proveito, alinhando história e política.

Era preciso inserir os futuros cidadãos ao universo político e tornar compreensível a sociedade em que vivem. Sem dúvida, o entendimento do mundo não passa unicamente pela história (também se dá com a matemática, a física e outras ciências). Porém, a compreensão do mundo social diz respeito à história, aparece quase como uma exclusividade da disciplina no pensamento de Seignobos. Logo, como demonstrar que o conhecimento histórico não só

⁵⁴ Pourquoi donc en charger l'esprit des enfants, quand il y aurait tant de choses utiles à leur apprendre.

pode como deve instruir politicamente aqueles que tomarão parte na vida pública enquanto funcionários, governantes e eleitores em um regime democrático?

Mediante o ensino histórico, algumas noções caras à política seriam introduzidas e familiarizadas (governo, costume, lei, instituições, serviços, diversidade...) (SEIGNOBOS, 1934, pp. 116-117)⁵⁵. Ao invés de divagar sobre o conceito propriamente dito, adota-se a postura de exemplificação. Afinal, a intenção consiste em disponibilizar noções, torná-las familiares e não conceitos sofisticados, cuidadosamente elaborados. Como se diz coloquialmente, “mais vale uma grama de exemplos do que uma tonelada de palavras”. Diante de tantos conceitos abstratos como governo, lei e Estado, esse seria um recurso imprescindível.

As experiências históricas mostram o caráter permanente e transformador, presente ao longo do tempo nas ações humanas. Sociedade e política são termos que não se anulam, embora a sociedade seja vista como algo que tenda mais a conservar-se do que mudar (SEIGNOBOS, 1934, pp. 117-118), enquanto a política aparece associada à ação transformadora. Curiosamente, o historiador é considerado por René Rémond (2003) um dos precursores da noção de cultura política ao lado de André-Siegfried, Alain Lancelot, George Weill, Marcel Prélôt e Jean-Jacques Chevalier.

Ele [Seignobos] foi um dos primeiros a se dar conta de dois fatos importantes cuja constatação foi determinante nas origens da sociologia eleitoral: a diversidade dos “temperamentos” políticos regionais e a antiguidade de seu enraizamento. Seignobos acentuou a constância, na superfície do território, da divisão direita-esquerda através das vicissitudes políticas, mudanças de regime, flutuações aparentes da opinião pública. Por outro lado, seu livro, hoje caído no esquecimento, sobre a história política da Europa, que misturava um considerável volume de informações, era novo para a época pelas possibilidades que oferecia de análises comparativas (RÉMOND, 2003, p. 27).

A redescoberta da importância da história política e seu vínculo com o social remetem, justamente, ao principal alvo da “renovação historiográfica” capitaneada por Lucien Febvre.

⁵⁵Para Seignobos (1934, pp. 116-117), a observação da sociedade e a realização de viagens também podem desenvolver essas noções, mas, à custa de um deslocamento contínuo e de visitas a lugares diversos e nada cómodos como salas de Assembleias, gabinetes reais, lugares de execução, moradias bárbaras e ainda campos de batalha. Se por um lado o conhecimento histórico seria mais superficial nesse sentido, por outro se revelaria mais extenso, repleto dos mais diversos atos que constituem a vida política.

Servir-se de um vocabulário político torna a sociedade mais compreensível como um conjunto de relações inteligíveis. Nas palavras de Seignobos (1934, p. 119)⁵⁶: “O homem que recebeu uma educação histórica se sente menos estranho à vida social e política; ele olha a sociedade sem desconfiança e sem superstição, como um fenômeno natural que lhe é familiar”.

Compreender a política é quase o mesmo que se interessar por ela na perspectiva do historiador. Quiçá, não porque se trate exatamente de política, mas, porque considera normal, nos interessarmos mais por aquilo que compreendemos bem. Assim afirmou Seignobos (1934, p. 119)⁵⁷: “Ora, aquele que se interessa por uma operação tem a tentação de participar dela ativamente, por esse meio o conhecimento atua sobre a ação; o estudo da vida política impulsiona a entrada na ação política”. Por essa razão muitos historiadores (exemplos: Guizot e Thiers) teriam trilhado a carreira política.

De mais a mais, é fato que vários profissionais da história se ocuparam de cargos públicos, participaram da renovação da universidade francesa; as relações estreitas mantidas com a classe dirigente não era algo estranho (REVEL, 2009, p. 34).

Outrossim, uma das noções mais importantes introduzidas pela história, consiste em um preceito metódico⁵⁸. A história é a ciência da mudança. Ocupa-se, sobretudo, dos eventos, dos acidentes, das transformações. Inclusive, os eventos seriam o que mais chamava atenção das crianças. Mas, ali onde elas veem uma série de cenas dramáticas, cabe ao professor fazê-las vislumbrar mais longe, observar os resultados dos atos, as mudanças que podem provocar. O ideal é que isso se converta em um hábito. A saber,

Depois de um evento a França não é mais o que era antes. A França depois da Revolução não é mais a França do antigo regime. As diferenças são suficientemente fortes para que um aluno as perceba. Assim, ele adquire uma noção que só a história pode dar: a noção de *transformação* social (SEIGNOBOS, 1934, p. 121)⁵⁹.

O efeito dos eventos é transformar a sociedade. As perspectivas histórica e política confluem para a transformação. Se uma estuda as mudanças na sociedade, a outra pode provocá-las. Nem mesmo a catastrófica Guerra (1914-1918) fez com que Charles Seignobos

⁵⁶L’homme qui a reçu une éducation historique se sent moins étranger à la vie sociale et politique ; il regarde la société sans défiance et sans superstition, comme un phénomène naturel qui lui est familier.

⁵⁷Or celui qui s’intéresse à une opération a la tentation d’y prendre une part active ; par ce moyen la connaissance agit sur l’activité ; l’étude de la vie politique pousse à entrer dans l’action politique.

⁵⁸Para compreender melhor a reflexão teórica e metodológica de Seignobos, ver as seguintes obras: *Introduction aux études historiques* (1898) em coautoria com Ch.-Victor Langlois e *La méthode historique appliquée aux sciences sociales* (1901).

⁵⁹La France elle n’est plus après un événement ce qu’elle était avant. La France après la Révolution n’est plus la France de l’ancien régime. Les différences sont assez fortes pour qu’un élève les aperçoive. Il acquiert ainsi une notion que seule l’histoire peut donner : la notion de *transformation* sociale.

recuasse em sua crença, ao contrário, o conflito reforça sua visão sobre o quanto o poder da política estende sua ação sobre a vida de um povo e demais atividades (SEIGNOBOS, 1939, p. 17). Assim, contamos com uma espécie de “didática” ao passo que vislumbramos uma maneira de transmitir o conhecimento mediante exemplos, comparações e estímulos com os quais se almeja conferir ao pensamento a expressão mais clara, segura e concisa possível. É dessa forma que noções dinâmicas como evento, transformação social e mesmo evolução se associam a epistemologia de Charles Seignobos.

Espera-se que com tais noções caras e essenciais para os estudos históricos um “novo par de olhos” prolifere, isto é, uma atitude distinta daquela que enxerga a sociedade como algo natural e imutável – esse entendimento traria graves consequências práticas (resignação, maus sociais...). Caso a sociedade seja imutável feita a natureza, por que razão se dar ao esforço de transformá-la? A escola histórica alemã é condenada nesse caso. A concepção de que a organização social é atribuída ao temperamento de um povo (espírito, *Volksgeist*) levaria ao fatalismo conservador (SEIGNOBOS, 1934, pp. 122-123).

Em sua *Introduction aux études historiques*, composta ao lado de seu amigo, Charles-Victor Langlois, o historiador atribuiu caráter subjetivo à descontinuidade, “uma mudança de hábito indica uma mudança naqueles que o praticaram” e não, exatamente, a evolução de um costume ou instituição (termos que não passam de metáforas) (LANGLOIS & SEIGNOBOS, 2009, p. 242). O sujeito ocupa um lugar central em sua análise e sobre o mesmo recai sua preocupação. Tornava-se necessário evitar uma postura conservadora, resignada diante do cenário então configurado, dar-se conta das transformações rápidas de seu tempo, as quais circunscrevem os homens em sociedade como a si mesmo (SEIGNOBOS, 1934, p. 125). Os tempos seriam outros e fechar os olhos para isso parecia comprometer o futuro.

O papel da política corresponde a uma ação consciente do indivíduo. Não bastaria agir, era preciso, assim como outrora outros homens promoveram mudanças, perceber-se como agente histórico capaz de modificar o universo em que se vive. Embora o regime de um povo seja resultado de um conjunto de arranjos empreendidos por homens “mortos”, nem tudo se encontra engessado.

Esse arcabouço repousa sobre as condições de vida de determinada época, algumas tão profundas e materiais subsistem e não temos condições de transformá-las (nem todas as mudanças são bruscas, algumas são graduais e menos aparentes) (SEIGNOBOS, 1934, p. 122-126). Entretanto, conforme Seignobos (1934, pp. 126-127), certas coisas permanecem

como conceitos, preconceitos, costumes, modas, fraudes, privilégios, mentiras pouco conscientes, entre outras, e podem ser modificadas. Tudo isso resultaria em uma geração, da educação, da opinião pública, de leituras.

Segundo o autor, se determinada educação promoveu preconceitos, costumes, etc., uma outra forma de educar não se encontraria impedida de provocar alterações, uma educação que pode ocorrer na escola, na vida, por meio de livros ou mediante propaganda oral (SEIGNOBOS, 1934, pp. 126-127).

O homem instruído pela história sabe por quais procedimentos espera obter mudanças. Conforme Seignobos, ele se coloca em guarda contra a crença de um progresso contínuo, saindo fatalmente de um instinto natural das massas e também contra a teoria da ação decisiva dos grandes homens, que leva ao culto dos heróis. Sabe que para que uma ideia nova ganhe força, precisa de intermediário entre quem a concebe e a massa para a qual ele pretende se fazer aceito. Ao mesmo tempo, ainda com Seignobos, o homem instruído pela história sabe que a sociedade pode ser modificada pela opinião não de um, mas de vários homens atuando em conjunto. Esse saber, segundo o historiador, lhe dá o sentimento de poder.

Esse conhecimento lhe dá o sentimento de seu poder, a consciência de seu dever e a regra de sua atividade, que é ajudar a transformação da sociedade no sentido que pareça mais vantajoso. Ela lhe ensina o processo mais eficaz, que é se entender com outros homens animados com as mesmas intenções para trabalhar juntos com intuito de transformar a opinião, seja educando as gerações mais jovens ou fazendo propaganda sobre os adultos, falando de preferência aos jovens cujas mentes são mais capazes de receber novas impressões (SEIGNOBOS, 1934, p. 128)⁶⁰

Outro ponto importante da concepção histórica de Seignobos que via a história como uma ciência com objeto e método próprio diz respeito ao método histórico. Assim como a perspectiva de mudança, o hábito de empregar o método crítico próprio da história serve à educação política. O que pode ocorrer sem uso técnico do termo. Uma lenda, uma anedota apócrifa, poderiam suscitar uma reflexão mesmo na criança. Muitas histórias são recontadas, impressas, sem, contudo, serem verdadeiras. Percebendo que alguns relatos são verdadeiros, outros não, por mais que muitos o concebiam como verdade, esse seria o primeiro despertar do espírito crítico (SEIGNOBOS, 1934p. 129).

⁶⁰Cette connaissance lui donne le sentiment de son pouvoir, la conscience de son devoir et la règle de son activité, qui est d'aider à la transformation de la société dans le sens qu'il regarde comme le plus avantageux. Elle lui enseigne le procédé le plus efficace, qui est de s'entendre avec d'autres hommes animés des mêmes intentions pour travailler de concert à transformer l'opinion, soit par l'éducation des jeunes générations, soit par la propagande sur les adultes, en s'adressant de préférence aux jeunes gens dont l'esprit est plus capable de recevoir de nouvelles impressions.

Noutro caso, temos relatos contraditórios. O exemplo dado é sobre a tomada de Roma pelos galos, contada por Políbio e Tito Lívio. Aí o historiador lhe fará constatar que um relato é mais verdadeiro que outro, e pode fazê-lo constatar que o testemunho direto informa melhor do que aquele sobre o qual se ouviu dizer (SEIGNOBOS, 1934, p. 129)

Será uma brecha decisiva na credulidade natural. O aluno será colocado em posição de lutar contra a tendência natural de aceitar sem exame tudo o que é dito [...]. Na prática, o estudante que se tornou homem não terá outras fontes de informação política senão os jornais; é indispensável que ele possa não ser o ingênuo e o prisioneiro de seu diário. Se ele adquiriu o hábito, mesmo elementar, da crítica, ele aplicará aos jornais de diferentes tendências e as comparará entre elas. Ele será capaz de se informar de modo crítico e julgar com independência (SEIGNOBOS, 1934, pp. 130-131)⁶¹.

Portanto, o ensino de história pode preparar, sim, o aluno para a vida política na concepção de Seignobos. Pois lhe fornece noções importantes e que podem despertá-lo para exercer seu papel político. Por meio de exemplos, os auxilia a refletir. A história seria o verdadeiro ensino cívico.

Agora essa educação é útil? Charles Seignobos é bem categórico ao responder que depende do objetivo dos educadores. Aos educadores que buscam fazer sujeitos submetidos ao seu príncipe ou fiéis submissos aos seus pastores a resposta é não! Mas, aqueles que têm consciência de que seu país é uma democracia representativa e laica sabem que seus alunos estão destinados a serem eleitores, representantes de certos grupos, funcionários públicos, bem como alguns terão que dirigir politicamente o país. E grande parte será formada no ensino secundário (SEIGNOBOS, 1934, pp. 131-132).

⁶¹Ce sera une brèche décisive faite dans la crédulité naturelle. L'élève sera mis en état de lutter contre la tendance naturelle à accepter sans examen tout ce qui est raconté [...]. En pratique, l'élève, devenu homme, n'aura d'autres sources d'information politique que les journaux ; il est indispensable qu'il puisse ne pas être la dupe et le prisonnier de son journal. S'il a acquis l'habitude, même élémentaire, de la critique, il l'appliquera aux journaux de tendances différentes et à les comparer entre eux. Il sera capable de s'informer avec critique et de juger avec indépendance.

CAPÍTULO 2: A POLÍTICA ECLIPSADA

Nesse capítulo abordaremos a presença do caráter político nos *Annales*. Antes disso, procuramos apresentar ao nosso leitor a organicidade da revista, seus principais temas de interesse, seus colaboradores, a maneira como se encontra dividida, etc. Em seguida, percebemos como a política se revela do ponto de vista temático ao discutir assuntos que estiveram na pauta de Napoleão III, da Segunda República e da recém-fundada União Soviética. Mais adiante mostramos a existência dos grandes nomes nas páginas do periódico.

Por fim, abordamos o nacionalismo e sua relação com o projeto expansionista francês dirigido, sobretudo, ao continente africano. Nesse caso, percebemos um uso político da revista na medida em que promove o império colonial francês, ao ressaltar os esforços, as preocupações, os progressos levados às terras conquistadas. Além disso, nos chama atenção à recorrência temática da França, de alguma forma, a nação não parece se ausentar.

2.1 Os *Annales d'Histoire Économique et Sociale* (1929-1938)

A revista dos *Annales d'Histoire Économique et Sociale* foi criada no ano de 1929 pelos historiadores Marc Bloch e Lucien Febvre na cidade de Estrasburgo. Tratava-se de um projeto antigo de Febvre, frustrado em sua primeira tentativa pela recusa de Henri Pirenne em 1921, à época com o intento de fundar uma revista internacional. Tal revista sofreu algumas influências, decerto, de outras revistas como a *Révue de Synthèse Historique* e seu programa interdisciplinar, *L'Année Sociologique* e sua perspectiva voltada para o social e outras revistas estrangeiras como a alemã *Vierteljahrschrift für Sozial – und Wirtschaftsgeschichte*, que já disponibilizavam espaço cativo para o social e o econômico.

O encontro de diversos intelectuais, entre os quais, Charles Blondel, Maurice Halbwachs, George Lefebvre, Gabriel Le Bras, André Piganiol e outros, na cidade fronteiriça, reincorporada ao território francês após a Grande Guerra, firmou uma aliança entre vários estudiosos, decisivos para o surgimento e a manutenção da revista, incluindo os contatos periódicos entre os próprios pais fundadores desde o início dos anos de 1920 até 1933. De acordo com Burke (2010, p. 30), desanexada da Alemanha a universidade tornou-se mais propícia à inovação intelectual e à nomeação dos dois como professores e *maître de conférences* em 1920.

A propósito dos mais assíduos participantes da revista, a maioria possui traços comuns, sendo composta por franceses empenhados em percorrer o trajeto Estrasburgo-Sorbonne ou outros espaços importantes da cena acadêmica, alguns com *agrégation* tanto em história quanto em geografia. Boa parte nasce entre os anos de 1870-1880 e morre a partir dos anos de 1940 e 1950.

A propósito dos principais participantes, dentre os mais velhos que nasceram nos anos de 1860 e 1870 constam os alunos de Vidal de La Blache, os geógrafos Albert Demangeon (1872-1940), especialista em geografia regional com notório interesse pela seara econômica; Henri Baulig (1877-1962) cujos temas significativos eram relevo, geomorfologia, eustasia (ambos foram professores na Sorbonne) e Jules Sion (1879-1940), professor na Universidade de Montpellier, que dedicou seus trabalhos, principalmente, aos países mediterrânicos, à geografia do sul da França e à geografia física.

Não podemos nos esquecer do sociólogo Maurice Halbwachs (1877-1945), membro do conselho editorial da revista *Année Sociologique*, que havia trabalhado com François Simiand (um dos precursores da “Nova história”, segundo Le Goff), deteve a cátedra de psicologia social no *Collège de France*; à guisa dos outros supracitados percorreu o caminho Estrasburgo-Sorbonne. Devemos incluir, também, o arquivista e paleógrafo Georges Espinas (1869-1948), que desempenhou o papel de arquivista na direção dos *Archives diplomatiques du Ministère des affaires étrangères* (1895-1930) e foi membro da *Académie Royal de Belgique* (1927).

Inseridos no grupo dos historiadores nascidos no mesmo período, temos George Bourgin (1879-1958), também arquivista, formado pela *École de Chartes*, que ocupou os cargos de conservador da antiga *Section des Archives Nationales* e foi presidente do *Institut Français d'Histoire Sociale* que reunia documentos e arquivos voltados para o social. Suas pesquisas giraram em torno da revolução de 1848, do socialismo, da Terceira República, da Comuna, etc.

George Lefebvre (1874-1959), especialista em Revolução Francesa, sob essa perspectiva foi membro da *Société des études robespierristes*, vinculado aos *Annales historiques de la Révolution française*; professor de história da Revolução Francesa na Sorbonne; fundador do *Institut d'Histoire de la Révolution française*.

Podemos incluir também Henri Hauser (1866-1946), que esteve no Brasil e lecionou na USP durante a missão francesa (vide FERREIRA, 1999) – os primeiros escritos nos *Annales d'Histoire Économique et Sociales* sobre o Brasil foram impressos por ele, à época

membro do corpo editorial. Além de historiador, foi economista e geógrafo, discípulo de La Blache e professor de Braudel, especialista em século XVI, professor de história econômica dos tempos modernos e contemporâneos na *Faculté des Lettres de Paris* (1927-1936). André-Émile Sayous (1873-1942), especialista em história econômica e financeira, preocupado com as instituições econômicas e as relações comerciais estabelecidas sobre o mediterrâneo durante o medievo.

Dentre os que nasceram nos anos de 1880 e 1890, constam Charles-Édmond Perrin (1887-1974), um medievalista francês especialista em história rural, o mesmo que dirigiu a tese de George Duby e foi professor de Le Goff. Tal medievalista foi professor nas universidades de Estrasburgo e Sorbonne; o historiador e arqueólogo especialista em antiguidade romana, André Piganiol (1883-1968), que lecionou em Estrasburgo, na Sorbonne e colaborou com a *Revue Historique*.

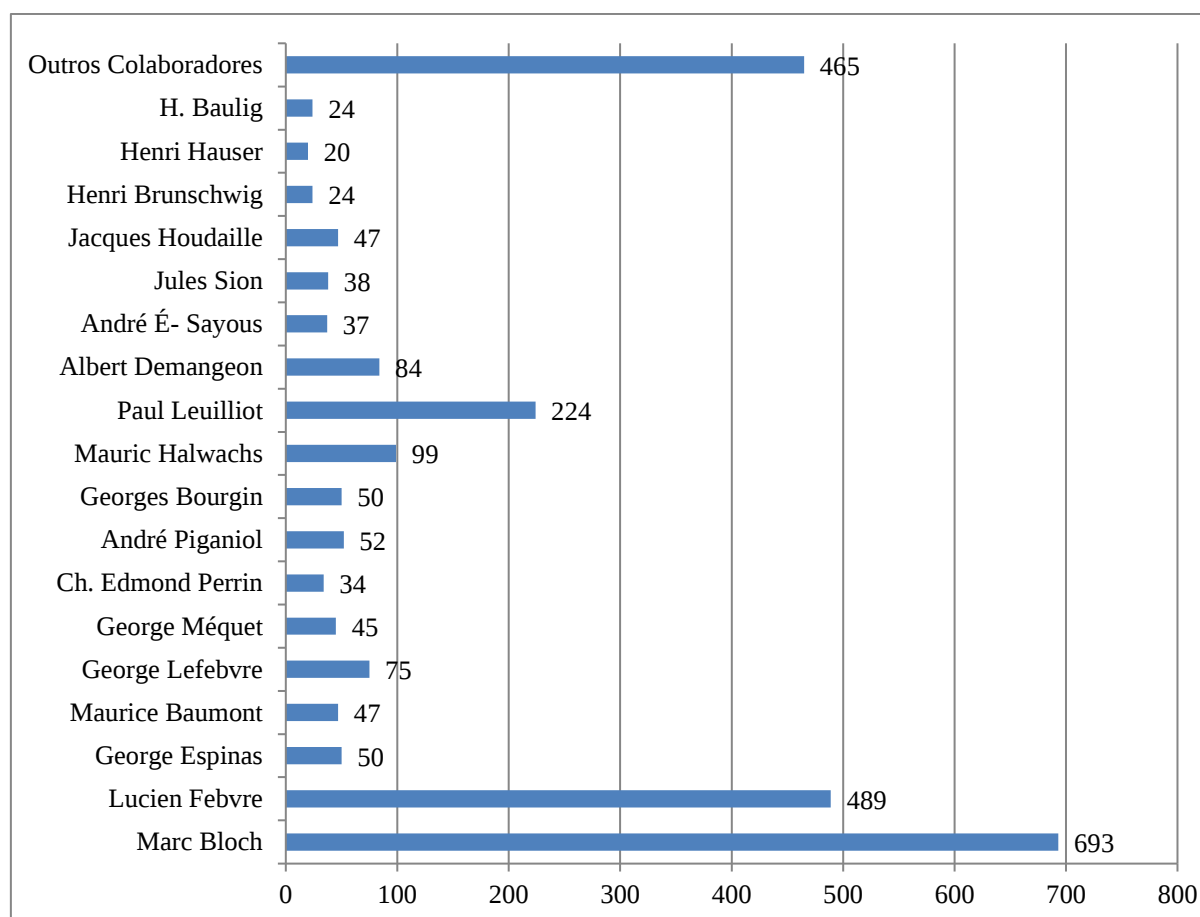
Assim como Maurice Baumont (1892-1981), especialista em história da Alemanha e da Terceira República Francesa, também professor, por sua vez no *Conservatoire National des Arts e Métiers* na capital francesa e no *Institut de Hautes Études Internationales* na cidade de Gênova, igualmente foi membro de várias instituições francesas como a *Académie des Sciences Morales et Politiques* (1957), a *Comissions des Archives Diplomatiques du Ministère des Affaires Étrangères* (1946) e da *Comission de l'Histoire de la Guerra*. E, por fim, Paul Leuilliot (1897-1987), especialista sobre o século XIX alsaciano e último membro da equipe fundadora a morrer, tinha 90 anos (*vide* LIMA, 2014, p. 149).

Com exceção de Paul Leuilliot e Maurice Baumont, com menos de quarenta anos, A. Piganiol (46) e Charles Perrin (42), os demais colaboradores acima possuem mais de cinquenta, sessenta anos (como é o caso de Henri Hauser) à época da fundação da revista. Parte significativa desse grupo será disperso com a eclosão da Segunda Guerra Mundial. Alguns morreram prisioneiros nas mãos da Gestapo (Maurice Halbwachs e Marc Bloch), outros faleceram por razões diversas a partir dos anos de 1940 e 1950. Após o desaparecimento de Febvre (1956), basicamente outra geração assumiria os *Annales* capitaneados por Braudel cuja participação nos *Annales de Histoire Économique et Sociale* (1929-1938) não havia sido das mais expressivas.

Tal grupo composto por historiadores, geógrafos, arquivistas e sociólogos mantém relações com mais de uma revista. O gráfico a seguir foi feito apenas com a pretensão de fornecer ao leitor uma imagem geral dos principais colaboradores. Vale ressaltar que foram catalogados entre artigos, resenhas, notas críticas e outros a quantidade de 2.597 textos,

escritos por mais de uma centena de autores – as principais participações em cada uma das partes da revista, que possuem pretensões e características textuais distintas, serão apresentadas posteriormente.

Gráfico 1. Gráfico Geral dos principais colaboradores dos *AHES*.



Fonte: *AHES* (1929-1938); Disponível em gallica.bnf.fr; www.persee.fr; www.jstor.org

De acordo com o gráfico 1, notamos que quase metade da produção da revista se deu em virtude da participação dos seus diretores. As atuações de Marc Bloch lhe conferem o elevado percentual de 27% das publicações enquanto Lucien Febvre mantém o índice de 19%. Outro membro assíduo dos *AHES*, Paul Leuilliot, além de suas atribuições como secretário, também colaborou com 9% de seu conteúdo. Outro nome importante para o grupo, Maurice Halwachs, com quase cem publicações, representou 4% do total das participações.

Georges Lefebvre e Albert Demangeon respondem por 3%. Por seu turno, Georges Espinas, Maurice Baumont, Méquet, André Piganiol, Georges Bourgin e Jacques Houdaille respondem cada qual por 2%. Os demais, André É-Sayous, Ch. Edmond Perrin, Jules Sion, Henri Brunschwig e Henri Hauser não ultrapassaram cada qual 1% das participações.

A revista fundada por Marc Bloch e Lucien Febvre, associada a grandes nomes da historiografia do século passado e, por vezes, confundida (ou não) com uma escola, “espírito” e “programa” inovadores, não emergiu imune a problemas capazes de comprometer o bom andamento de seu projeto iniciado em 1929. Ela só se afirmaria após a Segunda Guerra – quando adotaria uma postura mais clara e contundente contra a “história tradicional”. Durante, aproximadamente, cinco anos (1939-1945), a produção cairia drasticamente, as repetidas mudanças no nome da revista, problemas editoriais e de divulgação em dias difíceis revelam a instabilidade do periódico.

O editorial da revista dos *Annales* em 1939, além de anunciar uma nova fase sob o título de *Annales d'histoire Sociale*, de modo bastante lúcido, deixa o leitor ciente das circunstâncias nada favoráveis e a onda de incertezas sob as quais se encontra. Tratava-se de um apelo diante das peripécias, um pedido de ajuda (“*Aidez-nous!*”) aos leitores e possíveis colaboradores.

Os *Annales d'Histoire Économique et Sociale*, sofrendo uma transformação que não alterará quaisquer de seus traços essenciais, devem a partir de então, sob um título ligeiramente diferente se adaptar a uma situação nova – e encontrar na energia de seus leitores os meios de continuar, em tempos singularmente difíceis, sua ação de alargamento espiritual e de aproximação entre disciplinas (BLOCH, 1939, pp. 5-6.)⁶².

A revista, destituída da chancela da casa de edição Armand Colin, já não publicava devido aos custos elevados a considerável cifra de seis publicações anuais. Ao término de 1939, com a eclosão da Guerra, o cenário seria agravado com a dispersão da equipe dos *Annales*, da grande maioria de seus colaboradores, secretários e membros do conselho de direção (FEBVRE, 1939, pp. 353-354). Com isso, seus diretores assumiam cada vez mais a responsabilidade pelo prosseguimento do projeto face aos diversos obstáculos, ou seja, os recursos limitados, a dispersão de seus colaboradores e membros, a difícil distribuição dos exemplares, a clandestinidade e a participação na Resistência de um dos seus fundadores e, claro, os eventos bélicos.

Com a ocupação, Marc Bloch, então proibido de associar seu nome à revista, como outros judeus do período vitimado pela política de Vichy, escrevia usando o pseudônimo Marc Forgès. Diante das dificuldades impostas pela invasão e da impossibilidade de vincular

⁶²Les *Annales d'Histoire Économique et Sociale*, subissant une transformation qui n'altérerait aucuns de leurs traits essentiels doivent désormais, sous un titre légèrement différent s'adapter à une situation neuve – et trouver dans l'énergie de leurs lectures, les moyens de continuer, en des temps singulièrement difficiles, leur action d'élargissement spirituel et de rapprochement entre disciplines.

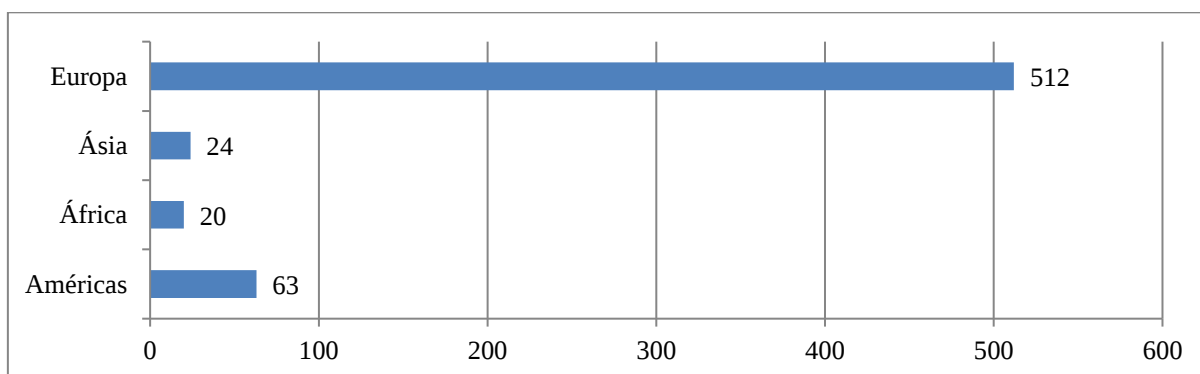
seu nome aos *Annales*, Bloch oscilava com relação à manutenção ou fechamento da revista, enquanto Lucien Febvre assumia integralmente a direção do periódico (LIMA, 2014, p. 170).

Podemos dividir a revista em três partes centrais, uma *entrada* (composta, sobretudo, por artigos), por vezes acompanhada de textos em torno de determinadas pesquisas (*enquêtes*); outro ponto destinado à “vida científica” (composto por pequenos artigos, notas críticas e resumos) e, por fim, uma parte nomeada “Do passado ao presente” (repleta de resenhas). As revistas possuem em média 120 páginas. Considerado as edições e o número de páginas ao longo do período, quase 6.300 páginas. Ao passo que o número de edições aumenta a partir de 1932, a média de páginas que era de 159,25 declina para 104,19 páginas. Possivelmente, o termo *Entrée* (entrada) não seja o mais adequado, porquanto ocupe praticamente metade das páginas da revista. Entretanto, não é de todo incoerente por ser o primeiro momento dos três que citamos acima e contém os textos mais robustos.

Aliás, não apenas muitos dos colaboradores da revista eram europeus, como também a Europa lhe interessa bastante. Embora nem sempre haja um recorte temporal claro, explícito – na medida em que alguns artigos e notas possuem uma abordagem teórica e metodológica, que se debruçam reflexivamente sobre a historiografia ou documento específico – percebemos sem muito esforço a preponderância europeia nas páginas da revista. Sobre essa esteira notamos, desde os primeiros números, os escritos sobre o Antigo Regime, a Revolução Francesa, a economia e a industrialização alemã, as relações comerciais entre a Inglaterra e os mercadores italianos, o capitalismo nascente, as questões agrárias, a evolução econômica sueca e mesmo no tocante aos artigos dedicados às doutrinas, aos conceitos, aos arquivos, etc.

A mesma atenção não se aplica às outras regiões do globo. Sendo ínfima a quantidade de trabalhos dedicados à América, menor ainda para África, Ásia e, praticamente, nula para a Oceania. Para melhor ilustrar esse aspecto, observemos o gráfico seguir:

Gráfico 2. Recorte espacial conforme seleção temática dos *AHES*.



Fonte: *AHES* (1929-1938): Disponível em gallica.bnf.fr; www.persee.fr; www.jstor.org

A pretensão do gráfico 2 fora mapear a produção da revista tendo como foco seu recorte temporal durante seus quase dez anos de existência, perpassados ao longo de seus 54 exemplares. Nesse caso, levamos em consideração, apenas a terceira parte da revista que contabiliza 619 escritos. De acordo com o gráfico torna-se claro o grande interesse do grupo pelos países da Europa. Os territórios europeus, além da França, da Alemanha, da Itália, da Grã-Bretanha e outros significam 83% das publicações. Trata-se de um demasiado descompasso porquanto as Américas correspondem 10% do total, enquanto os continentes africano e asiático somam juntos apenas 7%.

Ademais, o periódico em voga, talvez, possa ser visto como uma primeira fase ou momento de um conjunto maior de revistas existentes até os dias de hoje, sendo o periódico francês de história mais difundido no mundo, agora sob o título de *Annales, Histoire, Sciences Sociales*. Durante quase dez anos a revista publicou nos três primeiros anos quatro edições anuais, e nos outros seis manteve a notória cifra de seis edições anuais.

Bem como outras revistas da época, os *Annales* apresentavam seus artigos na primeira parte. Muitas das participações nesse campo se deram uma ou duas vezes. Aqui muitos escreveram “poucos” textos. Por um lado, sua *entrada* trouxe nomes bastante conhecidos do público brasileiro como Henri Pirenne, ilustre e reconhecido historiador belga à época, Georges Lefebvre⁶³, Louis Gernet (mestre de Jean-Pierre Vernant). Por outro, contou com intelectuais (quase) desconhecidos, caso do historiador Gustave Glotz⁶⁴, aquele que deu o “pontapé inicial” dos trabalhos, publicando o primeiro e emblemático artigo (1929, nº 1) da revista sobre o preço do papiro na antiguidade grega (*Le prix du papyrus dans l'antiquité grecque*), e o também especialista em história antiga, Eugène Cavaignac⁶⁵.

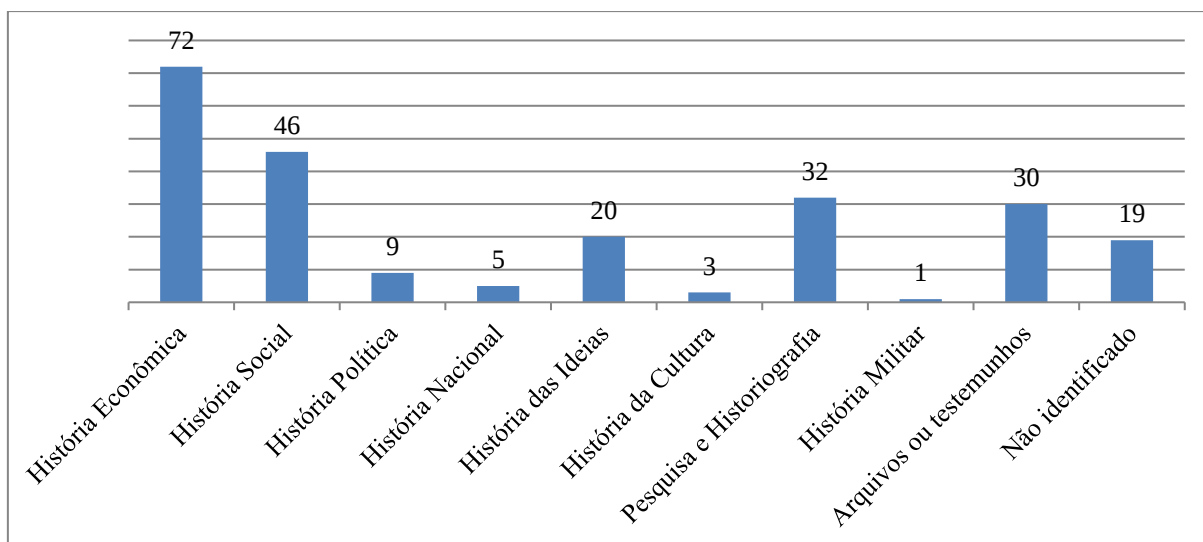
Nesse momento primordial, a revista apresentou diversas cores e contornos relacionados à pretensão da mesma em pensar o econômico e o social. Mesmo os arquivos, os testemunhos, os conceitos, os trabalhos históricos são tratados como reservatórios informativos ou ferramentas favoráveis à exploração dos aspectos econômicos e social da vida humana. O gráfico a seguir nos informa sobre a distribuição temática dos *AHES*.

⁶³Henri Pirenne escreveu dois artigos sobre o medievo, um tratou da instituição dos mercadores (*L'institution des marchands a 1u moyen âge*) (1929, nº 1), outro dos vinhos franceses e sua exportação (*Un grande commerce d'exportation au moyen age: Les vins de France*) (1933, nº 21). Por seu turno, Lefebvre publicou artigos sobre a relação entre a Revolução Francesa e a história agrária na França (*La place de la Révolution dans l'histoire agraire de la France*) (1929, nº 4) e acerca do movimento dos preços e as origens da Revolução Francesa (1937, nº 44).

⁶⁴Gustave Glotz (1862-1935) foi um historiador francês especialista em Grécia Antiga. Dedicou-se principalmente aos aspectos econômicos da civilização grega e das cidades-estados. Sucedeu Paul Guiraud como professor de história grega na Sorbonne no ano de 1904.

⁶⁵Eugène Cavaignac foi um historiador francês (1876-1969), membro da École Française d'Athènes, professor de história antiga na Université de Strasbourg tendo como seus colegas Marc Bloch e André Piganiol.

Gráfico. 3. Principais temáticas (*Entrée*).



Fonte: AHES (1929-1938): Disponível em gallica.bnf.fr; www.persee.fr; www.jstor.org

Conforme observado no gráfico 3, a história social corresponde a 19% dos escritos e diz respeito às instituições, às classes, aos grupos e às transformações sociais. Por seu turno, a história econômica consiste em 30% e considera a evolução econômica de um determinado país, o estudo histórico das instituições financeiras, dos bancos, dos comércios, dos preços e das atividades com finalidade econômica. Embora a preocupação com as fontes históricas também caracterize a revista, *in loco*, sua atenção dada aos arquivos ou testemunhos nesse espaço (13%) deu-se, mormente, nos primeiros números, por volta do ano de 1932.

Sem fugir à regra, o interesse pelas atividades intelectuais (equivalente a 8%) não distanciaram a revista dos predicados impressos em seu nome. Os AHES comprimiram diversos elementos de uma história das ideias ao se debruçar sobre doutrinas, obras e conceitos. De tal modo, puderam tirar proveito das doutrinas enquanto tratavam de questões tocantes ao capitalismo, ao sindicalismo e outros. Os aspectos políticos e nacionais também não escaparam ao radar (6%), situados entre às demais áreas de interesse da revista, assim como as reflexões sobre a pesquisa e a escrita da história equivalentes a 14% das publicações.

A segunda parte apresentada pela revista empenha-se em situar ou estimular o universo acadêmico e científico composto por diversos eventos, encontros e discussões. Essa preocupação com a “vida científica” arregimentou assuntos como documentação histórica, congressos, conferências, centros de estudos, museus, cartografia, tratou das novidades científicas e outros. Malgrado não seja um espaço grande, nos parece suficiente para mostrar o quanto a revista estava atenta ao universo científico da época.

Deste modo, os *Annales* teciam, ainda que ligeiramente, suas considerações sobre os congressos promovidos pelas ciências sociais. Foi o caso de vários encontros ocorridos no ano de 1928, antes de sua criação, como o Congresso das Ciências Históricas (BLOCH, 1929, pp. 71-73), em Oslo, onde o lançamento da revista foi anunciado, e o Congresso Internacional de Geografia (FEBVRE, 1929, pp. 73-75) realizado em Cambridge.

Ainda nesse curto espaço, o periódico apresentava instrumentos de pesquisas e dava atenção às publicações correntes. Os exemplos são facilmente localizáveis, principalmente a partir de 1934 quando a revista menciona jornais (*Giornale degli economisti...*), publicações concernentes à Sociedade das Nações, diagnósticos econômicos, bibliografias e revistas (*The Economie History Review*, *Le Travail Humain*, *Annales Sociologiques*, *Annales de Bourgogne*, *Annales d'Histoire Sociale et Économique* da Polônia, *Nankai Social and Economic Quarterly*, *Annales de la Société Scientifique de Bruxelles*, *Les Cahiers d'Histoire et d'Archéologie* etc.).

Ao mesmo tempo, os arquivos e bibliotecas eram contemplados em um balanço contemporâneo desde os arquivos italianos localizados em Boston (BLOCH, 1930, nº 5, p. 93), os arquivos históricos municipais em Barcelona (USHER, P. A. 1930, nº 7, pp. 404-410), os arquivos dos almirantes franceses pouco utilizados segundo Leon Vignols (1930, pp. 565-571), e os arquivos hospitalares até coletâneas de registros, documentos recentes, catálogos de bibliotecas (*Bibliothèque de la Banque Nationale de Belgique*, *Bibliothèque de la Chambre de Commerce de Paris...*) e outros.

Noutras palavras, a revista dos *Annales d'Histoire Économique et Sociale*, amiúde, atentava-se à documentação, indispensável para o avanço dos estudos históricos, informando ao leitor a disposição de certos documentos, publicações e o trabalho, elogiável ou não, dos arquivistas.

Durante o corpo da revista, os textos de alguma forma vão “perdendo” páginas, vão se “afunilando”, tornando-se cada vez menores até chegar aos “*comptes rendus*”, pequenos textos ou resenhas muito curtas (alguns não passam de uma página) dedicados à leitura de livros e revistas. Fora, justamente, nesses escritos que Burguière (1979, p. 1350) vislumbrou o nível polêmico e hostil da revista, aquilo que definia de certa maneira a sua orientação, sua severidade, vinculada ao espírito dos *Annales*.

Diferentemente da parte inicial da revista onde muitos escrevem “pouco”, neste espaço poucos escrevem “muito”. Além de Bloch, Febvre e Leuilliot, mais treze autores mantêm alguma regularidade de publicações, embora em quantidade bastante inferior. A

saber, Georges Espinas, Maurice Baumont, Georges Méquet, André Piganiol, Maurice Halbwachs, Albert Demangeon e outros nomes conhecidos da revista. O propósito dessas leituras não é outro senão a prosperidade do conhecimento histórico.

Tais autores se dedicaram ao estudo dos países europeus, escreveram sobre ofícios e indústrias, comércio, movimentos sociais, grupos sociais, agricultura, o marxismo, a relação do homem com o seu meio (floresta, montanha e etc.), a gestão econômica, metodologias, os ciclos e as regularidades, a colonização entre outros, explorando com isso diversas áreas de interesse histórico. A saber, a economia representa 36% dos escritos, o apreço pelo social 14%, a história da França conta com 12%, a visão sobre as ideias e a política corresponde cada qual a 7% e os temas que aproximam geografia e história a 7%, os outros ou não identificados somam 15%.

Nessa derradeira parte da revista seus colaboradores expressavam, embora de maneira muito ligeira, suas “simpatias” e “antipatias” com relação às obras recém-publicadas e escritas por estudiosos de diferentes ramos do conhecimento (geografia, sociologia, economia e outras). Isso poderia ser constado na medida em que Paul Leuilliot dizia que tal artigo “não poderia ser ignorado” para os interessados em determinado tema (como os clubes jacobinos) ou quando Lucien Febvre (1930, p. 286) condenava a ausência do econômico e do social em certa obra, uma “omissão [que] não poderia parecer sem gravidade” para os *Annales*. Mesmo perante o pequeno livro intitulado *La science française depuis le XVIIe siècle* (1933) escrita pelo biologista Maurice Caullery, Lucien Febvre (1934, p. 607) lançou sua crítica a um especialista de outra área e a justificou, ao alegar que não importava o campo do conhecimento para os *Annales*. De alguma forma, nada parecia estar em questão senão a própria história, mais precisamente científica, e o pecado do biólogo fora ter deixado de lado o estudo da técnica, sem a qual uma história da ciência não seria possível.

2.2 A politização da economia

A política é um tema tratado, em especial, no interior de resenhas voltadas para a análise da economia. Para efeitos de análise, três textos merecem menção. Primeiro, o artigo do professor de história moderna e contemporânea da universidade de Montelieu, Marcel Blanchard (1885-1965), chama atenção para o fato de que dificilmente percebemos as

mudanças operadas em nosso presente⁶⁶. Decerto, a advertência consiste em um caso clássico. Aliás, reconhecido pelo referido historiador⁶⁷ que se indagava sobre a percepção dos seus contemporâneos franceses diante do avanço da indústria elétrica, embora os resultados fossem visíveis, e do surgimento de uma verdadeira política de eletricidade.

Situação semelhante, mas com consequências ainda mais graves se deu com o surgimento e constituição da rede ferroviária. Mais graves na perspectiva do autor, posto que, diferentemente da Inglaterra, a mesma coincidiu com a própria revolução industrial (BLANCHARD, 1934, p. 530) em seu país. O mérito da empresa tão associada à modernização não fora nem da monarquia, nem da Segunda República, mas do Segundo Império ao reunir um grupo de altos administradores, técnicos especializados, financiadores eminentes e políticos com visões claras.

A bem da verdade, a abordagem de Blanchard consiste em um breve esboço que busca informar ao leitor, certamente sem esgotar o assunto, sobre a importância da política ferroviária encabeçada pelo governo imperial. Embora o regime tenha expirado, uma considerável malha ferroviária permanecera como legado. O regime teria deixado, no momento em que desmoronara, cerca de vinte mil quilômetros de ferrovia organicamente agrupados em conjuntos bem coerentes. A partir de então, os trilhos teriam papel decisivo perante toda circulação francesa (BLANCHARD, 1934, p. 533).

De tal modo política e economia não são vistas como aspectos dicotômicos. Muito pelo contrário. Quiçá, a mensagem de Blanchard consista, justamente, em demonstrar a proximidade entre ambas. Acaso os investimentos econômicos não requerem certa segurança política? Também as reivindicações de companhias interessadas em concessões não passam pelo debate político? Qual apoio esperar diante da resistência por parte dos representantes de outros meios de transporte?

Muito rápido e naturalmente, as companhias conduziram uma luta severa pela conquista de todo o tráfico; não tiveram dificuldades em eliminar o transporte de mercadorias sobre rodas; conseguiram com certa dificuldade, mas igualmente com

⁶⁶“Nós dizemos com prazer que os homens são cegos sobre seu tempo. Coloquemos, com olhar indulgente, que eles são fortemente míopes”. Trecho original: L'on dit volontiers que les hommes sont aveugles leur temps. Mettons, au regard de pour être indulgent, qu'ils sont fortement myopes (BLANCHARD, 1934, p. 524).

⁶⁷Em vão nossa vida de todos os dias é muito imediatista e muito diretamente condicionada, por vezes esmagada ferozmente pelos incidentes de tais problemas que vivemos, e sofremos em um estado de ignorância total a seu respeito, tal qual o selvagem que tem enxaqueca, cólica ou febre e que não dúvida de maneira algum que ele tem um cérebro, um intestino, um aparelho circulatório (BLANCHARD, 1934, p. 524). Trecho original: En vain notre vie de tous les jours est-elle très immédiatement et très directement conditionnée, parfois broyée féroce­ment par les incidences de tels problèmes nous vivons, et souffrons dans un état d'ignorance totale à leur endroit, tel le sauvage qui a la migraine, la colique ou la fièvre, et qui ne se doute nullement qu'il a un cerveau, un intestin, un appareil circulatoire.

eficácia, matar, ou quase, a navegação interior. O uso de tarifas diferenciais e preços firmes se revelam desde o início, em suas mãos, uma arma eficaz e temível (BLANCHARD, 1934, p. 538)⁶⁸.

Aparentemente, o império nada fizera para amenizar a anulação dos outros meios de transporte. Após a queda de Napoleão III ocorreu alguma esperança de que as rotas navegáveis recuperassem parte de seu prestígio. Testemunhos do período diziam que os ministros do império teriam favorecido as estradas de ferro, comprometendo drasticamente as vias navegáveis ao permitir que o forte esmagasse o fraco (BLANCHARD, 1934, p. 539).

As contendas também se alastravam em direção às próprias companhias. Afinal, as linhas férreas possuíam extensão e configuração geográfica, a posse de um lugar e uma posição aquecia um jogo de interesses diversos. Por exemplo, as estradas que levam à Marselha envolvem muito mais do que trilhos sobre o solo francês, encontram-se intrinsecamente atreladas à exploração do enorme centro de negócios o qual se tornara a cidade (indústrias, construção naval, comércio marítimo, bancos, etc.).

Além disso, Blanchard ressalta que o governo de Luís Felipe sofreu com problemas de ordem econômica. A monarquia temia que a existência de grandes empresas representasse ameaça ao Estado e ao poder público, com isso fragmentou as linhas. Conforme o historiador, ao fazê-lo o governo de julho inviabilizou qualquer concepção orgânica de exploração, impediu verdadeiramente toda economia regional de circulação. O pulso firme do império (comparado à monarquia de Julho) teria sido decisivo para implementação do caminho de ferro.

Aliás, o governo imperial se sente suficientemente forte não apenas por não temer [a existência de grandes empresas como uma ameaça ao Estado e ao poder público], mas para favorecer grandes grupos. Ele tem suficiente confiança em si para estar seguro de sempre poder impor seu arbítrio e defender os interesses superiores do Estado. Assim nasceram, pelo procedimento sistemático das fusões, as organizações atuais de redes que cortam a superfície do território (BLANCHARD, 1934, p. 537)⁶⁹.

A análise de Marcel Blanchard não persegue, necessariamente, estruturas e a relevância dos comportamentos coletivos ou forças sociais. Embora o historiador não traga

⁶⁸Très vite et naturellement, les compagnies menèrent une lutte sévère pour la conquête de tout le trafic ; elles n'eurent point de peine à éliminer le roulage ; elles parvinrent plus difficilement, mais tout aussi efficacement, à tuer, ou à peu près, la navigation intérieure. L'usage des tarifs différentiels et des prix fermes s'avéra dès l'abord, entre leurs mains, arme efficace et redoutable.

⁶⁹Par ailleurs, le gouvernement impérial se sent assez fort non seulement pour ne pas redouter, mais pour favoriser les grands groupements. Il a assez de confiance en soi pour être sûr de pouvoir toujours imposer son arbitrage et défendre les intérêts supérieurs de l'État. Ainsi naquirent, par le procédé systématique des fusions, les organisations actuelles des réseaux se découpant la surface du territoire.

causas profundas para explicar a política ferroviária do Segundo Império, mostra os efeitos duradouros das ações do governo de Napoleão III para a França ainda em seu tempo. A capacidade da política de expandir sua ação sobre a vida de uma sociedade e outras atividades afirmada por Seignobos (1939, p. 17), igualmente aplica-se a perspectiva de Blanchard.

Napoleão encontrou um país percorrido por “carretas” e legou um território de trilhos, metamorfoseou a paisagem. As viagens, o fluxo das informações e mercadorias ganharam uma velocidade surpreendente. Industrialização e ferrovia andavam juntas. De acordo com Blanchard (1934, p. 531), os caminhos de ferro “provocaram e acompanharam [...] a extensão das explorações mineiras, a renovação e ascensão da metalurgia, a transformação das velhas indústrias têxteis”⁷⁰.

Ao avaliar a passagem de uma França rural, de estalagens para um país caracterizado pela modernidade, Blanchard preza pela descontinuidade e mantém o espírito crítico sobre uma personagem pouco (ou indevidamente) estudada após a proclamação da Terceira República. Lembremos que Charles Seignobos (1938) não deu o mesmo protagonismo ao imperador, considerado “tímido” e visto como aquele que “tendo vivido no estrangeiro ou na prisão, não conhecia a vida francesa” (SEIGNOBOS, 1938, p. 404). Conforme Blanchard (1934, p. 346), era preciso estudar mais a respeito da influência decisiva dessa política sobre a vida do país, acerca de sua orientação, desenvolvimento e localização.

Outro exemplo está no trabalho de Pierre Monbeig⁷¹, que versa sobre o problema da concentração de terras e da riqueza na Espanha. Malgrado sua participação ocorra por volta de 1932 – quando a Segunda República Espanhola havia acabado de se instalar – trata de uma questão histórica que remete à própria formação espanhola em meio às guerras de Reconquista, no momento em que as terras foram distribuídas aos nobres e se formaram os senhorios. Por seu turno, as grandes propriedades dominam as regiões do sudeste e sul da República sem nunca representar uma fonte segura para o camponês pobre que se empenhava em alimentar cotidianamente sua família.

A República era a única esperança dos camponeses, que almejavam uma reforma social, não apenas a mudança política. Esperava-se um programa governamental de desapropriação de grandes propriedades que distribuisse terras e fornecesse subsídios aos camponeses. Assim, as populações rurais apoiavam com firmeza as pretensões republicanas.

⁷⁰ [...] Provoqué et accompagné le développement industriel lui-même l'extension des exploitations minières, la rénovation et l'ascension de la métallurgie, la transformation des vieilles industries textiles.

⁷¹ Pierre Monbeig foi um geógrafo francês. Durante sua carreira exerceu a docência no Liceu de Malherbe de Caen e na USP como professor de geografia física e humana.

Todavia, igualmente, impunham-lhes certas dificuldades, porquanto contavam com o seu maior adversário, ou seja, “os homens novos”. Conforme Monbeig (1933, p. 542), esses últimos “carregados de todas as simples esperanças camponesas, não teriam coragem de agir, romper com o passado e empreender uma reformulação total do regime agrário”⁷².

A questão das terras pouco ou nada exploradas possuía precedentes históricos. Por amostragem, a necessidade de desbravar terras chamou atenção de economistas no século XVIII e tanto a nobreza quanto o clero foram alvos de protestos camponeses durante o século XIX. Ainda que a venda de terras da Igreja tenha sido autorizada em algum momento (Lei Mendizabal), os camponeses não tinham condições de comprá-las, caindo assim, quase sempre em mãos burguesas.

O controle fundiário apenas deslocava-se em relação ao proprietário (do nobre ao burguês). “Economicamente nada muda, as terras permanecem incultas e mal cultivadas ao passo que a população evolui para um proletário rural com toda a força do termo” (MONBEIG, 1933, p. 544-545)⁷³. Tampouco bastaria assentar alguns poucos e pequenos proprietários sem subsidiá-los mediante instrumentos de trabalho e o capital necessário como fizera o ditador Primo Rivera (MONBEIG, 1933, p. 545).

Além de uma explicação histórica, Pierre Monbeig utiliza dados estatísticos e afirma que por meio de um estudo detalhado percebemos que nem todos os latifúndios compreendem lugares montanhosos e inférteis, tais seriam os casos de *Sierra Morena*, *Campiña (Cordove)* e da província de *Cadiz*. Outrossim, a riqueza encontrava-se distribuída conforme a posse fundiária. A título de exemplo, em Estremadura, 3.867 latifúndios possuem um capital agrário de 70 milhões de pesetas, enquanto que 159.355 pequenos proprietários tinham apenas 24 milhões de pesetas em números redondos (MONBEIG, 1933, p. 549).

De tal modo, Monbeig insinua uma relação direta entre a concentração de terra e os movimentos revolucionários. A propósito da Andaluzia onde os movimentos revolucionários ocorreram de modo mais acentuado, era preciso reconhecer que ali terra e riqueza se encontravam juntas para o usufruto de uma minoria (MONBEIG, 1933, p. 549). Outro problema espanhol diz respeito ao desemprego. Conforme Monbeig, essa preocupação prendia muitos camponeses aos senhores, ou seja, a mínima segurança contra o desemprego.

⁷²Chargés de toutes simples esperances des paysans, n’auraient pas le courage d’agir, de rompre avec le passé et d’entreprendre une refonte totale du régime agraire.

⁷³Économiquement, rien ne fut modifié; les terres restèrent incultes ou mal cultivées, tandis que la population évoluait vers un prolétariat rural dans toute la force du terme.

Diante desse cenário, historicamente desfavorável e instável para os pequenos camponeses e jornalheiros, a República consistia em uma esperança, posto que, “a revolução política [...] deveria ser acompanhada de uma revolução social” (MONBEIG, 1933, p. 553)⁷⁴. As greves, a ameaça bolchevique na Andaluzia (“*El trienio bolchevique*”: 1918-1919-1920), o contato com obras de Cabinet, Fourier entre outros, o anarcossindicalismo, as querela políticas, e a tentativa de golpe militar com o general Sanjurjo fizeram parte do contexto. Certamente, certos desafios não estavam fora do radar dos republicanos:

Quando os republicanos espanhóis assumiram o poder em 14 de abril de 1931, eles não tinham apenas consciência dos males dos quais sofria seu país; eles tinham, ao mesmo tempo, refletido cuidadosamente sobre os possíveis remédios e estavam decididos a aplicá-los. Sucessivamente os ministérios Alcala Zamora e Azaña se comprometeram a resolver os grandes problemas espanhóis: levar o exército ao seu devido lugar, organizar sobre novas bases as relações da Igreja e do Estado, satisfazer as legítimas aspirações catalãs sem romper com a unidade nacional e, enfim, reconstruir mais equitativamente o regime agrário da Espanha, a fim de obter um rendimento superior por um trabalho melhor organizado. Aí estava, talvez, a questão vital. Com a questão agrária, não estamos mais a falar de reivindicações sentimentais, mas, da pobre vida cotidiana de milhares de famílias camponesas (MONBEIG, 1933, p. 541)⁷⁵.

A “impaciência” camponesa compõe parte do contexto político no qual a Segunda República dá os seus primeiros passos. A sua cautela incomodou os anseios camponeses, o governo pretendia alinhar a reforma com as cortes constituintes, convertê-la em uma espécie de anexo da nova Constituição.

Antes de proceder a uma verdadeira reforma, o governo revolucionário de 14 de abril quis agir com muita prudência e busca rodear-se de todos os elementos de informação necessários. Essa lenta prudência explica o descontentamento dos camponeses de Estremadura e Andaluzia; ela explica também sua simpatia pelos partidos de extrema-esquerda que não colaboram com o governo republicano (MONBEIG, 1933, p. 554)⁷⁶.

⁷⁴La révolution politique [...] devait être accompagnée d’une révolution sociale.

⁷⁵Lorsque les républicains espagnols prirent le pouvoir le 14 avril 1931, ils n’avaient pas seulement conscience des maux dont souffrait leurs pays; ils avaient aussi mûrement réfléchi aux remèdes possibles et ils étaient décidés à les appliquer. Successivement les ministères Alcala Zamora et Azaña ont entrepris de résoudre les grands problèmes espagnols : amener l’armée à sa juste place, organiser sur de nouvelles bases les rapports de l’Église et de l’État, satisfaire les légitimes aspirations catalanes sans rompre l’unité nationale et, enfin, reconstituer plus équitablement le régime agraire de l’Espagne, afin d’obtenir un rendement supérieur par un travail mieux organisé. C’était là peut-être la question vitale. Avec la question agraire, il ne s’agit plus de revendications sentimentales, mais de la pauvre vie quotidienne de milliers de familles paysannes.

⁷⁶Avant de procéder à une véritable réforme, le gouvernement révolutionnaire du 14 avril voulut agir très prudemment et chercha à s’entourer de tous les éléments d’information nécessaires. Cette lenteur prudente explique le mécontentement des paysans d’Estremadoure et d’Andalouise ; elle explique aussi leur sympathie pour les partis d’extrême-gauche qui ne collaborent pas avec le gouvernement de la république.

Em nove de setembro de 1932, uma lei foi aprovada, permitindo a expropriação de latifúndios na Andaluzia, *Estremadoure, Ciudad Real, Tolède, Albacete e Salamanque*, mas, ao mesmo tempo, aprovou o princípio da indenização para tal (despesa que comprometia o orçamento). Para esse propósito, a República criou no mesmo ano o *Instituto para la Reforma Agraria*, organismo que deveria dirigir a reforma agrária.

Em linhas muito gerais, Monbeig considera positiva a empreitada republicana, embora com algumas ressalvas. Se em seu conjunto a lei parece um grande passo, o colaborador dos *AHES* nos lembra que a mesma não suprimiu toda propriedade e tampouco impediu indenizações. Outro dado que talvez se afigure como curioso, diz respeito ao grupo de parlamentares socialistas que aprovou a lei, implicando de tal modo uma espécie de “socialismo de direita” ou um “socialismo reformista” (MONBEIG, 1933, p. 559)

Portanto, podemos dizer que Monbeig vislumbra a República como ousada na medida em que se propôs a modificar a paisagem e a organização fundiária espanhola, vista como um problema a ser debatido, ou seja, aquilo que durante séculos passou ao largo da monarquia. Sem se arriscar com profecias, Monbeig aventava possibilidades e incertezas futuras que podemos transcrevê-las ou adaptá-las da seguinte maneira: Teremos uma economia regenerada na Espanha? As consequências de uma grande reforma podem ultrapassar os Pirineus? Surgirá um jovem país herdeiro de um passado glorioso e por ora eclipsado? (MONBEIG, 1933, p. 559).

Por último, temos uma análise do Plano Quinquenal soviético, realizada por Georges Méquet (1932). O autor, membro do BIT⁷⁷, especialista em Rússia e URSS, registra a mudança de percepção em relação à política econômica russa de ceticismo com a Grande Depressão

Transforma-se subitamente em espanto admirativo ou aterrorizado, quando o público conheceu os primeiros resultados da aplicação do P. Q. [Plano Quinquenal], em meados de 1930. Nesse momento, a crise econômica mundial se desenvolveu, então a União soviética parecia marchar a passos de gigante. O acento posto sobre os perigos de *dumping*⁷⁸ russo não deixou de influir sobre essa mudança de opinião (MÉQUET, 1932, p. 257)⁷⁹.

⁷⁷ Bureau International du Travail (BIT) (Escritório Internacional do Trabalho).

⁷⁸ Conforme o “Novíssimo Dicionário de Economia” (SANDRONI, 1999, p. 187): o termo inglês *dumping* diz respeito à “prática comercial que consiste em vender produtos a preços inferiores aos custos, com a finalidade de eliminar concorrentes e/ou ganhar maiores fatias de mercado. No mercado internacional, o dumping pode ser persistente quando existem subsídios governamentais para o incremento das exportações e as condições de mercado permitem uma discriminação de preços tal que a maior parte dos lucros de uma empresa que o pratica seja obtida no mercado interno.”

⁷⁹ Se transforma soudain en stupeur admirative ou terrifiée, lorsque le public connut les premiers résultats d'application du P. Q., vers le milieu de 1930. A ce moment, la crise économique mondiale se développait, alors

Tal qual ressaltava Fustel de Coulanges (1893), entre outros, o momento vivido repleto de informações tendenciosas, as opiniões extremamente divididas entre medo e admiração (ou se preferirmos, as “paixões”) impediam uma avaliação mais calma e crítica a respeito do Plano Quinquenal na perspectiva Georges Méquet. Além de fornecer um balanço simpático com relação aos resultados obtidos e não menos realista, afinal novos desafios se impunham e a possibilidade de crises no horizonte (“Isso só o tempo poderia dizer!”), Méquet se propõe a investigar a gênese do plano, as circunstâncias sobre as quais surgira e as verdadeiras razões que o inspiraram.

O plano de uma economia planificada, dirigida pelo próprio Estado soviético, deveria ser compreendido para além do espírito revolucionário. Antes de tudo, as pretensões de governo se associam a uma ideia tipicamente russa e que, portanto, remete à longa duração. Em virtude desse aspecto, o artigo sobre o plano quinquenal apresenta uma escala mais ampla de análise. Na perspectiva exposta por Méquet (1932, p. 258), tratar-se-ia da eterna luta da Rússia pela sua independência estendida às esferas política e econômica.

Não era somente mais uma ideia russa, mas a “ideia russa”, por excelência (MÉQUET, 1932, p. 258). Sem exclusivismo, estava presente em Pedro, o Grande e, igualmente, em Lênin.

Cabe ressaltar que os antecedentes russos pré-revolucionários revelam um país pobre, agrário e que apenas engatinhava no caminho da industrialização com extrema dependência do capital estrangeiro, sem contar com os agravantes da Grande Guerra, entre outros. Perante essa atmosfera tão desfavorável, idealiza-se um país forte, capaz de manter-se com suas próprias pernas, pronto para enfrentar as adversidades, com condições de mostrar ao mundo os caminhos para um futuro melhor, ambiciona-se não necessariamente uma Rússia europeia, porém, o desenvolvimento de um largo território (Eurásia). O Plano Quinquenal não seria um fim, mas, nesse sentido, um marco (MÉQUET, 1932, p. 258).

Portanto, Méquet observa a permanência de uma espécie de ideal russo ao longo dos séculos – todavia, convém acrescentar – sem perder de vista o seu alinhamento com a necessidade de superação e as possibilidades então configuradas. Havia um postulado, lembra Méquet, expresso por Lênin durante o 14º Congresso do Partido Comunista, no qual era preciso tomar como ponto de partida o fato de que o país dos soviets tinha tudo aquilo que precisa para construir uma economia socialista (LÊNIN, 1925, apud MÉQUET, 1932, p. 259).

que l'Union soviétiste semblait marcher à pas de géant. L'accent mis sur les dangers du dumping russe ne fut pas sans influer sur ce revirement de l'opinion.

Urgia a necessidade de recuperar a economia cujos índices anteriores à eclosão da Grande Guerra ainda eram perseguidos. A inevitabilidade de alimentar a população, o atraso e o desequilíbrio da economia russa eram evidentes para os revolucionários. Entretanto, o que estava em jogo não era tão somente uma questão econômica a qual envolvia concessões (ou não) ou a aquisição de novos empréstimos estrangeiros, aprofundar ou não a NEP⁸⁰, mas, igualmente, de ordem política.

Colocava-se em xeque a própria forma de alavancar a economia (aumentar a produção agrícola e industrial, torná-la moderna mediante o progresso da siderurgia, da indústria química, qualificar a mão de obra indispensável, etc.) e suas consequências para o país.

Por um lado, tendo pesado todos esses argumentos econômicos e, por outro lado, impulsionados por sua psicologia revolucionária, que relutava em ver a Rússia dos soviets cair no estado de semi-colônia do capital estrangeiro, os líderes bolcheviques entenderam que, a menos que se resignem e submetam a Rússia novamente ao poder econômico do capitalismo, teriam que ir muito longe, ou seja, dar à U.R.S.S. uma indústria que a tornasse suficientemente independente do exterior (MÉQUET, 1932, p. 264)⁸¹.

A explicação para a viabilidade dos recursos a tal propósito envolve um esforço coletivo. Afinal, de onde viria o capital necessário? Conforme nosso autor, ao contrário do que muitos poderiam pensar à época, o financiamento decisivo proveio da “confiança” existente no próprio país e não da reserva em ouro e platina, do superávit comercial e, tampouco, dos créditos estrangeiros. Assim afirmou Méquet (1932, p. 266): “É a confiança que permitiu ao Governo mobilizar quase um terço da renda nacional para a industrialização do país, ao invés de deixar a população um pouco à vontade”⁸².

⁸⁰A Nova Política Econômica (NEP) foi um “Programa de desenvolvimento da economia, com relativa liberalização, adotado pelo governo da União Soviética entre 1921 e 1928. Tinha como objetivo recuperar a economia nacional devastada pela guerra e aliviar enormes tensões raciais decorrentes da aplicação do “comunismo de guerra” nos anos anteriores, quando o Estado assumiu de forma absoluta o controle de toda a produção do país para fazer frente à guerra civil e à invasão estrangeira. Com a NEP, o comércio interno foi liberado, permitiu-se o funcionamento de pequenas e médias empresas privadas, estimularam-se os investimentos estrangeiros, instituiu-se o pagamento de horas extras e de prêmios aos trabalhadores e criou-se o imposto sobre propriedades urbanas. Isso possibilitou uma rápida recuperação da economia do país, mas também provocou o desenvolvimento de segmentos sociais enriquecidos, como é o caso dos *kulaks* (camponeses ricos). Gerou também, no plano da liderança comunista, graves divergências político-ideológicas. A NEP foi abolida em 1929, quando se iniciaram os Planos Quinquenais” (SANDRONI, 1999, pp. 421-422).

⁸¹D'un côté, ayant bien pesé tous ces arguments économiques et, d'un autre côté, poussés par leur psychologie révolutionnaire qui répugnait à voir la Russie des Soviets retomber à l'état de semi-colonie du capital étranger, les chefs bolchévistes comprirent qu'à moins de se démettre eux-mêmes et de soumettre à nouveau la Russie à l'emprise économique du capitalisme il leur fallait far da se, c'est-à-dire donner à l'U. R. S. S. une industrie qui la rendît suffisamment indépendante de l'étranger.

⁸²C'est la confiance qui a permis au Gouvernement de mobiliser à peu près le tiers du revenu national pour l'équipement du pays, au lieu de laisser la population prendre un peu ses aises.

O papel da militância e o orgulho patriótico também não foram menosprezados nessa direção, uma vez que foram decisivos para despertar a massa da população. Destarte, Méquet lança mão de uma metáfora (“o espírito de abelha”) impressa pelo poeta e dramaturgo belga Maurice Maeterlinck (1862-1949) para traduzir a psicologia dos soviéticos e o predomínio do esforço coletivo sobre o interesse individual.

Como na colmeia da qual fala Maeterlinck, “podemos estimar que a abelha, ou a natureza da abelha, organizou-se de uma maneira mais perfeita do que em qualquer outra parte o trabalho em comum, o culto e o amor pelo futuro!”. [Quando a coletividade se encontra guiada pelo espírito de colmeia] consagra todas as suas forças para a edificação da cidade futura, que deve ser melhor do que todas as cidades passadas e presentes. Em Maeterlinck, lemos novamente esta frase admirável, quando ele fala das abelhas: “Elas amam adiante delas e nós amamos, sobretudo, em torno de nós. É isso que caracteriza a situação psicológica do povo soviético. [...] A comunidade, sob a influência de uma prodigiosa tensão do espírito e dos nervos, esmaga impiedosamente todos aqueles que estão no caminho de seu futuro (MÉQUET, 1932, p. 266)⁸³.

Apesar dos dados estatísticos favoráveis e da constatação de que uma economia dirigida não consiste em uma utopia, para Méquet o futuro das estratégias soviéticas não lhe parece assegurado, tampouco o regime. Quanto a isso, cabe sublinhar a seguinte passagem:

Os comunistas russos dizem que antes de tudo uma revolução é indispensável e que o regime capitalista é incapaz de se adaptar, que a ideia de proveito individual é incompatível com a disciplina e o espírito de sacrifício que são os dois traços fundamentais da Rússia do plano quinquenal. A propósito dessa objeção o futuro responderá, bem como nos dirá se os russos saberão dar cabo a este entusiasmo de produção que pode levá-los a crises tão graves quanto aquela que atravessa o mundo desde 1929 (MÉQUET, 1932, p. 293)⁸⁴.

De mais a mais, a abordagem de Méquet sintetiza tanto o macro quanto o micro, tanto o social quanto o papel da militância como despertador das massas. Por seu turno, a política não é tratada de modo reducionista e articula-se com outras esferas como a economia e a tradição. Tal perspectiva não isola ainda a política da vida coletiva e reconhece a relevância dos sujeitos históricos como agentes transformadores da realidade social. Essa

⁸³Comme dans la ruche dont parle Maeterlinck, « on peut estimer que l'abeille, ou la nature dans l'abeille, a organisé d'une manière plus parfaite que nulle autre part, le travail en commun, le culte et l'amour de l'avenir » ! [...] consacre toutes ses forces à l'édification de la cité future, qui doit être meilleure que toutes les cités passées et présentes. Dans Maeterlinck, nous lisons encore cette phrase admirable, quand il parle des abeilles : « Elles aiment en avant d'elles et nous aimons surtout autour de nous. » C'est bien ce qui caractérise la situation psychologique du peuple des Soviets. [...] La collectivité, sous l'influence d'une prodigieuse tension de l'esprit et des nerfs, écrase impitoyablement tous ceux qui se dressent sur la voie de son avenir.

⁸⁴Les communistes russes disent qu'avant tout une révolution est indispensable et que le régime capitaliste est incapable de s'adapter, que l'idée de profit individuel est incompatible avec la discipline et l'esprit de sacrifice qui sont les deux traits fondamentaux de la Russie du plan quinquennal. A cette objection c'est l'avenir qui répondra, de même qu'il nous dira si les Russes sauront s'arracher à cet emballement de la production qui peut les mener à des crises aussi graves que celle que traverse le monde depuis 1929.

apreensão que nos parece fruto do contato com outras disciplinas, de alguma forma, nos lembra os proveitos – oriundos de um convívio interdisciplinar – mencionados por René Rémond (2003, pp. 35-36). A história política teria percebido os laços e os diversos vínculos da vida coletiva relacionados ao caráter político e o próprio político como uma modalidade da prática social.

2.3 Os Grandes Homens

Ao mesmo tempo, os *Annales* não tardaram a tratar das primeiras experiências envolvendo um importante nome da política internacional. Desta feita, o alvo fora Franklin Delano Roosevelt (1882-1945), presidente dos Estados Unidos desde 1933 e com um artigo já garantido em julho de 1936. O escrito intitulado *Essor et vicissitudes de l'expérience Roosevelt* [Desenvolvimento e vicissitudes da Experiência Roosevelt] aborda o desenvolvimento de sua política econômica (*New Deal*).

Primeiramente, Houdaille (1936) contextualiza o cenário no qual se inseriu o referido governante, logo após a grave crise econômica de 1929. As múltiplas falências, a paralisia que se apoderava das instituições bancárias, a miséria e os elevados índices de desemprego decorrentes do colapso financeiro demandavam medidas rápidas e enérgicas da futura administração.

Qual político submergido em tal atmosfera poderia se furtar a uma discussão econômica? Se essa é uma evidência, o modo de lidar com a crise envolve as mais diversas medidas e circunstâncias (como vimos anteriormente, a União Soviética recém-fundada adotou o Plano Quinquenal; já os regimes autoritários que se instalam, buscam outros mecanismos de enfrentamento da crise). Assim, Roosevelt centrou seu discurso eleitoral na promessa de empregos, na oposição ao individualismo econômico e na demanda de um esforço coletivo.

À luz de Houdaille (1936, pp. 323-324), confrontado o país pela miséria social e, por conseguinte, pelo risco de conflitos, fazia-se necessário um grande acordo com o intuito de impedir e circunscrever as consequências de uma competição desastrosa. A campanha da “Águia Azul” (*Aigle Blue*) caminhou nessa direção.

Enfim, a ordem econômica vigente (individualista) de produção estadunidense deveria ser substituída por outra considerada racional e indicada pelo poder político, “contudo, sempre livre, objetivamente discutida e ainda, na maioria dos casos, elaborada em

todos os seus detalhes pelas indústrias interessadas”, escrevia o colaborador da revista (HOUDAILLE, 1936, p. 324)⁸⁵. De qualquer forma, a postura do futuro presidente demonstrava maior participação do Estado nas questões econômicas.

Aliás, o individualismo surge no artigo como algo presente na sociedade estadunidense sob diversas facetas. Tratar-se-ia de um comportamento, uma maneira de pensar e agir mais do que circunstancial. Dentre outros, o referido aspecto se manifestava nas relações entre patrões e empregados. Perante as políticas sociais (incluindo a pauta da redução da jornada de trabalho), vários chefes industriais se mostravam pouco favoráveis, enquanto o desenvolvimento dos sindicatos estadunidenses se via comprometido.

O isolamento no qual o trabalhador “não tão somente se via isolado como tinha consciência de seu isolamento”, a ausência de coesão étnica e etc. representavam obstáculos para que o sindicalismo estadunidense se fortalecesse, ganhasse envergadura semelhante aos europeus (HOUDAILLE, 1936, p. 325). Apesar disso, conforme nos mostra o colaborador dos *AHES*, não faltaram mobilizações de ambas as partes em torno do artigo 7º da Lei de Recuperação da Indústria Nacional que tratava de normas concorrenciais e questões trabalhistas.

A votação da lei foi [...] o ponto de partida de uma intensa campanha de organização sindical, tanto do lado dos sindicatos livres [criados] por iniciativa dos trabalhadores, quanto, paralelamente, do lado dos sindicatos de empresa [criados] por iniciativa dos empregadores. O movimento conduziu durante o verão de 1933, a graves disputas trabalhistas que levaram à criação do Conselho Nacional do Trabalho, órgão federal de conciliação assistido por vinte Conselhos Regionais. (HOUDAILLE, 1936, p. 326)⁸⁶.

Mantido sobre a esfera democrática, diferentemente de alguns regimes autoritários emergentes no continente europeu, o plano do governo americano teria demonstrado relativo sucesso. Além da coerência das diversas partes que compõem o programa, o mérito se devia em grande medida à agilidade e à aplicabilidade da administração do presidente, ao intervencionismo *rooseveltiano*. De tal modo, Houdaille (1936, p. 328) enaltece a ausência de sectarismo doutrinal como um aspecto positivo, embora houvesse alguns motivos idealistas,

⁸⁵Mais, toujours librement et objectivement débattue et même, dans la plupart des cas, élaborée dans tous ses détails par les industries intéressées.

⁸⁶Le vote de la loi fut [...] le point de départ d'une campagne intense d'organisation syndicale tant du côté des syndicats libres sur l'initiative des travailleurs, que parallèlement du côté des syndicats d'entreprise sur l'initiative des employeurs. Le mouvement conduisit pendant l'été de 1933 à des conflits du travail assez sérieux qui amenèrent la création du Conseil National du Travail, organe fédéral de conciliation assisté de vingt Conseils régionaux (HOUDAILLE, 1936, p. 326).

os líderes da nova administração, incluindo o próprio Roosevelt, mantinham-se abertos às mais diversas tendências.

Porém, a presidência democrata se deparou com vários obstáculos. Em meio às vicissitudes enfrentadas, consta a forte oposição exercida pela Suprema Corte dos Estados Unidos. Por exemplo, medidas centrais do *New Deal* como a N.R.A.⁸⁷ e a A.A.A.⁸⁸ (*pièces maîtresses*) foram consideradas inconstitucionais tendo como fulcro num único argumento. Tratava-se em ambos os casos, de uma violação injustificada da autoridade federal exercida sobre as prerrogativas dos Estados particulares (HOUDAILLE, 1936, p. 331). Essa seria outra manifestação de tendência individualista. Tais decisões da Corte reafirmam, praticamente, as profundas tendências individualistas do país (HOUDAILLE, pp. 331-332).

Embora a análise do autor lide com um evento recente e de curta duração, não negligencia esse “individualismo”, que nos parece presente em uma escala maior, constante no seio da sociedade estadunidense. De modo preciso, esse aspecto se afigura não tão somente como alvo da campanha de Roosevelt, como, igualmente lhe trará empecilhos.

Aqui temos uma espécie de ironia, caso levemos em consideração a hipótese levantada por Jacques Houdaille a respeito dos democratas. Para o colaborador dos *Annales d'Histoire Économique et Sociale*, os membros do partido se tornaram historicamente conhecidos como “defensores de prerrogativas locais”. Ao passo que os republicanos eram vistos feito “os campeões do poder central”. Isso representa um dado curioso para Houdaille (1936, p. 333) na medida em que no cenário então configurado, justamente, o Partido Democrata manifestava um programa bastante intervencionista e social, com uma envergadura centralizadora

As decisões da Corte que ao longo do tempo repercutiram (e repercutem) sobre a vida da sociedade estadunidense (*vide* MOREIRA, 2003), sem dúvida, também implicariam em mudanças na política do presidente. Para que suas medidas econômicas se convertessem em realidade, não bastava pura e simplesmente considerar teorias, planos da esfera econômica. Sem apoio e ações políticas, o programa de combate à crise seria inconcebível. Por sua vez, as desavenças entre os poderes sempre foram plausíveis, nem sempre a orientação do judiciário manteve-se alinhada com a coalizão política dominante.

⁸⁷A sigla significa *National Recovery Administration* (Administração de Recuperação Nacional). Tratou-se de um programa criado com intuito de auxiliar os trabalhadores, ao estabelecer uma renda mínima e quantidade máxima de horas de trabalho por semana e de evitar a competição destrutiva entre as indústrias.

⁸⁸A sigla significa *Agricultural Adjustment Administration* (Administração para o ajuste agrícola), estabelecida por decreto do congresso, buscou diminuir o excedente agrícola e liberou recursos financeiros para os proprietários que aquiesceram esse propósito.

Não obstante, os anos de 1930 presenciaram uma crise institucional entre a presidência e a Corte de Justiça. A saber, caricaturas de jornais do ano de 1937 criticavam a proposta de Roosevelt que visava mudar a composição da Corte, ampliando o número de Ministros (de nove para quinze juízes). Certos veículos de comunicação viam nesse gesto de governo uma tentativa de “empacotamento” da Corte, para que a mesma atendesse aos desejos do presidente (WILLIAMS, 1985, p. 25).

De certa forma, o que nos chama atenção é o fato do colaborador da revista arriscar uma “previsão”, ao vislumbrar com precisão uma reação democrata perante as dificuldades impostas pelo judiciário.

Quer se trate, em definitivo, da questão agrícola ou dos remédios contra o desemprego, as próximas eleições são chamadas para desempenhar um papel decisivo. Um sucesso caracterizado dos democratas poderia mesmo se traduzir, como um prelúdio para uma nova ofensiva do "New Deal", por uma revisão constitucional dirigida contra a Suprema Corte (HOUDAILLE, 1936, 333)⁸⁹.

De fato, Roosevelt tentará reverter a situação que lhe é desfavorável durante o seu segundo mandato, inclusive do ponto de vista constitucional. Conforme José Moreira (2003, p. 203), doze decisões da corte haviam declarado a inconstitucionalidade de determinadas medidas legislativas integrantes do chamado *New Deal*.

Exasperado, o Presidente Roosevelt tomou, em 1937, a iniciativa de reformar a legislação atinente à própria Corte, para investir-se do poder de nomear novos *Justices* [juízes], além dos nove, naturalmente com a esperança de modificar a tendência dominante, até então avessa as mais acentuadas interferências do Estado no domínio econômico. O projeto, que suscitou acirrada controvérsia, não foi adiante; mas - coincidência ou não - a partir daí mudou radicalmente a atitude da Corte: ela passou a aprovar todas as leis relacionadas com o New Deal, inclusive algumas muito semelhantes a anteriores, que haviam sido fulminadas como inconstitucionais. Provocou a reviravolta comentários irônicos, do tipo da frase, muito repetida, "*a switch in time saved nine*" (MOREIRA, 2003, p. 203).

Assim como no Brasil, os juízes são nomeados pelo presidente da República e confirmados pelo Senado. Bem como, quase sempre, são oriundos de cargos públicos e personalidades do mundo político. As ações políticas do presidente puderam ser sentidas na composição e nas mudanças de personagens do judiciário. Malgrado não ter conseguido alcançar o seu propósito, durante seus três mandatos Roosevelt nomeou nove juízes. A propósito, o professor de direito tributário Carlos Campos (2013, pp. 6515-6516) utiliza a

⁸⁹Qu'il s'agisse, en définitive, de la question agricole ou des remèdes au chômage, les prochaines élections sont appelées à jouer un rôle décisif. Un succès caractérisé des démocrates pourrait même se traduire, comme prélude à une nouvelle offensive du « New Deal », par une révision constitutionnelle dirigée contre la Cour Suprême.

expressão *New Dealers* para designar tais nomeados, “isto é, defensores dos princípios progressistas do New Deal”⁹⁰.

Outros trabalhos que enfatizaram a noção de indivíduo político para a história foram as resenhas de George Méquet, que versa sobre Lênin, e de Henri Brunschwig, a propósito de Bismarck, como já veremos.

Se os aspectos econômicos e sociais se relacionam, por que o político não se relacionaria com ambas? Qual seria o motivo de certo espanto diante da atenção dada à política em uma revista que expressamente se intitula social e econômica? Decerto, a fama construída ao longo dos anos em torno da revista vinculada a um movimento que se empenhou em combater e destituir o “ídolo político” corrobora essa imagem. Contudo, se aventarmos a possibilidade de uma interação, ela torna-se, absolutamente pertinente.

Ainda que Febvre (1937, pp. 318-319) tenha enaltecido o trabalho de Jacques Permèzel conhecido como *La politique financière de Sully dans la Généralité de Lyon* em virtude do que apresenta em termos de gestão monetária e de reformas financeiras, estamos lidando com uma política administrativa capitaneada por Sully, reconhecida pelo historiador. Além disso, a política não é um tema que, simplesmente, desaparece durante o entre-guerras. Marca presença na sociedade europeia, francesa e nos *AHES*, o trato colonial e os envolvidos na empresa capitaneada pela metrópole ganham suas páginas.

O interesse é manifesto nas resenhas envolvendo obras de caráter político que, inclusive, dão ênfase as ações de grandes personagens do jogo político contemporâneo. A saber, Lênin aparece de modo decisivo na leitura de George Méquet.

Conforme o historiador, a figura de Lênin se impõe no livro *La Révolution russe* escrito por Fernand Grenard⁹¹, assim como a situação da U.R.S.S. após a morte de seu líder consiste em um dos pontos centrais da obra. A importância da figura de Lênin e a

⁹⁰Para Campos os preceitos defendidos pelos juízes nomeados não se limitavam às ações regulatórias do governo no campo econômico e social. Incluíam, ao mesmo tempo, “o compromisso com a promoção de direitos e liberdades básicas do homem e foi, em função desse compromisso, que a maioria de seus juízes dirigiu suas preocupações para outra cláusula importante da XIV Emenda: *a equal protection of the laws*” (CAMPOS, 2013, pp. 6515-6516). A pretensão do autor é refletir sobre a questão do “ativismo judicial” desde o término travado no tocante ao New Deal até a composição do judiciário concomitante ao governo Obama. “O ativismo judicial se revela por diferentes dimensões (interpretação constitucional e legal criativa; autoexpansão de poder decisório; avanço de direitos indeterminados; falta de deferência aos outros poderes); ele não pode ser considerado puro e simplesmente uma atitude deliberada dos juízes, mas responde a diferentes fatores exógenos e endógenos, mais destacadamente elementos políticos que podem tanto constrangê-lo como utilizá-lo como instrumento de preservação ou mesmo ampliação de poder; as decisões ativistas podem ser politicamente muito impactantes e isso mostra como ativismo judicial e política praticam, na realidade, um jogo complexo de implicações recíprocas” (CAMPOS, 2013, p. 6561).

⁹¹Joseph-Fernand Grenard (1866-1942) foi um diplomata francês. No Ministério dos Negócios Estrangeiros (*Ministère des Affaires Étrangères*) ocupou diversos cargos como vice-cônsul do Império Otomano e cônsul geral em Moscou no ano da Revolução entre outros.

identificação do político com a opinião popular, noutras palavras, o papel do sujeito histórico, não é censurada (MÉQUET, 1937, p. 102). Quem sabe, alguns esperassem uma crítica por parte de um dos principais colaboradores da revista.

Contraditoriamente, nenhuma ressalva fora feita nessa direção. Aliás, a obra é elogiada pelo pesquisador que, já não bastasse a “imunidade do sujeito”, considera certa relevância aos eventos:

Senhor Fernand Grenard nos dota de uma obra excelente para quem deseja encontrar facilmente em meio aos eventos que conduziram o antigo império dos czares a tornar-se a primeira república do trabalho; nós leremos tal obra com o maior interesse e também com grande proveito. Os julgamentos que o autor utiliza – as funções que ele ocupa na Rússia [...] o tornam um dos melhores conhecedores da Rússia – estão apoiados sobre uma documentação impecável e são, certamente, da maior objetividade (MÉQUET, 1937, p. 102)⁹².

Vale ressaltar que Fernand Grenard exerceu função diplomática na Rússia enquanto cônsul francês durante o emblemático ano de 1917. A expressão “eventos”, caso emitida por um dos historiadores metódicos, certamente, seria suficiente para caracterizar sua historiografia e, quiçá, desmerecê-la por isso. Mas, para Méquet isso não é questionado e sequer parece um problema, pelo contrário permite compreender como a Rússia passou de um regime monárquico para uma república. De acordo com Dosse (2013, p. 65), os acontecimentos permanecem na revista, embora não mais sob a natureza política, mas econômica.

Como vimos, Méquet é notadamente um estudioso da história russa e soviética e observa com interesse o cenário contemporâneo no leste da Europa. Nesse sentido, cabe sublinhar os desdobramentos ocorridos após a morte de Vladimir Ilyich Ulyanov (Lênin)⁹³. A propósito, o membro do B.I.T., apresentou ainda ao leitor um conjunto de textos (incluindo os discursos de dezembro de 1924) escritos por Stalin no qual é possível localizar, dentre as ideias do líder soviético, suas desavenças e argumentos contra Trotsky (MÉQUET, 1936, pp. 106-107). Tais declarações não seriam suficientes para entendermos a contenda entre Stalin e Trotsky, mas sem dúvida serviria aos que se interessam pelo assunto.

⁹²Mr Fernand Grenard nous dote d'un ouvrage excellent pour qui veut se retrouver aisément dans les événements qui ont conduit l'ancien empire des tsars à devenir la première république du travail ; on le lira avec le plus grand intérêt et aussi avec le plus grand profit. Les jugements que porte l'auteur – les fonctions qu'il occupa en Russie, puis au ministère des Affaires étrangères en faisant un des conaisseurs les plus avertis de la Russie – sont appuyés sur une documentation impeccable et sont sans aucun doute de la plus grande objectivité.

⁹³O líder revolucionário soviético morre em janeiro de 1924. Após sua morte, o regime é marcado pela dissidência entre Trotsky e Stalin.

Outro importante colaborador dos *Annales*, o historiador francês Henri Brunschwig (1904-1989)⁹⁴, discípulo de Marc Bloch e Lucien Febvre, tem sua presença marcada nos *Annales* pelos seus títulos relacionados, sobretudo, à política e economia alemã. Decerto, é um dos principais comentadores das obras escritas sobre a Prússia, o Segundo e o Terceiro Reich. Seu nome foi bastante recorrente quando a Alemanha ganhou um enfoque especial na revista de número 48. Esse exemplar, por vezes, é apontado como o ponto de ruptura inconciliável entre os diretores e a casa de edição Armand Colin (BENTIVOGLIO, 2013, p. 233).

Naquela oportunidade, além de abordar a política aduaneira alemã, o espírito do III Reich e as finanças do nacional-socialismo, Brunschwig (1937, pp. 619-620) também tratou da questão trabalhista enfrentada por Bismarck logo no início de seu governo. O tema, assim como outros vinculados a uma reforma social, enfrentou resistência de uma maioria progressista no parlamento. A questão envolve representantes do capital, reivindicações operárias (que em alguns casos remetem ao sufrágio universal e à criação de um partido) e os conservadores. Esses últimos, por seu turno, buscavam impedir tanto os anseios sufragistas quanto a dissidência política.

O dilema mostra as dificuldades enfrentadas por Bismarck cujos esforços resultavam frágeis alianças entre conservadores e trabalhadores, tendo ainda que lidar com as pretensões liberais. Sem contar, obviamente, a questão central vinculada à unificação alemã.

Malgrado o indivíduo político seja contemplado nos *Annales*, não podemos, decerto, nos esquecer da importância atribuída ao social pelo periódico. A proximidade com outras disciplinas, especialmente a sociologia, permitiu-lhe avançar nessa esteira. Outrora, o abismo entre as ciências sociais e a história pôde ser percebido na intriga envolvendo Charles Seignobos e o sociólogo François Simiand. Em lados opostos, os sociólogos estariam para o fato social, à investigação dos fenômenos de massa, à sobrepujança dos fenômenos sociais diante dos indivíduos ao passo que os historiadores se debruçavam sobre os eventos, as discontinuidades e o indivíduo.

Se o dilema entre Charles Seignobos e François Simiand manteve cada qual em seu posto, os *AHES* conseguiram certo nível de interação com a sociologia durkheimiana e outras disciplinas. A manutenção de Maurice Halbwachs no comitê de redação do periódico, sua participação assídua entre os colaboradores são exemplos disso. Ao mesmo tempo, o seu trabalho mantinha-se no radar dos colegas de revista. A abordagem sob o prisma social de um

⁹⁴O historiador foi especialista em história moderna, em Prússia e África Subsaariana.

tema tão íntimo e individual na aparência quanto o suicídio, o uso de estatísticas, a relação entre sentimentos religiosos e familiares chamaram à atenção de Marc Bloch (1931, pp. 590-592) em virtude do papel desempenhado pelas forças coletivas, pois permitia fugir de esquemas simplistas e tradicionais.

A história centrada nos grandes nomes já havia sido criticada, entre outros, por Simiand (1960)⁹⁵, Bémond e Monod (1896) e mesmo pelo próprio Seignobos (1939, p. 16). Os *AHES* contribuíram nesse sentido ao reivindicar uma história de ordem social e econômica ou uma leitura histórica que não abrisse mão de tais aspectos.

De acordo com Lucien Febvre (1934), não bastava apresentar os presidentes, corretores e clérigos de uma determinada instituição, era preciso mostrar ao leitor de onde vinham, de qual meio, como se davam suas alianças. Com efeito, a vida dos grandes homens consagrada pelo gênero biográfico e tema recorrente em várias revistas históricas do século XIX como a *Historische Zeitschrift*, *English Historical Review*, *American Historical Review* (vide ARRAIS & BENTIVOGLIO, 2017) havia sido deixada de lado no periódico em prol de outros interesses.

Em vários casos, o indivíduo chama atenção pela relação que mantém com a sociedade. A análise do *New Deal* passa pelos desafios impostos a Roosevelt decorrentes da grave crise econômica, o desemprego em massa e a miséria, pela compreensão do individualismo de caráter social estadunidense. Enfim, a questão nos parece voltada para a cumplicidade entre o indivíduo e o social.

2.4 O nacionalismo nos *Annales*

A colonização europeia é um dos pontos de convergência entre os metódicos e a revista dos *Annales*. A expansão continua, ao nosso sentir, como aquilo que Ernest Lavisse (1890, p. 220) percebia como “o complemento natural de toda potência” europeia. O tema das nacionalidades tão discutido entre os europeus é visto como um problema para os metódicos que se empenham em fixar os critérios constitutivos da nação, bem como percebem nas diversas reivindicações nacionalistas em distintas regiões da Europa e nas políticas expansionistas uma ameaça à estabilidade do continente.

Posteriormente à Grande Guerra (1914-1918), os *Annales*, associaram o nacionalismo ao conflito, no entanto, ainda assim promoveram o expansionismo. Conforme

⁹⁵ O artigo *Méthode historique et science sociale* escrito por Simiand foi publicado, primeiramente, na *RSH* em 1903.

Delacroix, Dosse e Garcia (2012, pp. 138-139), seguida a pavorosa catástrofe, Lucien Febvre denunciou a instrumentalização da história a serviço da grandeza nacional de seus antecessores. A saber, logo no primeiro número da revista, o historiador rechaçou um pequeno livro chamado *Grundzüge der Geopolitik* de Hans Simmer por conter elementos nacionalistas. Nas palavras de Febvre (1929, p. 126): “É na Alemanha que o autor pensa antes de tudo; ela que é o coração do livro; é ela que deve encontrar, nos princípios da Geopolítica, a indicação do Estado transbordando de força e potência”⁹⁶. Além de considerar o comportamento de Simmer como não científico, o pesar com que o cofundador do periódico descreve o assunto e o seu desejo de que tais manifestações de espírito cessem, não ganhem vida novamente por diversas razões, são evidentes.

Segundo François Dosse (1992, p. 23), a existência de uma vontade deliberadamente pacifista após o traumatismo da guerra (por vezes, até excessiva) conduz à superação da história puramente nacionalista, chauvista, aquela que teria sido o credo da juventude desde a derrota diante da Prússia em 1870. Ademais, para o historiador (DOSSE, 1992, p. 23), o enfraquecimento da Europa, os milhões de mortos, a ascensão de novas potências (Japão e Estados Unidos), a dependência com relação ao Novo Mundo, enfim, esse conjunto de fatores que põe termo à *Belle Époque*, suscita uma relativização no discurso dos historiadores europeus, ao passo que superam o eurocentrismo e levam em conta os destinos plurais e as várias civilizações.

Entretanto, as “nacionalidades” e a conquista de territórios coloniais permaneciam como uma questão, basicamente, europeia nas páginas da revista. Os povos colonizados mantinham-se na sombra e, por exemplo, não se falava em “nacionalidades” africanas⁹⁷, ao passo que se podia ponderar um “mosaico de nacionalidades”, incluindo suíços, espanhóis, poloneses, italianos, tchecoslovacos, iugoslavos e outros (BOUTRUCHE, 1935, p. 149).

Embora a questão do Marrocos (SEIGNOBOS, 1934, p. 249) e as ambições coloniais (LAVISSE, 1917) sejam apontadas como fatores que, entre outros, contribuíram para eclosão do conflito, acirrando os nacionalismos, o tema não desaparece. A título de exemplo, podemos mencionar algumas das várias resenhas de Paul Leuilliot, secretário dos *AHES*, como: *La colonisation française: un bilan officieux* (1930, pp. 155-156) sobre o império francês, *Une description d'ensemble de l'Indochine* (LEUILLIOT, 1930, pp. 158-159) na qual

⁹⁶C'est à l'Allemagne que songe avant tout l'auteur; c'est elle qui est au cœur du livre; c'est elle qui doit trouver, dans les principes de la Géopolitique, l'indication d'État débordant de force et de puissance.

⁹⁷No máximo se tratou muito brevemente sobre o nacionalismo árabe mediante uma resenha intitulada “En terre arabe: régionalisme nationaliste ou panarabisme unitaire” (FEBVRE, 1935, pp. 194-196).

manifestou seu entusiasmo para com a Indochina (“nossa grande colônia asiática”) e *L'Algérie sous la domination française* em que reconhece os esforços empreendidos pela administração francesa na Argélia (LEUILLIOT, 1932, pp. 108-109).

Se as convicções políticas e as crenças religiosas mereciam censuras, o mesmo não ocorria com relação ao empreendimento colonial. De modo geral, direita, centro e esquerda não contrariavam esse propósito. Conforme Châtelet, Duhamel e Psier-Kouchener (200, p. 103), a empresa era conduzida “em nome dos direitos e dos deveres de uma Nação que deu provas de virtudes civilizadoras: e cada partido reserva-se a possibilidade de administrar essas provas à sua maneira”. Portanto, a divergência se daria na maneira de levar adiante e manter a expansão em terras africanas e asiáticas. Nas páginas da revista dos *Annales* o tema é desenvolvido em artigos e resenhas que lidam, sobretudo, com o continente africano.

Para efeitos de análise, destacamos nessa direção o trabalho de Gaudefroy-Demombynes sobre aspectos da vida cabila no norte do continente africano, duas resenhas de Henri Labouret, uma sobre o ensino no Marrocos e outra a respeito da criação do Institut *International des Langues et Civilisations Africaines*, além de uma abordagem intitulada *Questions Africaines* [“Questões Africanas”] por parte Labouret e André-É. Sayous voltada à região centro-sul africana e para o Marrocos no qual observam o trabalho de comissários e administradores coloniais.

O primeiro exemplo pode ser vislumbrado em uma resenha sobre o trabalho intitulado *Mélanges de sociologie Nord-africaine* produzida por René Maunier⁹⁸ que aborda aspectos da vida cabila (sociedade, economia, culto doméstico), a criminalidade e o suicídio no Egito, entre outros. O colaborador da revista, Gaudefroy-Demombynes⁹⁹(1933), mostra a validade dessa obra para aqueles que se interessam pelos estudos das “ciências coloniais”¹⁰⁰.

A indicação desse livro, sem dúvida, chama atenção em virtude do termo utilizado. Mas, qual seria seu significado? Antes de tudo, a expressão “ciências coloniais” encontra-se vinculada a uma demanda política.

O antropólogo lusitano Nuno Porto nos apresenta três significados para a expressão. O primeiro sentido concebe o termo como “argumento político”, situado no âmbito das

⁹⁸René Maunier (1887-1951) foi um sociólogo especializado em legislação e economia colonial. Como professor lecionou no Egito, Argélia e Paris.

⁹⁹Maurice Gaudefroy-Demombynes (1862-1957) se especializou em islã e história das religiões. Como professor lecionou na École nationale des langues orientales vivantes.

¹⁰⁰O pequeno livro que Sr. Maunier expõe, sob uma forma agradável e clara, ensinamentos que convém difundir entre os estudantes em “ciências coloniais” (GAUDEFROY-DEMONBYNES, 1933, p. 327). Trecho original: Le petit livre de Mr Maunier expose, sous une forme agréable et claire, des enseignements qu'il convient de répandre parmi les étudiants en « sciences coloniales ».

relações internacionais com vistas à “ocupação científica”, decorrendo das ocupações militar e administrativa. Quanto ao seu segundo sentido, o termo é traduzido como “prática colonial”. Sendo assim, a ação colonizadora procura um conhecimento prévio de sua colônia, seja físico ou humano, com o intuito de melhor geri-la e atuar do ponto vista econômico e social. Por fim, a terceira conotação diz respeito às formas de conhecimento específico cujo objeto se encontra recortado espacialmente, geograficamente, nos territórios então ocupados (PORTO, 2005, pp. 145-146).

O desenvolvimento colonial nesse sentido possui aspecto científico. Na perspectiva de Porto (2005, p. 128), os princípios que legitimavam a ocupação evoluíram desde as conferências em Berlim (1884-1885) e Versalhes (1920), desde o “direito do primeiro chegado” ao preceito da “ocupação efetiva” e, ainda posteriormente, resultando no princípio da “ocupação científica”, esboçado durante o entre-guerras. Evidentemente, a questão colonial sempre implicou medidas administrativas e políticas de manutenção e estímulo. Nesse caso, a institucionalização do trabalho científico e a promoção científica demandam ações e investimentos governamentais.

Cabe ressaltar que a educação, igualmente, deveria promover um conhecimento proveitoso para a metrópole. As palavras de Henri Labouret (1929, p. 320), em outra resenha da revista sobre o trabalho de Demombynes chamado *L'oeuvre française en matière d'enseignement au Maroc*, caminham exatamente nessa direção ao pensar sobre o ensino no Marrocos: “À classe superior destinada a fornecer comerciantes, empregados e chefes, daremos uma educação muito mais completa e eles serão bilíngues”¹⁰¹. Perspectiva semelhante a de Ernest Lavisse (1929), ao ensinar aos pequenos franceses quão generosa era a França para com as crianças dos povos submetidos, dando-lhes a mesma instrução.

Com relação ao papel do homem europeu no Sudão, o etnólogo enfatiza que a produção agrícola explorada pelo branco almeja tanto o crescimento produtivo quanto auxilia na educação profissional do negro. A bem da verdade, Labouret (1929, p. 370) reproduz as palavras expressas em circular, emitida pelo governo geral em 15 de março de 1924:

O branco tem incontestavelmente um papel a desempenhar nessa operação complexa. A exploração agrícola que ele dirige responde a um duplo objetivo: de

¹⁰¹A la classe supérieure destinée à fournir des commerçants, des employés et des chefs, on donnera une éducation beaucoup plus complète et ils seront bilingues.

uma parte, ela aumenta largamente a produção; de outra parte, ajuda na educação do negro, seja diretamente, seja pelo exemplo¹⁰².

A estreia do ex-militar, administrador colonial e etnólogo Henri Labouret, ao lado de nomes como Bloch e Febvre e outros, coincidiu com o surgimento da revista no ano de 1929. Aquela oportunidade serviu para que comentasse a existência do recém-criado *Institut International des Langues et Civilisations Africaines* [“Instituto Internacional das Línguas e Civilizações Africanas”], ao citar os membros que o compunham (incluindo sua própria pessoa) e o propósito da entidade. Ou seja,

Constituir um Gabinete de informação, centralizar e difundir documentos, ajudar a publicar os mais importantes destes, colocar em relação todas as pessoas que, por alguma razão, interessam-se pela África, tal é a tarefa complexa e delicada para qual se consagra o organismo criado em Londres há dois anos sob os auspícios de Lord Lugard e Maurice Delafosse (LABOURET, 1929, nº 1, p. 77)¹⁰³.

Portanto, o conhecimento científico sobre o continente africano ganhava um *plus* sob a forma de documentos etnológicos e linguísticos. Os pesquisadores Sow e Abdulaziz, por seu turno, percebem nisso um africanismo em prol da colonização. Segundo eles, a instituição “pretende ‘unir a ciência às experiências práticas, indicando como as descobertas da primeira podem ser utilizadas na administração, na educação, na higiene, no bem-estar e na evolução dos africanos’” (SOW & ABDULAZIZ, 2010, p. 637). Durante a publicação de seu escrito, Henri Labouret não indicou nenhuma contraposição e julgou mesmo desnecessário insistir sobre o interesse de semelhantes empresas.

A elaboração de uma doutrina colonial racional, a melhoria das condições materiais e morais da vida indígena não são os únicos benefícios que podemos esperar. Elas interessam, igualmente, em primeira instância os estudos de pura ciência cujos *Annales* querem ser o órgão. O conhecimento das sociedades africanas, de sua constituição, de suas formas econômicas, é nela mesma um objeto de pesquisas extremamente importante; e qual tema de reflexão, quais termos de comparação não oferecem ao historiador das sociedades europeias?(LABOURET, 1929, p. 78)¹⁰⁴

¹⁰²Le Blanc a incontestablement à jouer un rôle dans cette opération complexe. L'exploitation agricole qu'il dirige répond à un double but : d'une part, elle accroît largement la production ; d'autre part, elle aide à l'éducation professionnelle du Noir, soit directement, soit par l'exemple.

¹⁰³Constituer un Bureau d'information, centraliser et diffuser des documents, aider à publier les plus importants de ceux-ci, mettre en rapport toutes les personnes qui, à un titre quelconque, s'intéressent à l'Afrique, telle est la tâche complexe et délicate à laquelle se consacre l'organisme créé à Londres il y a deux ans sous les auspices de Lord Lugard et de Maurice Delafosse.

¹⁰⁴L'élaboration d'une doctrine coloniale rationnelle, l'amélioration des conditions matérielles et morales de la vie indigène ne sont pas les seuls bienfaits que l'on puisse en attendre. Elles intéressent également au premier chef les études de pure science dont les *Annales* veulent être l'organe. La connaissance des sociétés africaines, de leur constitution, de leurs formes économiques, est en elle-même un objet de recherches extrêmement important ; et quel sujet de réflexion, quels termes de comparaison n'offrent-elles pas à l'historien des sociétés européennes?

Além de possuir demasiada postura colonizadora, as considerações do etnólogo vinculam-se aos *Annales*. Afinal, a revista se empenhava na ampliação do campo de pesquisa historiográfico. Entretanto, antes de tornar-se um objeto de estudo, o continente africano é recoberto de eurocentrismo. O desenvolvimento de determinadas regiões do globo passaria pelos investimentos e presença europeia. Ora, uma mensagem dessa envergadura em um veículo que promove a história, sobejamente conhecido pelo seu combate à história política, nos parece no mínimo uma contradição.

Essa espécie de “destino manifesto” europeu encobre com seu caráter samaritano a exploração e a violência da conquista. Entre as últimas décadas do século XIX e o início do século XX, o continente africano se deparou com o “desafio do colonialismo”, grande parte de seu território havia sido ocupado pelas potências europeias e o sistema colonial instaurado. De acordo com Albert Adu Boahen (2010, p. 3), se em 1880, aproximadamente, 80% da África era governada por seus próprios reis, chefes de clãs e de linhagens, impérios entre outros, a situação se inverteu nas décadas seguintes e, já no ano de 1914, quase todo o continente fora submetido ao domínio estrangeiro, com exceção da Etiópia e da Libéria.

Não se tratava apenas de uma questão de soberania e independência, acometia, igualmente, os valores culturais. Para além de seu alcance militar e econômico, a empresa colonizadora perturbava um universo de crenças e ideias, modos seculares de existência. Contudo, o auge do colonialismo durante o período entreguerras, ao mesmo tempo, veio acompanhado de movimentos de resistência e das atividades nacionalistas (BOAHEN, 2000, p. 727).

Em Madagascar, conforme Manassé Esoavelomandroso (2010, p. 272), a opressão colonial francesa, que atingiu diversas camadas da sociedade malgaxe, suscitou reações distintas. A saber, houve resistência àquilo que os malgaxes consideravam como “escravidão disfarçada”, ou seja, o trabalho obrigatório nos canteiros de obras coloniais, pelo prazo de três anos (posteriormente, o período seria reduzido para dois), instituído pelo *Service de la Main-d'Oeuvre pour les Travaux d'Interet General* (Somtig) (ESOAVELOMANDROSO, 2010, pp. 271-272). Esse regime de trabalho vigorou desde 1926 até 1945.

Entre os intelectuais da ilha, o movimento nacionalista ganhou força no final dos anos de 1920 e nos anos de 1930. Durante o referido período, Jean Ralaimongo (1884-1943) e Joseph Ravoahangy (1893-1970) elaboram uma petição (“Pétition des Indigenes de Madagascar”), que reclama a supressão do regime judicial do indigenato, a aplicação dos benefícios sociais e culturais da III República, entre outros. Com efeito, de acordo com

Esoavelomandroso (2010, p. 279), em maio de 1929, milhares de pessoas foram às ruas de Tananarive com gritos de “Viva a liberdade!”, “Direito de Reunião!”, “Abaixo o indigenato!”.

Manifestações desse porte, que evocam alguma forma de resistência ao colonialismo francês, são negligenciadas (ou minimizadas) nos *Annales d'Histoire Économique et Sociale*. Segundo o pesquisador Esoavelomandroso, que se dedicou às iniciativas e reações africanas à conquista e dominação coloniais em Madagascar nas primeiras décadas do século XX,

O dia 19 de maio de 1929 representa ao mesmo tempo o ponto culminante da luta pela igualdade e o ponto inicial da reivindicação da independência. Marca igualmente o começo de um verdadeiro militantismo político (campanhas de propaganda, criação de células e de partidos políticos, imprensa abundante e variada). Ralaimongo, exilado em Port-Bergé, incita os camponeses a uma resistência de tipo gandhista. Em 1931, formulou abertamente a ideia da independência, em resposta ao discurso de Paul Reynaud, ministro das Colônias, que rejeitava a tese da naturalização em massa. Em *L'Opinion* de 20 de julho de 1934, Ravoahangy evocava o “direito natural e imprescritível de constituir uma nação livre e independente”. Novos jornais, de confessado nacionalismo, aparecem de 1935 em diante: *Ni Firenena malagasy* (“A Nacao Malgaxe”), *Ny Rariny* (“A Justica”). Eles não cessam de clamar que Madagascar deve ser livre (ESOAVELOMANDROSO, 2010, p. 279).

Conforme o historiador Guilherme Lemos (2016, p. 17), a ampliação temática e as abordagens concernentes a África remetem ao desenvolvimento científico do final do século XIX, durante a era imperialista, quando se buscou uma gama de conhecimentos étnicos, linguísticos, religiosos e outros com o anseio de reuni-los. Também Lemos percebe um paradoxo envolvendo a suposta renovação empreendida pelos *Annales*.

Pensar a história da África como consequência positiva de “um distanciamento gradual, mas decisivo, da historiografia do século XX em relação à historiografia tradicional de cunho político-diplomático” é entrar num paradoxo. Afinal, se a renovação da história europeia e seu rompimento com a história tradicional “só foi consolidada a partir dos anos 1930”, foi exatamente nessa década que o expansionismo urbano e colonial em África foi empreendido na sua maior amplitude. Então, como não refletir sobre o poder da história, mesmo daquela que supõe ser mais inovadora, como criação de memórias e esquecimentos para a manutenção colonial?”(LE MOS, 2016, pp. 36-37).

A presença de elementos que legitimem a colonização da África pode ser encontrada na revista sem grandes dificuldades. Destarte, o autor nos fornece como exemplo um texto escrito por Henri Labouret e André É-Sayous (1931, nº 9, pp. 94-103) intitulado *Questions africaines* [“Questões africanas”] voltado para a região centro-sul do continente e o Marrocos. Nessa oportunidade Henri Labouret elogia os trabalhos etnográficos, por vezes, feitos pelos

comissários da colonização e considera a formação dos futuros administradores ingleses como superior à francesa¹⁰⁵.

Um dos grandes colaboradores do *Annales*, André É-Sayous (1931, p. 101) apresenta soluções para o protetorado situado no Marrocos, sublinha a necessidade de fortalecer as instituições e os bancos franceses. Todavia, antes disso, o historiador enfatizou a relevância dos problemas coloniais a serem tratados, inclusive, para os leitores da revista. Essa preocupação com o papel desempenhado pelo protetorado francês e com os rumos da política colonial surge noutros textos dos *AHES*.

Em seu livro “A história em migalhas”, Dosse (1992, pp. 51-54) demonstra que o interesse pela esfera econômica crescia, embora não fosse predominante, inclusive, em meio às páginas da *Revue Historique* (notoriamente conhecida pelo seu caráter político), enquanto nos *Annales* o tema político declinava drasticamente, mas ainda assim não se ausentara.

No caso dos artigos abordados neste capítulo, podemos conceber a política em seu sentido comum, como ação de administrar e organizar a sociedade, associada diretamente à governabilidade. A urgência de medidas econômicas, sobretudo, em períodos de crise e miséria se impõe ao governo estabelecido ou àquele que anseia o poder. O ato de gerir e lançar mão de projetos e técnicas para ampliar os recursos financeiros (do) no país nesse sentido possui caráter político.

A política, caso desvincilhada de uma acepção estreita, mantém relações com outros domínios da vida coletiva, manifesta-se sob várias maneiras e mediante múltiplos instrumentos. Nessa direção, a antropóloga Lilia Schwarcz (2000, p. 257) reconhece a dimensão simbólica presente, não só no regime monárquico dos reis taumaturgos de Bloch e na figura de Luís XIV abordada por Peter Burke (com seu caráter propagandístico acentuado, etiqueta, etc.), porém, em qualquer tipo de poder político e público.

De tal modo, o poder resguarda certo aparato cênico, isto é, uma representação “teatral”. A grandiosidade da monarquia, suas vitórias e o prestígio são imagens que buscam preservar a estabilidade da coroa e perseverá-la na duração (SCHWARZ, 2000, p. 259).

Quanto ao trabalho de Marc Bloch, o historiador Jacques Le Goff (1993) vislumbrou, para além de uma história das mentalidades, o percurso para uma história política (renovada), “uma antropologia política histórica”. Ou seja, em linhas muito gerais, “uma história do poder

¹⁰⁵Os futuros funcionários britânicos não são formados, como os nossos em uma escola colonial, mas na universidade onde recebem um ensino apropriado. Trecho original: Les futurs fonctionnaires britanniques ne sont pas formés, comme les nôtres dans une École coloniale, mais à l’Université où ils reçoivent un enseignement approprié (LABOURET, 1931, p. 98).

na qual este não seja nem separado de suas bases rituais nem privado de suas imagens e de suas representações” (LEGOFF, p. 36).

Além disso, um dado interessante diz respeito à análise presente na revista que enfatiza, por vezes, tanto o indivíduo quanto o coletivo, tanto o micro quanto o macro. Talvez soe exagerado falarmos em um “jogo de escala” na medida em que essa noção sequer fora desenvolvida pelo periódico dentro de nosso recorte temporal. Contudo, podemos sugerir que o mesmo encontrava-se disponível em suas páginas, bem como as distintas durações, a geo-história e a estatística, posteriormente, desenvolvidas com Fernand Braudel e Ernest Labrousse.

Os historiadores metódicos demonstraram, sobretudo, outras questões como os critérios que estabeleciam a nação, o ensino de história (o que, praticamente, inexistiu na revista), a relevância da política no âmbito das relações internacionais em um momento de afirmação ou a construção das nacionalidades, o próprio nacionalismo fora visto como uma ameaça em certo sentido ao comprometer a estabilidade e as fronteiras geopolíticas europeias.

Com efeito, aquilo que para os metódicos se afigurava como uma patente preocupação (alguns verão sua concretude como Lavis e Seignobos), para os *AHES* consistiu em uma experiência associada à própria guerra. Por sua vez, o colonialismo seria um passo natural no desenvolvimento da nação, as consequências disso chegariam aos demais continentes e manifestava uma espécie de vontade de potência inerente à nação.

De acordo com Hobsbawm (1990), o nacionalismo precede a nação e mesmo lhe constrói, não o contrário. A nação não resultaria, entre outros, de uma maturação histórica de elementos culturais como a língua, a religião e nem étnicos, mas, provinha da seleção e atuação política diante desses respectivos aspectos.

Assim, o colonialismo seria uma espécie de expansão nacional, um *plus* à ideia de nação. Com relação ao Império Britânico, conforme Châtelet, Duhamel e Psier-Kouchner (2000, p. 103), a partir da segunda metade do século XIX, instalou-se progressivamente “em torno da salvaguarda das livres comunicações marítimas [...], ao mesmo tempo que uma prática intervencionista, uma ideologia da grandeza nacional”¹⁰⁶. Quanto à França (sua rival), igualmente, buscou constituir seu império colonial no final do século XIX ao bel prazer das

¹⁰⁶Conforme nossos autores, “o tema tradicional da livre expansão comercial transforma-se em dever nacional; e o Primeiro-Ministro conservador Disraeli teve o mérito de dar nome ao seu objetivo: a constituição do Império colonial” (CHÂTELET, DUHAMEL, PSIER-KOUCHNER, 2000, p. 103). Benedict Anderson (2015, p. 136) cita o exemplo da Índia que “só se tornou ‘britânica’ vinte anos depois da entronização da rainha Vitória. Em outras palavras, mesmo depois do Motim de 1857, a ‘Índia’ era governada por uma empresa comercial – não por um Estado, e muito menos por um Estado nacional”.

múltiplas tendências político-partidárias. Era um lugar comum para conservadores, liberais, radicais, republicanos e monarquistas.

Benedict Anderson (1936-2015) em sua obra “Comunidades Imaginadas” tratou da relação entre o imperialismo e o nacionalismo oficial. Tal historiador percebeu no “nacionalismo oficial” uma reação ou uma tentativa dinástica de lidar com as dificuldades oriundas do movimento das nacionalidades (a exemplo dos Romanov, Habsburgo, Hanover que reuniam diversas nacionalidades em seus impérios) e da revolução filológico-lexicográfica da segunda metade do século XIX (ou mesmo antes). Seria um modo, segundo Anderson (2009, p. 131) de “combinar a naturalização e manutenção do poder dinástico, em especial sobre os imensos domínios políglotas amealhados desde a Idade Média, ou, dizendo de outra forma, de esticar a pele curta e apertada da nação sobre o corpo gigantesco do império”¹⁰⁷. Nesse caso, o nacionalismo oficial representa uma espécie de “fusão deliberada”, no caso entre a nação e o império dinástico (ANDERSON, 2009, p. 131).

O problema das nacionalidades no continente europeu fora evidente para os metódicos, concreto para os membros dos *AHES* como já vimos. Contudo, o “nacionalismo oficial” podia ser aplicado aos povos colonizados. Como no caso inglês, predisposto por Macaulay¹⁰⁸, tornava-se necessário criar “uma classe de pessoas, indianas no sangue e na cor, mas inglesas no gosto, na opinião, na moral e no intelecto” (ANDERSON, 2009, pp. 136-137). Essa forma de nacionalismo possuía um caráter imperialista. “Russificação”, “anglicização” são expressões comuns nessa esteira.

Algumas das alavancas desse nacionalismo (*vide* ANDERSON, 2009, p. 150) são encontradas na administração francesa e percebidas ao folhearmos a revista dos *AHES*. Primeiramente, a preocupação com o sistema educacional, certamente sob a moldura europeia. Ao mesmo tempo, o caráter propagandístico estatal devidamente organizado, isso se encontra nos discursos que promovem as melhorias e projetos de desenvolvimento encabeçados pela metrópole. Bem como nas manifestações pela afirmação da identidade, não diria dinástica, somente nacional (francesa no gosto, na opinião, na moral, no intelecto, parafraseando Macaulay).

¹⁰⁷O nacionalismo oficial não era exclusividade das potências expansionistas, “podia ser conscientemente adotado por Estado sem pretensões de grande potência, desde que as classes dirigentes ou seus elementos de liderança se sentissem ameaçados pela difusão mundial da comunidade nacionalmente imaginada”. Anderson comparadois desses Estados, “o Sião e Hungria-dentro-do-Império-Austro-Húngaro” (ANDERSON, 2015, p. 147).

¹⁰⁸Thomas Babington Macaulay (1800-1859) foi um historiador e político britânico.

Se a emergência de uma política de conquista no continente europeu preocupava, não havia quaisquer problemas se dirigida para fora da Europa (embora saibamos que os atritos e conflitos europeus também ocorriam ali). Essa perspectiva não é omitida nos *AHES*. A questão é que, instauradas as bases administrativas, fazia-se necessário equipá-las e tirar o maior proveito econômico dos territórios colonizados. A colônia deveria contribuir com a riqueza nacional, mas em troca, os territórios africanos e asiáticos poderiam colher os frutos de melhorias levadas pelos europeus.

Cabe destacar que essa postura consiste não somente em um comportamento político, mas, igualmente, diz respeito à permanência de uma cultura política caracterizada por sua abrangência, pelo desejo de conquista e caráter eurocêntrico. Qual seria a diferença entre *AHES* e metódicos nesse sentido? Há um uso político da história em ambos na medida em que os povos colonizados se inserem na marcha do progresso mediante a interferência francesa ou europeia. Aqui nos referimos à noção otimizadora do conceito de progresso, aquilo que para Koselleck diz respeito ao distanciamento entre experiência e expectativa. “Essa diferença [...] encontrou sua expressão na ‘história em si’ e sua qualidade específica de tempo moderno no conceito de ‘progresso’” (KOSELLECK, 2006, p. 322)

De tal modo, talvez não haja exemplo maior na revista do que Henri Labouret. Conforme Hubert Deschamps (1959, p. 291), o etnólogo “viu sua vida coincidir com aquela do Segundo Império colonial da França”¹⁰⁹. Sua postura política era patente, como podemos perceber na citação abaixo, quando ele alerta o poder público sobre a necessidade de preservar a “boa ordem” colonial.

A evolução que começou por todo lado com o contato de duas raças e de duas civilizações vão provavelmente se acelerar; ela merece toda atenção e toda solicitude dos poderes públicos; é preciso evitar, com efeito, que ela não degenere em uma revolução que seria prejudicial aos interesses dos dois grupos¹¹⁰(LABOURET, 1929, p. 376).

As passagens do ex-militar pela revista dos *Annales* possuem caráter propagandístico, empenham-se em dar ênfase à política colonial e sua importância para a economia nacional. É nesse sentido que o autor, em artigo intitulado *Irrigations, colonisation intérieure et main-d'œuvre au Soudan français* [Irrigações, colonização interior e mão de obra

¹⁰⁹A vu sa vie coïncider avec celle du second Empire colonial de la France.

¹¹⁰L'évolution qui a commencé partout avec le contact de deux races et de deux civilisations va probablement s'accélérer ; elle mérite toute l'attention et toute la sollicitude des pouvoirs publics ; il faut éviter en effet qu'elle ne dégénère en une révolution qui serait préjudiciable aux intérêts des deux groupes.

no Sudão francês] capta informações sobre os esforços da administração perante o anseio de povoar e produzir nos territórios do Sudão Francês.

Para tanto, a exploração do potencial hídrico da região poderia ser feito mediante a construção de canais de irrigação, barragens, estudos técnicos e agrônômicos. O que só ocorreria por força de medidas administrativas capazes de engendrar novas condições de irrigação e, por conseguinte, o crescimento agrícola. Nesse caso, o algodão seria um dos produtos favorecidos.

Ao tratar da questão do algodão africano, um dos produtos que seria beneficiado (senão o maior), Labouret retoma o início do século XIX, quando o fim do tráfico negreiro impôs uma situação econômica desfavorável às possessões francesas e exigiu medidas governamentais. Teria sido o barão de Portel com seus impulsos e ousadia o precursor de uma primeira tentativa racional dirigida à valorização dos estabelecimentos de além mar. À época, a cultura do algodão lhe parecia promissora ao menos no Senegal, uma vez que os habitantes, supostamente, demandavam a segurança francesa e manifestavam apoio aos colonizadores.

Apesar dos “bons augúrios” a experiência não logrou êxito, deixada de lado, retomada sem sucesso, em virtude da concorrência estrangeira, problemas de produção, falta de interesse por parte da opinião pública entre outros. Somente com a crise instaurada pela Grande Guerra (1914-1918) a consciência nacional, segundo Henri Labouret (1929, p. 397), despertou para a “imperiosa” necessidade de produzir o solo nacional e suas possessões com os gêneros e matérias-primas indispensáveis para a economia francesa.

Torna-se oportuno ressaltar que, assim como os historiadores metódicos, Labouret promove as ações de grandes personagens. Em seu caso, mais especificamente, envolve nomes, diretamente, associados à política expansionista francesa. De certa forma, o que os torna “memoráveis” é a própria participação no trabalho de colonização. A saber, a ênfase que se estende a vários indivíduos, comprime desde o barão de Portel até o governador geral Angoulvant, responsável pela criação da *Inspection de l'Hydraulique Agricole* em Dakar, seu sucessor Matil Merlin que enviou vários estudiosos para examinar o vale do Níger e o ministro das colônias, A. Maginot, aquele que inaugurou a barragem de Sotuba.

Aliás, o progresso da região seguiria várias etapas, exigindo de tal modo uma ação conjunta e um esforço coletivo. A publicação de Henri Labouret em 1929 coincidiu com o projeto colonial de potencialização hídrica sudanesa, cuja duração estimada seria de quinze anos. O projeto consistia na construção da barragem e do canal de Sotuba (1926-1928), no

complemento de equipamentos sobre a região (1929-1931), previa a execução da barragem de Sansanding e o desenvolvimento da região deltaica do rio Níger (1931-1940).

Com relação ao andamento do plano, escreveu o colaborador da revista: “Até aqui, as previsões foram seguidas com uma exatidão matemática. A barragem de Sotuba está terminada e o canal da margem direita, escavado sobre uma extensão de 22 quilômetros. [...] 5.000 hectares de terras próprias à cultura irrigada tornam-se assim disponíveis” (LABOURET, 1929, p. 368)¹¹¹.

Se a disposição de terra tornava-se algo cada vez mais concreto, a administração esbarrava-se sobre problemas de ordem social e econômica, ou se preferirmos, de mão de obra. Ora, restava colonizar as terras disponíveis. Conforme Labouret (1929, p. 368), tratava-se de uma realidade mais complicada do que aparentava, ao envolver questões de princípio, método e execução. Sem o enfrentamento desse dilema, os empenhos produzidos até então não surtiriam os efeitos esperados. Dados demográficos apresentavam problemas de baixa densidade demográfica. Além disso, a região não contava com qualquer fator religioso que conduzissem seus habitantes ao trabalho agrícola como no Egito¹¹².

De que maneira resolver o problema de uma população então dispersa? Talvez a resposta já houvesse sido dada. De olho na política internacional, o autor não ignora a importância de se observar o comportamento de outras nações em situação semelhante e decerto, o modo como lidaram com o esse obstáculo. À guisa de outros países (Estados Unidos, Bulgária, Portugal e URSS), a França deveria organizar a ocupação interiorana das terras férteis por meio de incentivos e promoção da pequena propriedade rural e familiar.

Em todos os países onde essas medidas foram consideradas, o objetivo proposto visa constituir pequenas propriedades agrícolas, de uma superfície de modo que possam ser cultivadas por uma família ao cultivar seu lote. É aparentemente o melhor meio, e mesmo o único, de remediar as crises de mão de obra presentes e futuras (LABOURET, 1929, p. 370)¹¹³.

O conhecimento sobre o território ocupado também se revelava de modo insatisfatório. Como vimos anteriormente ao tratar do termo “ciências coloniais”, colonização

¹¹¹Jusqu'ici les prévisions ont été suivies avec une exactitude mathématique. Le barrage de Sotuba est terminé et le canal de la rive droite, creusé sur une longueur de 22 km. [...] 5 000 ha. de terres propres à la culture irriguée deviennent ainsi disponibles.

¹¹²De acordo com Labouret (1929, p. 369), a razão de um contingente tão abundante no Egito é atribuída a um aspecto religioso: a peregrinação a Meca, “para ganhar dinheiro necessário à viagem e às oferendas rituais, [muitos] empregam-se por certo tempo nos trabalhos agrícolas”.

¹¹³Dans tous les pays où ces mesures sont envisagées, le but proposé est de constituer de petites propriétés agricoles, d'une superficie telle qu'elles puissent être cultivées par une famille travaillant sur son lot. C'est apparemment le meilleur moyen, et même le seul, de remédier aux crises de main-d'oeuvre présentes et futures.

e conhecimento se associam. Mesmo com três décadas de colonização, o modo de vida dos “indígenas”, a forma como produziam, os hábitos econômicos e a mentalidade eram ignorados. Ademais, na opinião do etnólogo, as formalidades administrativas, o regime das prestações e o recrutamento militar dificultavam o aumento da mão-de-obra. Cabe ressaltar que o referido regime consistia em um imposto sob a forma de trabalho. De acordo com Raymond F. Bettes (2010, p. 369), era uma “manifestação clara das tentativas europeias para arregimentar mão de obra na organização econômica da aventura colonial”. O regime das prestações só seria abolido em 1944 e durante sua vigência se estendera a todos os homens das mais distintas possessões da África francesa e equatorial.

As condições locais permitiam ao “indígena” satisfazer suas necessidades sem muito trabalho (sobrava tempo para o “ócio”, caçadas e passeios). Para inverter essa situação, o governo não precisaria lançar mão da violência, mas de uma educação apropriada (e dificilmente realizável, principalmente no início) (LABOURET, 1929, p. 373) acompanhada dos recursos apropriados (o uso da charrua, animais de tração, o material agrícola necessário, o crédito agrícola). Em outras palavras, enquadrar o nativo na “lógica do mercado”.

Apesar dos pesares, sem demonstrar desconfiança, Labouret (1929, p. 375) é otimista quanto à política hídrica e a colonização interiorana. Com as devidas medidas, seria possível em poucos anos melhorar as condições de vida dos “indígenas” e a produção de produtos importantes para a indústria europeia.

Em todo esse contexto, o progresso africano vem a reboque das ações administrativas por parte da metrópole. Como afirmava Labouret: “Na história econômica e social da África, os grandes trabalhos no Níger e a colonização interior no Sudão, verdadeiramente, marcam uma época” (LABOURET, 1929, p. 376)¹¹⁴.

Durante as primeiras décadas do século XX podemos verificar que a legitimidade da colonização defendida por Ernest Lavisse (1913) possui um caráter tão progressista quanto à preocupação de Henri Labouret (1929) com a administração colonial acerca das questões africanas.

A revista dos *Annales d'Histoire Économique et Sociale* não mostra nenhum tom restritivo com relação ao colonialismo levado adiante pelas potências europeias. Sequer omitem o caráter eurocêntrico da empresa, presente nas abordagens que vimos até aqui. De certa feita, o próprio Lucien Febvre se revelou ambíguo a propósito da Exposição Colonial Internacional ocorrida em Paris no ano de 1931. De acordo com o cofundador do periódico:

¹¹⁴Dans l'histoire économique et sociale de l'Afrique, les grands travaux du Niger et la colonisation intérieure du Soudan, en vérité, marquent une date.

O historiador desce à cidade, repleto de pesadas lembranças, meditando sobre todos os desregramentos que já produziram na história as variações alternadas das distâncias entre raças, entre povos: umas, as distâncias materiais, a cada dia ficam mais curtas; as outras, as distâncias morais, permanecem constantes, enormes, talvez intransponíveis. Essa é a última lição, para ele, da Exposição (FEBVRE, 1932, p. 10) ¹¹⁵.

Tais palavras serão retomadas no manifesto dos *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations* após a Segunda Guerra (1939-1945), assim como a célebre frase de Paul Valéry: “Nós, civilizações, sabemos agora que somos mortais”. Com isso, Febvre procurava ilustrar o que chamou de “drama da civilização”, que apenas havida sido apresentado em 1932. Para ele o problema não seria de ordem técnica nem econômica e sim humana.

Seguido o conflito, o referencial europeu se encontra comprometido sob as recentes ruínas. Lucien Febvre (1988, p. 44) afirmou que “o problema não é, sequer, saber se a nossa civilização [europeia] vai desaparecer, assassinada. É saber que civilização se estabelecerá amanhã nesse mundo novo que já se elabora no fundo do cadinho”.

Todavia, nas considerações do próprio historiador sobre a Exposição, os europeus ecoam uma voz demasiado uníssona em torno da colonização para serem contrastados entre si. Trata-se de uma relação de verticalidade que envolve os europeus e os povos situados em territórios dominados. Era preciso conhecê-los, educá-los como bons europeus. Assim, a “impossibilidade” de Coulanges (1893) em perceber na política francesa colonialista o seu caráter conquistador não nos parece menor do que a manifestação de Lucien Febvre ao retornar da exposição.

A política de conquista, entendida como uma ameaça para Fustel de Coulanges descarta os não europeus; enquanto a divergência de povos vista como problemática na exposição, os insere em face da Europa.

Ao mesmo tempo, a França surge como um capítulo à parte no periódico, vista desde suas origens até a contemporaneidade, em especial nas resenhas. Nesse sentido, Georges Lefebvre (1930, nº 5, pp. 124-127) destaca certas coleções de documentos inéditos sobre a Revolução Francesa, Bloch (1931, nº 9, pp. 134-134) observa a história de Cluny e a ordem dos beneditinos, Febvre (1932, nº 15, p. 320) a história de um burgo e uma comuna, Paul Leuilliot (1932, nº 16, pp. 425-426) classifica como minucioso o estudo do também

¹¹⁵L'historien redescend vers la ville, plein de lourds souvenirs, méditant sur tout ce qu'ont produit déjà de dérèglements dans l'histoire les variations alternées des distances entre races, entre peuples : les unes, les distances matérielles, chaque jour se raccourcissant ; les autres, les distances morales, demeurant constantes, énormes, peut-être infranchissables. Et c'est la leçon dernière, pour lui, de l'Exposition.

colaborador dos *AHES*, Louis Mazoyer, sobre o papel econômico e social dos burgueses calvinistas às vésperas da Revolução. Agora, seria possível essa temática não conter algo de nacional?

O país nunca deixou de se situar nos *Annales* e no coração dos franceses. Basta lembrarmos as palavras de Braudel (1986): “Eu amo a França com a mesma paixão exigente e complicada, que Jules Michelet [...]. Mas essa paixão quase não interferirá nas páginas dessa obra [*L’identité de la France*]. Eu a manterei cuidadosamente a distância” (apud HARTOG, p. 173). Do mesmo modo o cofundador da revista não buscou negar a nação, muito pelo contrário, a pesquisa inteligente e fecunda que propunha (governada pelo espírito crítico e alerta, com capacidade para se adaptar ao novo) presta serviço ao ideal nacional. Assim, Febvre (1920, p. 5) afirmou: “É por nosso ideal nacional, por nossa civilização, por nossa independência e nossa vontade de paz e de liberdade, a melhor, a mais eficaz, a mais segura das salvaguardas. [...] A história é uma ciência. Ela não é uma advocacia”¹¹⁶.

Com o intuito de exemplificar esse interesse pelo lugar onde e sobre o qual se escreve, selecionamos o artigo de Georges Lefebvre intitulado *La place de la Révolution dans l’histoire agraire de la France* [O lugar da Revolução na história agrária francesa] em que o historiador aborda a abolição dos privilégios então reivindicada pelos camponeses (em termos de impostos) e a venda dos bens nacionais (resultantes do confisco de propriedades da Igreja, emigrados e outros), bem como o trabalho produzido por Albert Grenier sobre a conquista do solo francês.

Para Lefebvre (1929), as relações entre a Revolução e os aspectos constitutivos da agricultura francesa sintetizam elementos de continuidade e ruptura, considerando, respectivamente, o término das obrigações feudais e a preservação de pequenas propriedades. “A força da pequena propriedade camponesa na França impedia uma reforma mais radical da agricultura. Esse obstáculo, nem o antigo regime nem a Revolução conseguiriam derrubar” (SAES, 2008, p. 60). Se, por um lado, a pequena cultura e a fragmentação não foram favoráveis a uma rápida transformação agrícola, por outro, essa contradição econômica manteve alguma harmonia social na perspectiva de Lefebvre (LEFEBVRE, 1929, p. 516)¹¹⁷.

¹¹⁶ “C’est pour notre idéal national, pour notre civilisation, pour notre indépendance et notre volonté de paix et de liberté, la meilleure, la plus efficace, la plus sûre des sauvegardes. [...] L’histoire est une science. Elle n’est pas une avocasserie.

¹¹⁷ “A revolução agrícola não poderia ocorrer senão em detrimento do camponês sem terra ou com pouca terra. Sua lentidão apenas poderia atenuar suas consequências negativas. Dentre outros, se ela tardou mais, ela assim beneficiou um número muito maior”. Trecho original: La révolution agricole ne pouvait s’opérer qu’au détriment du paysan qui n’avait pas de terre ou qui n’en avait pas beaucoup. Sa lenteur seule pouvait atténuer ses conséquences fâcheuses. D’ailleurs, si elle a tardé davantage, elle a ainsi profité à un plus grand nombre.

Embora a Inglaterra não seja mencionada nesse ponto específico, cabe lembrarmos que a política dos *cercamentos* apesar do peso econômico destitui o pequeno proprietário, causando um verdadeiro êxodo rural, enquanto o camponês francês em sua maioria já possuía terras no final do século XVIII (LEFEBVRE, apud SAES, 2008, p. 96). A leitura de Georges Lefebvre não abrange, necessariamente, uma região ou outra, e sim busca compreender a economia e a sociedade agrária da França em um período específico. Mostrando que não tão somente a Revolução suscita mudanças significativas nos rumos da nação como, igualmente, determinados aspectos permanecem e a compõem.

Em sua obra “História Sincera da França”, Charles Seignobos expressa alguns aspectos do que podemos considerar como uma história nacional. Diante da impossibilidade de expor toda a história de um povo, o historiador incorre apenas sobre algumas séries de transformações pelas quais a nação se constituiu. A questão consiste em pensar como a nação se formou? Quais os traços a distingue ou não das demais?

Os fenômenos concatenados à Revolução, uma vez percebidos e compreendidos, narram e explicam mudanças que se deram sobre o solo francês ao longo do tempo. No caso de Lefebvre, tocou mais precisamente os camponeses. Por outro lado, a permanência da fisionomia agrária só reforçou o laço com a tradição.

Ao conferir a França elementos constitutivos, sua análise parece convergir para a mesma acepção nacional proposta por Seignobos. Afinal, a organização fundiária e o modo de vida camponês são elementos que conferem algum valor indelével ou noção de pertencimento. Parafraseando Seignobos (1938), contribuem para modelar a sociedade francesa¹¹⁸.

Se a história tipicamente nacional apresenta aspectos constitutivos da nação, igualmente recorre a uma espécie de “antiguidade nacional” (por mais que o termo seja exagerado). De maneira muito especial, interessam as populações e o território sob o qual a nação se desenvolveu. “Tal o ninho, tal o pássaro. Tal a pátria, tal o homem” (MICHELET, 1880)¹¹⁹. Assim, o metódico Ernest Lavisse (1913, p. 1) confere ares paternos aos gauleses, Lucien Febvre (1948, p. 235) manifesta um interesse particularmente francês pela obra *Les Gaulois* de Albert Grenier e assim por diante.

Nessa esteira, encontramos nos *Annales d'Histoire Économique et Sociale* um trabalho sobre a conquista do solo francês que remete ao Neolítico (*Aux origines de l'histoire rurale: la conquête du sol Français*) escrito pelo arqueólogo e etnólogo Albert Grenier

¹¹⁸Seignobos se referia na introdução do livro “História Sincera da França” à religião.

¹¹⁹Tel le nid, tel l’oiseau. Telle la patrie, tel l’homme.

(1930), demasiadamente conhecido por seus estudos em torno das origens nacionais e sobre a história da Gália. Apesar de suas simplificações explicativas que concorrem para a formação do feudalismo, o autor demonstra a existência de “um lugar comum” para a domesticação de animais, as disputas, a fortificação das cidades gaulesas, as atividades comerciais, as perturbações sociais, ou seja, o solo francês tão cultivado e repleto de história. Aliás, Grenier destaca o papel da agricultura francesa na composição histórica da França.

Em um país de velha civilização agrícola como o nosso, a posse da terra e as modalidades de exploração do solo são a própria base da história. Ora, por mais que recuamos mediante nossos documentos acerca desse assunto, encontramos sempre o estado, que eles nos descrevem, condicionado por um estado e tradições anteriores. Na verdade, a organização da propriedade e do trabalho rural, entre nós, remonta muito além da história (GRENIER, 1930, p. 26)¹²⁰.

Decerto, a pretensão de remontar as origens leva-o a lançar mão das descobertas arqueológicas, imprescindíveis nas investigações sobre a ocupação do solo pelo homem “pré-histórico”. Nesse caso, o papel da arqueologia é decisivo, sem a mesma sequer existiria qualquer esboço. Ele que também é arqueólogo, lamenta o abandono dos museus provinciais e dos sítios arqueológicos franceses (GRENIER, 1930, p. 27). Tratava-se do descaso para com as antiguidades nacionais que tanto pertencem à nação em termos materiais quanto são fundamentais para reconstruir sua história. Particularmente, Albert Grenier parece se dirigir aos seus compatriotas na medida em que utiliza o pronome possessivo da seguinte maneira: “nossas” antiguidades nacionais, “nossos” museus, “nossos” sítios etc.

¹²⁰Dans un pays de vieille civilisation agricole comme le nôtre, la possession de la terre et les modalités de l'exploitation du sol sont la base même de l'histoire. Or si haut que l'on remonte parmi nos documents sur ce sujet, on trouve toujours l'état qu'ils nous décrivent conditionné par un état et des traditions antérieures. L'organisation de la propriété et du travail rural remonte en effet, chez nous, bien plus haut que l'histoire.

Considerações Finais

“É realmente impressionante o poder das caricaturas”, diziam os professores Estevão Martins e Pedro Caldas (2013, p. 13) quanto ao equívoco atrelado a Leopold von Ranke. Segundo tais historiadores, nem Sérgio Buarque, tampouco Ciro Cardoso conseguiram desfazer o “nó cego” envolvendo o alemão oitocentista. Começamos nossas derradeiras considerações nessa direção, pois acreditamos que o caráter caricatural não é menor com relação aos metódicos (“os vencidos de 1870”, “positivistas” e daí por diante) e no que diz respeito aos *Annales* e à revista.

No livro “A constituição da história como ciência: de Ranke a Braudel”, Martins e Caldas, em sua leitura sobre Ranke, buscaram contribuir com a crítica levada a cabo por Sérgio da Mata, muito bem exemplificada no conceito de “mito historiográfico” (“crença, ou articulação de várias crenças, coletivamente construída(s) e a partir de então associada(s) à obra e à trajetória de um historiador ou grupo de historiadores”) (MATA, 2015, p. 188). A propósito da “historiografia positivista”, conforme Mata (2015, p. 188), trata-se de “um mito tão mais resistente na medida em que se baseia numa caracterização heteróclita, cujo sentido último é o de construir o avesso de outro mito e, assim legitimá-lo: o da ‘revolução’ dos *Annales*”.

Destarte, certas abordagens pressupõe um combate inaugurado com a revista dos *Annales d'Histoire Économique et Sociale*, um projeto devidamente “acabado”, definido. O que contraria a perspectiva expressa pelo próprio Marc Bloch de uma “criação contínua” (MÜLLER, 1995, p. 129).

Nossa primeira indagação seria: afinal, o quê ou quem se combate? Os metódicos? O que os *AHES* visam com o suposto assalto? A tomada do poder historiográfico, altos cargos em instituições acadêmicas?

Se observarmos bem, os metódicos apresentaram uma postura contundente com relação aos seus predecessores e contemporâneos. Os historiadores Charles Seignobos e Charles Victor Langlois (1898) procuram distinguir sua história resguardada pelo método histórico, caracterizado pela crítica das fontes e pela síntese da literalidade da geração romântica.

Por seu turno, Fustel de Coulanges (1893) condenou a história escrita na França nos últimos cinquenta anos. Os seus pares teriam feito um desfavor à nação em nomes de particularidades partidárias. Já Gabriel Monod, ao fundar sua revista, aproveitou logo a

oportunidade para atacar a *Revue des Questions Historiques* de caráter monarquista e ultramontano. Aliás, para Charles-Olivier Carbonnel, a *Revue Historique* fora uma espécie de “arma de combate”.

Gostaríamos de acrescentar e compreender as relações estabelecidas entre os historiadores (uma vez que possuem vínculos institucionais específicos) como uma espécie de jogo político de cunho acadêmico. O que estaria em jogo? Cargos, a expansão de escolhas e preferências, criações de cadeiras e secções, a ampliação de espaços de divulgação, uma boa interação ou influência (se preferirmos) entre os pares? Enfim, a ampliação de um determinado saber e, por conseguinte, a potência da palavra escrita ou falada? Conforme Michel Foucault (2014), o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou sistemas de dominação, mas aquilo porque, pelo que se luta, o poder do qual nós queremos apoderar.

Muitos historiadores se dedicaram ao tema do maniqueísmo envolvendo os *Annales* e a história política. De acordo com Marrou (1975), a luta contra o velho “ídolo da tribo” iniciou-se com Bloch e Febvre. Para o historiador inglês Peter Burke (2010), a revista se insere em um movimento de guerra de guerrilhas cujo alvo é a “história tradicional”. Igualmente, Jacques Le Goff (1988) afirma que a principal preocupação dos primeiros *Annales* residia na destituição da história-política. Conforme os historiadores Bourdê e Martin (1983), a revista se insurgiu contra o reduto metódico representado pela *Revue Historique*.

Mesmo François Dosse (1992, p. 24), fala em uma rejeição completa e sistemática da historiografia dominante, um rechaço violento do aspecto político por parte dos pais fundadores, ao passo que conferiam centralidade aos aspectos sociais e econômicos. Nesse sentido, o historiador percebeu a luta dos *Annales* em duas frentes. Por um lado havia o adversário a ser desmoralizado, ou seja, a história historizante; por outro, o adversário que tanto deveria ser respeitado quanto submetido, as ciências humanas que ganhavam espaço na cena intelectual europeia (BARROS, 2010 p. 89).

Em grande medida, conforme André Burguière (1979), parte dessa imagem deu-se por meio das celebrações, que “nem sempre são as melhores conselheiras da pesquisa histórica” (BURGUIÈRE, 1979, p. 1347). Os franceses Carbonnel (1976) e Jacques Revel (1979) também compartilham dessa opinião.

Embora Burguière conceba o surgimento da revista como uma forma de “exceção histórica”, ou seja, algo que não era nem necessário, tampouco esperado, aliás, a necessidade de situar grupos sociais e forças coletivas já estariam no manifesto de Monod, bem como noutros países já se percebia o esforço por uma abordagem social e econômica, o historiador

afirma que sua construção resulta de um projeto de poder, como todo projeto científico: “Todo projeto científico é inseparável de um projeto de poder. [...] Vontade de convencer e vontade de potência estão unidos como luz e sombra”¹²¹(BURGUIÈRE, 1979, p. 1353). Por consequência, um plano com a autoria própria de seus pais fundadores, Bloch e Febvre.

Os pais fundadores não seriam “rebeldes” ou “marginais” no contexto acadêmico, mostravam-se brilhantemente inseridos e tinham presença garantida na *Revue Historique* e *Revue d'Histoire Moderne et Contemporaine*, veículos associados à história “sorbonnarde”.

Cabe ressaltar que a chegada de Marc Bloch e Lucien Febvre em Paris, vindos de Estrasburgo, envolve toda uma rede de contatos. A participação na cena científica e a reputação, bem como o talento contam pontos favoráveis aos que pleiteiam fazer parte de certas instituições. A saber, Halbwachs fez visitas aos eleitores influentes do *Collège de France* por volta do ano de 1943 (MUCCHIELLI, 2001, p. 16; HALBWACHS, 2001).

Para Burguière, a hostilidade viria nos *comptes rendus* de maneira breve (como os próprios textos), direta e, igualmente, severa associando-se assim ao espírito dos *Annales*. Contudo, tais textos, críticos por definição, não desferem qualquer golpe contra um grupo específico, nem perseguem um autor ou outro. Enfim, não elegem uma escola ou um grupo razoavelmente definido.

Fora do âmbito acadêmico, no qual Bloch e Febvre se encontravam brilhantemente inseridos, de acordo com Burguière (1979, p. 1353), a marginalidade se daria mais do ponto de vista tático do que real na medida em que fixara para além das instituições um lugar de dissidência. Ali, a comunidade de historiadores poderia ser interpelada. Denunciadas as falsas certezas, seria um recinto privilegiado àqueles que não suportavam o conservadorismo, as convenções e manifestavam o desejo de articular várias disciplinas.

Vejamos bem a proposta de Burguière. No nível acadêmico não há marginalidade e sim uma integração, onde os pais fundadores jogam “as regras do jogo”, noutro nível, um espaço emerge para criticar o primeiro. Mas como se dá essa contradição? A revista também não possui um estatuto acadêmico ou que a ele se associa? Não é uma prorrogação da pesquisa científica envolvendo membros da própria academia?

Quando Maurice Halbwachs (2001) ansiava por uma cadeira no *Collège de France*, sabia que sua assídua participação nos *Annales d'Histoire Économique et Sociale* (bem como no III Volume da Enciclopédia Francesa) poderia lhe render bons frutos. O espaço igualmente permitiu (ou ampliou) certa interação com Lucien Febvre, Albert Piganiol, Grenier e outros.

¹²¹Tout projet scientifique est inséparable d'un projet de pouvoir. [...] Volonté de convaincre et volonté de puissance sont unies comme la lumière et l'ombre.

A historiografia promovida pela revista se acomoda no conceito de operação histórica de Michel de Certeau, não tão somente em razão do lugar o qual faz parte e ocupa (incluindo seus elos institucionais), mas, ao mesmo tempo, porque consiste em uma prática social. Cabe ressaltar que Certeau (2013, pp. 45-111) define a referida operação como a combinação de um lugar social, de práticas “científicas” e de uma escrita. Ou seja, toda pesquisa historiográfica se articula com um lugar de produção socioeconômica, política e cultural, relacionando sujeito e objetividade, uma instituição do saber atrelada a grupos determinados, o reconhecimento do “valor de uma obra” pelos seus pares, incluindo os historiadores com “métodos” que esboçam um comportamento institucional e as leis em um meio.

Além disso, na perspectiva de Michel de Certeau, fazer história é uma prática em que o material (as fontes) é transformado em história. O historiador ao articular natureza e cultura transforma inicialmente matérias-primas (uma informação primária) em produtos *standart* (informação secundária), assim os transporta de uma região da cultura (“curiosidades”, arquivos, as coleções, etc.) para outra (a história), longe de aceitar os “dados”, constituindo-os, acumulando-os, especificando métodos, limites e bases epistemológicas próprias (CERTEAU, 2013, p. 67).

Por fim, a escrita enquanto “representação” histórica não existe, senão, “explicitada a relação com o corpo social e com uma instituição de saber” (CERTEAU, 2013, p. 89). Tal escrita envolve ordem cronológica, fechamento, plausibilidade, elementos extratextuais, o lugar do leitor e dos “mortos”, sendo não só controlada pelas práticas das quais resulta, como sendo ela própria uma prática social (CERTEAU, 2013 p. 91).

O problema é que a revista tida como uma estratégia hegemônica, ainda que seja um espaço marginal, não apresentou senão uma postura moderada com relação aos metódicos, representantes de uma história política a ser devidamente combatida. Se havia uma pretensão de tomada do poder instaurado (o que nos parece um pouco arriscado afirmar), esta deveria no mínimo aguardar de modo indefinido e silente. Marc Bloch preferia chamar a iniciativa de “uma espécie de pequena revolução intelectual”. E diante das dificuldades e insucessos da revista, incluindo a pouca vendagem, encorajava o amigo com o objetivo de manter a revista viva (MÜLLER, 1995). O que por si só, contraria o suposto propósito de construção do periódico. Afinal, o seu surgimento para além dos limites acadêmicos deveria dar voz às críticas destinadas à instituição que ao mesmo tempo compunham.

Curiosamente, os ataques de Lucien Febvre ao ícone da história pejorativamente chamada de “positivista” (Charles Seignobos), não se dão na revista dos *Annales d'Histoire Économique et Sociale*. O tratamento dado ao metódico fora uma das razões pelas quais o intelectual francês Lucien Herr (1864-1926) considerou Febvre como “muito empolgado, lisonjeiro, ofensivo por sua autoconfiança” (HALBWACHS, 2001, p. 31).

A propósito dos seus “Combates pela história”, obra na qual o cofundador da revista afirma ter reunido o que sempre houvera de militante em sua vida, ou seja, a luta em prol da história, poucos escritos foram retirados do periódico. Por seu turno, é na *Revue de Synthèse Historique* fundada por Henri Berr, e nos próximos títulos dos *Annales (Annales d'Histoire Sociale e os Annales. Économies, Sociétés, Civilisations)* em que Febvre atua mais incisivamente, onde são criticadas a “história-quadro”, a história política e a síntese erudita.

Por que Lucien Febvre lança duras críticas noutros espaços a Charles Seignobos e não tira proveito da revista que ele mesmo criara? Acreditamos que a postura de Marc Bloch, o principal colaborador da revista, cofundador e diretor tenha em alguma medida prevalecido sobre o comportamento “exaltado” e “polêmico” do historiador. Diferentemente de Febvre, Marc Bloch admite o mérito de Langlois e Seignobos sem deixar de criticá-los. Reconhecimento e crítica não são coisas inconciliáveis. Com os autores de “Introdução aos Estudos Históricos” havia aprendido que, antes de tudo um historiador possui a obrigação de ser sincero e, além disso, que o progresso dos estudos históricos percorre a contradição necessária e sucessiva dos trabalhadores. Assim escreveu: “Permanecerei portanto fiel às suas lições criticando-as, ali onde julgo ser útil, bastante livremente, como desejo que um dia meus alunos, por sua vez, me critiquem” (BLOCH, 2001, p. 41).

Outrossim, Marc Bloch dava mostras de sua moderação na própria revista. A saber, o autor de “Os reis taumaturgos” desaprova a via polêmica em uma crítica ao trabalho de Franz Bastian intitulado *Die Legende von Donauhandel in Frühmittelalter dans Vierteljahrschrift für Social' und Wirtschaftsgeschichte*.

É quase sempre um grave erro de método abordar um problema histórico pelo viés da polêmica. Certamente o estudo do Senhor Franz Bastian sobre a via comercial do Danúbio durante a alta Idade Média teria ganhado muito mais em clareza e interesse se tivesse tomado o objeto corpo à corpo no lugar de conceber seu trabalho como um assalto contra uma “lenda” elaborada por uma multidão de autores, em sua maioria de ilustração medíocre (BLOCH, nº 10, 1931, p. 297)¹²².

¹²²La voie du Danube aux premiers siècles du moyen âge. — C'est presque toujours une grave erreur de méthode que d'aborder un problème historique par le biais de la polémique. Certainement l'étude de Mr Franz Bastian sur la voie commerciale du Danube pendant le haut moyen âge aurait beaucoup gagné en clarté et en intérêt s'il avait

Nessa perspectiva, o direito de resposta reivindicado pelo arquivista Henri Jassemin¹²³ às críticas de Lucien Febvre acerca de sua obra intitulada *La Chambre des Comptes de Paris au XVe siècle, précédé d'une étude sur ses origines* [“O Tribunal de Contas de Paris no século XV, precedido de um estudo sobre suas origens”] engendrou desconforto em meio aos organizadores da revista. O texto de Jassemin foi publicado contra a vontade de Bloch e Febvre. Conforme os diretores: “Há duas formas de colaborar com uma revista: mediante um convite dos diretores, ou em nome da lei. Pela primeira vez, desde os cinco anos que os *Annales* existem [...], encontrou-se um autor que dos dois métodos escolheu o segundo” (BLOCH & FEBVRE, 1934, p. 333)¹²⁴.

De acordo com o arquivista que, à guisa de um intruso conseguiu algumas páginas periféricas nas quais publicou sua carta e pode então defender-se, o historiador havia atacado deslealmente e com precisão o “espírito chartista”, instituição da qual fazia parte (JASSEMIN, 1934, p. 333). Essa afirmação nunca fora aceita pelos diretores que jamais responderam à missiva e, somente delegaram aos seus leitores o julgamento perante a referida acusação.

De acordo com Carole Fink (2004, p. 158), apesar de negada à acusação desferida contra uma respeitável instituição e o seu conjunto de arquivistas que, inclusive, colaboravam e davam apoio à revista, o caso suscitou um ressentimento latente em virtude do tom imperioso e partidário emanado dos *AHES*. O cofundador da revista teria escolhido cuidadosamente seu alvo, um membro do que acreditava ser o sementeiro da direita francesa, a *École de Chartes* (FINK, 2004, p. 158). Febvre (1934, p. 153) afirmou que obras como a de Jassemin deveriam ser desencorajadas, pois não tinham qualquer utilidade, tratava-se de um desperdício de forças e de inteligência. Tal mediocridade intelectual que promovia trabalhos anedóticos não poderia permanecer. Isso nos leva a crer que uma tendência mais exaltada e polêmica, decerto, sofreria resistência nos bastidores dos *AHES*.

A postura dos *Annales* muda com a distância, e posterior desaparecimento de Bloch. Vale lembrar que o historiador participou diretamente da Segunda Guerra desde o início até sua prisão e assassinato em 1944. Quando isso ocorre, já não temos mais a primeira experiência editorial dos pais fundadores, vigente durante quase dez anos.

pris le sujet corps à corps au lieu de concevoir son travail comme un assaut contre une « légende » élaborée par une foule d'auteurs, pour la plupart d'illustration médiocre.

¹²³ Jassemin foi arquivista e integrante dos Archives Nationales.

¹²⁴ Trecho original : Il y a deux façons de collaborer à une revue: sur l'invitation des directeurs, ou au nom de la loi. Pour la première fois, depuis cinq ans que les Annales existent [...], un auter s'est rencontré qui, de ces deux méthodes, a choisi la seconde (BLOCH & FEBVRE, 1934, p. 333)

Logo em 1939, o nome de Charles Seignobos se sobressai nos *Annales d'Histoire Sociale* por meio da crítica feita a sua história comparada dos povos da Europa. Lucien Febvre (1939, p. 295) o condena a ponto de desqualificá-lo e classificar o trabalho de longos anos como a “negação da própria história”. Igualmente, aparece no manifesto de 1946 dos *Annales. Économies, Sociétés, Civilizations* rótulos depreciativos com relação a vários historiadores, muitos reunidos sob o título de “vencidos de 1870”. Ao invés da história elaborada por tais pesquisadores (política, factual...) uma história-problema deveria ser erguida (FEBVRE, 1946). Ademais, somente após a Segunda Guerra, o artigo de Simiand ganha *status* de manifesto dos *Annales* (REVEL, 2009).

Em contraste com os *Annales d'Histoire Économique et Sociale*, a revista fundada por Gabriel Monod carrega consigo uma oposição clara e forte à *Revue des Questions Historiques*. Como vimos anteriormente com Carbonnel (1976), o surgimento da RH ocorreu diante de um cenário conflituoso, onde o seu país se via perturbado por questões de ordem política, científica e espiritual. Antes de combater sua adversária que também possuía pretensões científicas, Monod buscou imitá-la para em seguida lançar seu assalto em nome de uma suposta laicidade e rigor científico.

Ora, a revista dos *Annales* anuncia em seu editorial de 1929 a influência de outras revistas, sem negar qualquer uma, porém, como é típico de projetos editoriais reivindica seu “lugar ao sol” e, ao lado de seu compromisso com o método crítico, a pretensão de ampliar as possibilidades de pesquisa histórica mediante o contato com outras disciplinas – o que os AHES de fato poderiam acrescentar não era nem a interdisciplinaridade, tampouco uma história social e econômica, contudo, outras alternativas propriamente ditas.

Diferentemente do estudo de Lutz Raphaël¹²⁵ que, conforme Delacroix, Dosse e Garcia (2012, p.158), baseou-se nos artigos de atualidade da revista chegando a três modelos de ação política “aplicáveis aos pesquisadores de ciências sociais”, nos empenhamos em apresentar, além do comportamento da revista para com os seus antecessores, outras dimensões políticas constantes em suas páginas como o uso político, o nacionalismo e a presença do caráter político em meio às temáticas do periódico. Tais aspectos revelam, em

¹²⁵De acordo com Delacroix, Dosse e Garcia (2012, p.158) os três modelos básicos de ação política em Raphaël se divide em: “1) o modelo do pesquisador como conselheiro para os dirigentes políticos, fundado na confiança liberal na capacidade das elites e das instituições de encontrar soluções para os problemas sociais ou políticos; os estudos sobre a crise pertenceriam a esse modelo; 2) o modelo dos emigrados políticos como Lucie Varga e Franz Borkenau, politicamente engajados, que não se dirigem às elites políticas e tentam explicar sociológica e historicamente os fenômenos que estudam; 3) o modelo da perícia social ou do comentário científico, destinado a encontrar soluções racionais para os problemas da sociedade. Bloch e Febvre parecem mais próximos deste último modelo; sua vontade de dar os homens de ação, fornecendo-lhes pistas para a compreensão do presente, parece corresponder a essa figura do cientista-expert”.

alguma medida, a persistência do “Antigo Regime” da historiografia. Os pontos mencionados foram exemplificados quando refletimos sobre a política nos metódicos. E prosseguiram, ganharam terreno nos *Annales d’Histoire Économique et Sociale* abordados posteriormente.

Cabe aqui fazer uma pequena observação no que diz respeito ao ensino de história, visto por Charles Seignobos como instrumento de educação política. O tema tão recorrente nos metódicos (basta lembrarmos a repercussão dos livros didáticos de Ernest Lavissee) praticamente inexistiu na revista. Duas décadas depois, Lucien Febvre (1949) relativizaria o sucesso resultante dos esforços operados pelos *Annales*, justamente, por não ter alcançado o nível do ensino.

A questão em torno de como e do que se ensina para a nação, igualmente, encontra-se na ordem política. Por um lado, se os *Annales* não privilegiaram o ensino de história, por outro, os metódicos não desenvolveram de maneira mais aprofundada temas vinculados à economia, o social e mesmo à relação de ambos com a política. A política nos metódicos se revela nas relações diplomáticas, nas instituições do poder, na nação, entre outros, enquanto nos *AHES* a dimensão política se reveste, sobretudo, de um caráter econômico.

Conforme René Rémond (2003, p. 15), “as revoluções que derrubaram os regimes monárquicos não destronaram a história política de sua posição preeminente, apenas mudaram seu objeto. Em vez de fixar-se na pessoa do monarca, a história política voltou-se para o Estado e a nação”. Inserida nesse contexto, a investigação histórica dos metódicos consagra o debate em torno dos critérios formativos da nação. Assim surgiram trabalhos para defini-la como “uma pessoa formada, consciente e responsável” (LAVISSE, 1890, p. 79), encontraram-na no coração dos homens que comungam ideias, interesses, esperanças (COULANGES, 1870, p. 10).

Com efeito, sublinharam a importância da história para unificá-la (MONOD, 1976, p. 324). Aos olhos de Fustel de Coulanges, as divisões partidárias haviam produzido um desfavor à nação.

A história também pôde tirar proveito da nação enquanto tema do jogo político da Terceira República ao promover o seu percurso ao longo do tempo; o que nós diagnosticamos no balanço produzido por Gabriel Monod sobre o progresso do conhecimento histórico na França e sua relação com os investimentos estatais em termos de pesquisa e publicação.

Nessa atmosfera, os metódicos não deixaram de suscitar orientações de caráter republicano e/ou democrático. Não por acaso a pátria se consolida com a República para Ernest Lavissee (que um dia foi monarquista) e outros. Para ele, um povo por séculos

governado se via diante do desafio de governar a si mesmo, assumir o protagonismo. Por sua vez, vale frisar que Charles Seignobos apreende o ensino de história como um instrumento de educação política e “democrática”. Ao privilegiar a formação nacional, o Estado, e as instituições políticas, tais historiadores privaram outras temáticas.

Apenas para exemplificar isso, selecionamos três obras: *Histoire des Institutions Politique de l’Ancienne France* (1889) de autoria de Coulanges, *Histoire de l’Europe et en Particulier de la France de 395 à 1270* (1891) escrito em coautoria por Gabriel Monod e Charles Bémont e ainda o *Cours Élémentaire* (1913) de história francesa de Ernest Lavisse.

O historiador Fustel de Coulanges trata da cidade galo-romana, do direito de propriedade, dos colonos, já Monod lida com aspectos administrativos, religiosos, da tradição e outros, enquanto Lavisse destaca povos, reis, guerras etc. Nenhum dos autores nos fornece, efetivamente, assuntos de ordem econômica. Nem mesmo Gabriel Monod que já havia reconhecido na *Revue Historique* publicada em 1896 a necessidade de uma história voltada para as condições econômicas e sociais, na medida em que criticava a história dos grandes nomes e eventos.

Nós estamos excessivamente acostumados na história a nos prender, sobretudo, às manifestações brilhantes, ressonantes e efêmeras da atividade humana, grandes eventos ou grandes homens, em vez de insistir nos grandes e lentos movimentos das instituições, das condições econômicas e sociais, que são a parte verdadeiramente interessante e permanente da evolução humana” (BÉMOND & MONOD, 1896, p. 325)¹²⁶.

Em contraste, a revista dos *AHES* nos brinda com uma gama de assuntos econômicos. A preocupação com os bancos, as moedas, com as finanças, bolsas, especulações, preços surge com muita força em suas páginas. Ao preço do papiro na antiguidade grega dedicou-se o primeiro artigo publicado na revista, resultado de uma comunicação feita por Gustave Glotz no “Congresso Internacional das Ciências históricas” em agosto de 1928. De acordo com Peter Burke (2010, p. 74), “o início dos anos 30 assistiu a uma explosão de interesse pela temática, vinculada, sem dúvida, à hiperinflação alemã e ao estouro das bolsas em 1929”. Ao ressaltar na revista a importância atribuída à vida econômica

¹²⁶On est trop habitué en l’histoire à s’attacher surtout aux manifestations brillantes, retentissantes et éphémères de l’activité humaine, grands événements ou grands hommes, au lieu d’insister sur les grands et lent mouvements des institutions, des conditions économiques et sociales, qui sont la partie vraiment intéressante et permanente de l’évolution humaine, celle qui peut être analysée avec quelque certitude et dans une certaine mesure ramenée à des lois.

e social diante de um universo considerado profundamente conturbado, Lucien Febvre (1930, p. 67) dá mostras de tais efeitos.

Se as decorrências, mormente, da crise de 1929 foram sentidas, do mesmo modo, segundo Rémond (2003, p. 19), “as novas orientações da pesquisa histórica estavam em harmonia com o ambiente intelectual e político. O advento da democracia política e social, o impulso do movimento operário, a difusão do socialismo dirigiam o olhar para as massas”. Ora, do ponto de vista político, a economia também se tornava uma questão proeminente na pauta dos governantes.

Apesar do mote da revista dos *Annales*, a política em alguma medida pode se aproximar da economia. As consequências da política ferroviária de Napoleão III continuavam sendo sentidas, conforme nos revelou o próprio Marcel Blanchard (1934). Enfim, a industrialização e as ferrovias andaram juntas. Já na Espanha como nos mostrou Pierre Monbeig, os camponeses mais pobres que se esforçavam para alimentar suas famílias na vivência de todos os dias guardavam esperanças de que a Segunda República alterasse sua condição socioeconômica. Além disso, a questão econômica soviética na perspectiva de Méquet envolvia a própria linha de orientação política do regime.

Contudo, a importância política e econômica foi identificada tanto por Charles Seignobos quanto por Lucien Febvre, historiadores que sentiam a necessidade de mudanças no campo historiográfico. O que pode chamar atenção de alguns é que aqui nos referimos a uma “tomada inversa” com relação à fama que os envolve.

Quiçá, o grande mérito do marxismo para Seignobos (1934, pp. 391-396) tenha sido a ênfase dada sobre o econômico, algo até então bastante negligenciado pelos historiadores, como confessa o metódico. Em uma carta escrita a Ferdinand Lot em 1941 (publicada pela *RH* em 1953), Seignobos se queixava do marasmo que havia tomado conta do campo historiográfico no último quarto de século, sentia falta do dinamismo dos anos de 1880 e 1890 (SEIGNOBOS, 1953, p. 3). Quanto a Lucien Febvre, a relevância da política não é de toda omitida, o historiador reconhece no espaço intitulado “Do passado ao presente” da revista que, embora o Estado e sua evolução não sejam alvos de seu interesse direto, a transformação das instituições políticas determina e reflete, igualmente, mudanças na estrutura social (FEBVRE, 1937, p. 222).

De certa forma, a política continuara em pauta e não era exclusividade de um historiador metódico octogenário. Tampouco, o anseio por mudança confinava-se na geração que acabara de chegar. Ora, por que em alguns momentos o cofundador dos *AHES* manifesta-

se tão ríspido (o que, paradoxalmente, revela-se de maneira contida no periódico) com relação à história política, associada aos eventos? Talvez, os efeitos negativos mencionados por René Rémond ao conceber a política como uma seara de destaque da ação humana possa nos sugerir algo:

O acontecimento [político] solda uma geração, e sua lembrança continuará sendo até o último suspiro uma referência carregada de afetividade, positiva ou negativa, até que, com o desaparecimento desta, ele mergulha na inconsciência da memória coletiva, onde permanecerá no entanto a exercer alguma influência insuspeitada (RÉMOND, 2003, p. 449).

Após a Grande Guerra, o próprio mundo de Lucien Febvre se encontrava em ruínas e não só o conhecimento histórico lhe parecia comprometido, mas a própria história vivida. Destarte, durante aula inaugural na Universidade de Estrasburgo, o historiador se indagava: “Eu tenho direito [...] de retomar hoje minha tarefa de historiador? Fazer história. Ensinar história. [...] Meu direito, é preciso reconhecê-lo se ele existe, e que vós [dirigindo-se aos seus alunos] o proclameis comigo”¹²⁷. Em sentido oposto, para Seignobos, as guerras só tornaram evidente sua perspectiva política, pois pôde perceber (por experiência própria) o poder que a política tem de se expandir sobre a vida dos indivíduos em sociedade (SEIGNOBOS, 1939).

Diante das recentes catástrofes provocadas pela guerra, um “exame de consciência” se impunha a Lucien Febvre (1920, pp. 2-3). A justificativa para pergunta anterior não deveria passar pela utilidade nacional, pela glória, pela grandeza, pela expansão e restauração de seu país sob a forma de um evangelho nacional oficial¹²⁸. Em contrapartida, a pesquisa inteligente e fecunda deveria ser nutrida por um espírito sempre alerta (não prisioneiro de suas atitudes e preconceitos), capaz de se adaptar ao novo e às transformações, disposto a acolher novas sugestões.

Entretanto, o que nos parece problemático na perspectiva de Febvre, não diz respeito nem à utilidade da história, caso contrário, como poderia sugerir a cientificidade da história como uma salvaguarda à nação. A proposta do historiador não perde de vista o ideal nacional¹²⁹. Guardadas as devidas proporções, do mesmo modo Fustel de Coulanges (1893)

¹²⁷ Ai-je le droit [...] de reprendre aujourd’hui ma besogne d’historien? Faire de l’histoire. Enseigner de l’histoire. [...] Mon droit, il faut que je le reconnaisse s’il existe, et que vous le proclamiez avec moi.

¹²⁸ “E qual tarefa, mais bela ao mesmo tempo e mais fácil, após a vitória. [...] A história que serve é uma história serva”. Trecho original: Et quelle tâche, plus belle à fois et plus aisée, au lendemain de la victoire. [...] L’histoire qui sert, c’est une histoire serve (FEBVRE, 1920, pp. 3-4)

¹²⁹ “É para o nosso ideal nacional, para a nossa civilização, para a nossa independência e nossa vontade de paz e de liberdade, a melhor, a mais eficaz, a mais segura das salvaguardas. [...] A história é uma ciência. Ela não é uma advocacia” (FEBVRE, 1920, p.5). Trecho original : C’est pour notre idéal national, pour notre civilisation,

condenou o uso partidário da história entre os franceses, o nacionalismo científico alemão em nome do rigor científico e, ainda assim, não deixou de servir a nação. Ambos parecem introduzir uma espécie de “vontade de paz” após os desastres do terremoto.

O discurso apartidário e científico não torna a história imune de um uso político. O que se coloca em questão é o modo como a história se relaciona com a nação, sem desfavorecê-la. As reflexões sobre “os usos políticos do passado” não são algo novo entre os historiadores. A bem da verdade, são um tema clássico e mesmo trivial como afirma François Hartog e Jacques Revel (2001, p. 13).

Para a dupla, Gabriel Monod (1876) prescrevia aos futuros colaboradores da *Revue Historique* sobre a necessidade de evitar as controvérsias contemporâneas, as paixões políticas e religiosas entre outros, porque tais fatores impediam o progresso da disciplina histórica. Esse seria o “nobre sonho” (o problema da objetividade) posto sobre o centro do debate que reuniam os historiadores da segunda metade do século XIX segundo Hartog e Revel. As prudências difundidas pelo metódico resistiriam mal, sendo evidenciadas após seu primeiro quarto de século (HARTOG & REVEL, 2001, p. 14). Mesmo a revista dos *Annales* apresentou uma postura política ao coadunar com a colonização, outrora abordada.

De tal maneira, o dilema entre o aspecto objetivo e subjetivo da história esteve presente tanto nos metódicos quanto nos *AHES* – que curiosamente foram políticos, mesmo mantendo o tom restritivo quanto à tomada de partido ou posição política. A propósito, esse é um dos temas abordados por Jörn Rüsen (1996, pp. 75-102). Ao pensar as ciências históricas e seus discursos (pré-moderno, moderno e pós-moderno), o historiador alemão tratou do dilema envolvendo a “narratividade” e a “objetividade”, vistas como caracterizações contraditórias dos estudos históricos. Diante da intriga, o caráter literário está para a narrativa como os procedimentos de pesquisa regulados metodicamente estão para objetividade. Ambas poderiam ter garantias.

A cognição histórica poderia ser vista como um procedimento mental com dois pólos, de um lado objetivo, relativo à experiência do passado, previamente dado em seus vestígios, isto é, o material das fontes e de outro lado, um subjetivo, referente a problemas de orientação da vida prática. A garantia da objetividade é a crítica das fontes e a do subjetivismo é o engajamento, o historiador na luta política pela identidade coletiva, no campo da rememoração histórica (RÜSEN, 1996, pp. 86-87).

Conforme o historiador alemão, a objetividade diz respeito à validade geral do conhecimento histórico, baseada na relação com a experiência do passado e na racionalidade do tratamento cognitivo dessa experiência (RÜSEN, 1996, p. 76). Tal objetividade limita a interpretação histórica, possui pretensão de verdade, compromisso com a racionalização e a academia (a ficcionalidade no discurso recente da meta-história seria o recuo da objetividade). A pretensão de Rüsen, como ele mesmo confessa, consiste na tentativa de conciliação das duas atitudes. Sem tomá-las como oposição mútua e sim como dois lados da mesma moeda, cuja relação de ambiguidade depende de uma atitude objetivista, de interesse e de envolvimento prático.

O uso político da revista veio acompanhado do colonialismo, colocando assim a questão do nacionalismo em jogo. Mas, afinal, onde se concentra o debate sobre o nacionalismo nos metódicos e nos *AHES*? Por volta da virada do século XIX, o movimento das nacionalidades com o apoio das massas representava uma ameaça à estabilidade da Europa, a própria questão envolvendo os territórios da Alsácia e Lorena se inserem nesse contexto. Assim, os metódicos parecem ter se concentrado e afirmado seu nacionalismo *diante* da Alemanha ou daquilo que a mesma representava, os critérios raciais e linguísticos como constitutivos da nação. Mais do que nunca, era preciso afirmar a legitimidade da nação não pela conquista (ironicamente os territórios franceses para além do continente não são considerados), o que supostamente fazia a Alemanha, tampouco pelo critério étnico ou linguístico e sim o caráter subjetivo, a vontade de pertencimento, uma escolha, aquilo que liga o indivíduo à nação.

Ao perder os territórios como consequência direta da Guerra Franco-Prussiana, urgia reclamá-los com base no “princípio de nacionalidade”. Mesmo para Coulanges e Seignobos, que não defendiam a guerra propriamente, a questão não podia ser esquecida, pois não haveria qualquer legitimidade para a “ocupação alemã”. Os metódicos se debruçam, principalmente, sobre as “questões europeias” (não que o colonialismo seja negligenciado) onde pairam as ameaças por parte das “nacionalidades” e da paz armada.

Por seu turno, nos *Annales d'Histoire Économique et Sociale*, o tema do nacionalismo se desenvolve *sobre* a região conquistada, se dá no alargamento do território pertencente à nação e, como vimos, os territórios africanos não são negados de maneira alguma. Ganha contornos econômicos, espraia-se pelos demais continentes. Agora, por que ocorre essa mudança? Seria exagerado falarmos em uma “retirada estratégica” de um

continente (Europeu) com problemas políticos e atritos entre seus membros? Não havia conflitos? Como os viam os *AHES*?

A sensação que temos quando lemos o periódico é de que não existem mais os conflitos percebidos por Ernest Lavisse (1890, p. 224) ou outras contendas substanciais. Afinal, a Europa contava com regimes muito antagônicos (fascista, soviético, liberal democrata). Para o referido historiador metódico havia uma paz que perdurava (não era mais a exceção) e, ao mesmo tempo, dissimulava. Aos seus olhos, os ódios, as rivalidade, as intrigas comerciais permaneciam encobertos por uma máscara de similitude. Mas, enfim, no caso dos *AHES* o combustível implícito do nacionalismo diz respeito à conquista.

A história econômica e social levada adiante pela geração dos *Annales*, que atingiu a idade adulta após a Grande Guerra, implicou o declínio da historiografia metódica centrada nos fatos políticos, nos grandes nomes, na nação, no Estado, etc. Todavia, apesar do deslocamento de áreas de interesse, não parece ter ocorrido uma “virada” simplesmente com a fundação da revista.

Aliás, o fato de a *RH* continuar com seus temas políticos, apesar do econômico ganhar espaço em suas páginas (DOSSE, 1992; TESNIÈRE, 1990), as dificuldades que comprometiam a existência da própria revista dos *AHES* (incluindo uma vendagem aquém do esperado) (TESNIÈRE, 1990, p. 26), o louvor com que Charles Seignobos (1939) trata da recepção de sua “História Sincera da França” e o sucesso de vendas chamado Jacques Bainville (*Histoire de France, Napoléon...*) parecem contradizer isso.

Considerar o periódico mediante noções de ruptura ou revolução é encobrir a permanência do aspecto político, bem como uma postura moderada diante de seus predecessores.

FONTES PESQUISADAS

BÉMOND, Ch. & G. MONOD. "FRANCE." *Revue Historique*, vol. 61, no. 2, 1896, pp. 322-348.

BERR, Henri. Sur notre programme. In: *Revue de Synthèse*. 1900, t. 1, n° 1, pp. 1-8

BLANCHARD, M. La politique ferroviaire du second empire. In : *Annales d'Histoire Économique et Sociale*, 1934, n° 30, pp. 529-546

BLOCH, Marc. Archives et bibliothèques. In: *Annales d'histoire économique et sociale*. 3^e année, N. 10, 1931. p. 240

_____. Encore des archives italiennes à Boston. In: *Annales d'histoire économique et sociale*. 2^e année, N. 5, 1930. p. 93.

_____. Le congrès des sciences historiques d'Oslo (1928). In: *Annales d'histoire économique et sociale*. 1^e année, N. 1, 1929. pp. 71-73.

_____. Les sources d'une grande histoire parlementaire. In : *Annales d'histoire Économique et Sociale*, 1933, t. 5, pp. 479-480

_____. Mr Franz Bastian, Die Legende vom Donauhandel in Frühmittelalter dans Vierteljahrschrift für Social' und Wirtschaftsgeschichte. In: *Annales d'histoire économique et sociale*. 3^e année, N. 10, 1931.

_____. Mr Louis-Henri Champly, *Histoire de l'abbaye de Cluny*. Dom Henri Leclercq, L'ordre bénédictin. Dom Pierre de Monsabert, Le Monastère de Ligugé : Étude historique. In: *Annales d'histoire économique et sociale*. 3^e année, N. 9, 1931. pp. 134-135.

_____. Mr Maurice Halbwachs, Les causes du suicide. In: *Annales d'histoire économique et sociale*. 3^e année, N. 12, 1931.

BOURGIN, Georges. Les archivistes français et le travail d'histoire économique. In: *Annales d'histoire économique et sociale*. 4^e année, N. 16, 1932.

BOUTRUCHE, Robert. Les courants de peuplement dans l'Entre-Deux-Mers, étude sur le brassage de la population rurale, X^e-X^e siècles. In : *Annales d'histoire économique et sociale*. 1935, pp. 124-150

BRAUDEL, Fernand. Les Annales ont trente ans (1929-1959). In: *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations*. 14^e année, N. 1, 1959. pp. 1-2.

BRUNO, G. *Le tour de la France para deux enfants : devoir e patrie (Cours Moyen)*. Paris, Librairie Classique Eugène Belin, 1889

BRUNSCHWIG, Henri. Bismarck et la question ouvrière au temps du conflit constitutionnel. In : *Annales d'Histoire Économique et Sociale*, 1937, n° 48, pp. 619-620.

COULANGES, F. *A Cidade Antiga*. Editora das Américas, São Paulo, 1961.

_____. De la manière d'écrire l'histoire en France et en Allemagne : Depuis cinquantes ans. In: *Questions Historiques*. Librairie Hachette et Cie, Paris, 1893.

_____. *L'Alsace: est-elle une allemande ou française ? Réponse à M. Mommsen*. E. Dentu, Librairie-Éditeur, Paris, 1870.

_____. La politique d'envahissement: Louvois et M. De Bismarck. In : *Questions historiques*. Librairie Hachette et Cie, Paris, 1893.

_____. *L'histoire des institutions politiques de l'ancienne France*. Librairie Hachette et Cie, Paris, 1889.

_____. Préface. In : *La monarchie française*. Librairie Hachette et Cie, Paris, 1888.

_____. Préface. In: *Questions Historiques*. Librairie Hachette et Cie, Paris, 1893.

FEBVRE, Lucien. Albert Grenier, Les Gaulois. In: *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations*. 3^e année, N. 2, 1948. pp. 234-235;

_____. À nos lecteurs, à nos amis. In: *Annales d'histoire sociale*. 1^e année, N. 4, 1939. pp. 353-354

_____. A propos d'un précis d'histoire des sciences: sciences et techniques. In: *Annales d'histoire économique et sociale*, 1934.

_____. Face au vent : manifeste des *Annales* nouvelles [À nos lecteurs, à nos amis]. In: *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations*. 1^e année, N. 1, 1946. pp. 1-8.

_____. L'histoire dans le monde en ruines. In : *Revue de Synthèse*, 1920, t. 30, pp. 1-15

_____. L'histoire économique et la vie : leçons d'une exposition. In: *Annales d'histoire économique et sociale*. 4^e année, N. 13, 1932. pp. 1-10.

_____. La politique financière de Sully la Généralité de Lyon. In: *Annales d'Histoire Économique et Sociale*. N. 45, 1937, pp. 318-319

_____. Le corporatisme italien. In : *Annales d'histoire économique et sociale*. 1937, pp. 222-223

_____. Mr Ch. Dard, Histoire du bourg et de la commune. In: *Annales d'histoire économique et sociale*. 4^e année, N. 15, 1932. p. 320.

_____. Un Essai D'histoire Européenne. In : *Annales d'histoire Sociale (1939-1941)*, vol. 1, no. 3, 1939.

_____. Une histoire politique de la Russie Moderne. In : *Revue de Synthèse*. Paris, 1934, VII.

_____. Vingt ans après. In: *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations*. 4^e année, N. 1, 1949. pp. 1-3.

FEBVRE & BLOCH, Marc. À nos lecteurs. In: *Annales d'histoire économique et sociale*. 1929.

_____. BLOCH, Marc. Au Lecteur. In : *Annales d'histoire sociale* (1939-1941), T. 1, N. 1 (Jan., 1939), pp. 5-6.

_____ & BLOCH, Marc. Correspondance. In: *Annales d'histoire économique et sociale*, 1934.

_____ & BLOCH, Marc. Nos enquêtes collectives. In: *Annales d'histoire économique et sociale*. 1^e année, N. 1, 1929.

GAUDEFROY-DEMONBYNES. Les sociétés de l'Afrique du Nord : positions de problèmes. In: *Annales d'Histoire Économique et Sociale*, 1933, pp. 326-327

GLOTZ, Gustave. Le prix du papyrus dans l'antiquité grecque . In: *Annales d'histoire économique et sociale*. 1^e année, N. 1, 1929. pp. 3-12.

GRENIER, Albert. Aux origines de l'histoire rurale : la conquête du sol français. In: *Annales d'histoire économique et sociale*. 2^e année, N. 5, 1930. pp. 26-47.

HALBWACHS, Maurice. Minha campanha para o Collège de France. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 21, n° 40, p. 25-58. 2001

HOUDAILLE, J. Essor et vicissitudes de l'expérience Roosevelt. In : *Annales d'Histoire Économique et Social*, 1936, n° 40, pp. 321-333.

JASSEMIN, H. Correspondance. In: *Annales d'histoire économique et sociale*, 1934, pp. 333-336.

LABOURET, Henri. L'Institut international des langues et civilisations africaines. In: *Annales d'histoire économique et sociale*. 1^e année, N. 1, 1929. pp. 77-78.

_____. Irrigations, colonisation intérieure et main-d'œuvre au Soudan français. In: *Annales d'histoire économique et sociale*. 1^e année, N. 3, 1929. pp. 365-376

_____. R. Gaudefroy-Demombynes, L'œuvre française en matière d'enseignement au Maroc. In: *Annales d'histoire économique et sociale*. 1^e année, N. 2, 1929. pp. 319-320.

_____ & SAYOUS, André-É. Questions africaines. In: *Annales d'histoire économique et sociale*. 3^e année, N. 9, 1931. pp. 94-103.

LABROUSSE, Ernest. *Histoire de France: Cours Élémentaire*. Armand Colin, 1913

LANGLOIS, C & SEIGNOBOS, C. *Introducción a los Estudios Históricos*. Trad. de Jaime Lorenzo Miralles, Alicante, Publicaciones Universidad de Alicante, 2009, pp. 231-246

LAVISSE, Ernest. *Discours à des enfants*. Armand Colin, Paris, 1907

_____. *Histoire de France: Cours Élémentaire*. Paris, Librairie Armand Colin, 1913.

_____. *Histoire de France: Cours Moyen*. Paris, Librairie Armand Colin, 1948.

_____. *La Grande Guerre : Cours Moyen* (Chapitre supplémentaire). Paris, Librairie Armand Colin, 1925.

_____. *Pourquoi nous nous battons*. Paris, Librairie Armand Colin, 1917

_____. *Vue Générale de l'Histoire Politique de Europe*. Armand Colin, 1890

LEFEBVRE, Georges. La place de la Révolution dans l'histoire agraire de la France. In: *Annales d'histoire économique et sociale*. 1^e année, N. 4, 1929. pp. 506-523

_____. Mrs J. Savina et D. Bernard, Cahiers de doléances des sénéchaussées de Quimper et de Concarneau pour les États généraux de 1789. In: *Annales d'histoire économique et sociale*. 2^e année, N. 5, 1930. pp. 124-125.

LEFÈBVRE, M. A. Le congrès International de Géographie (1928). In: *Annales d'histoire économique et sociale*. 1^e année, N. 1, 1929. pp. 73-75.

LEUILLIOT, Paul. La colonisation française: un bilan officieux. In : *Annales d'histoire économique et sociale*, 1930, pp. 155-156

_____. L'Algérie sous la domination française. In : *Annales d'histoire économique et sociale*, 1932, pp. 108-109

_____. Mr Louis Mazoyer, Essai critique sur l'histoire du protestantisme français à la fin du XVIII^e siècle dans Bulletin de la Société d'Histoire du Protestantisme français. In: *Annales d'histoire économique et sociale*. 4^e année, N. 16, 1932. pp. 425-426.

_____. Notices politiques. In: *Annales d'histoire économique et sociale*. 1938, t. 10, n° 50

_____. Une description d'ensemble de l'Indochine. In: *Annales d'histoire économique et sociale*, 1930, pp. 158-159

MÉQUET, Georges. De l'empire des tsars à l'U.R.S.S. In : *Annales d'histoire Économique et Sociale*, 1936, t. 8, n° 37, pp. 102-103

_____. Autour du plan quinquennal. In: *Annales d'histoire économique et sociale*. 4^e année, N. 15, 1932. pp. 257-294;

_____. Les idées de Staline. In: *Annales d'histoire économique et sociale*. 1936, N. 37, pp. 106-107

MICHELET, Jules. *Histoire de France*. A. Lacroix et Compagnie, 1880 (Tome 1, pp. 1-365)

MONBEIG, Pierre. La Réforme Agraire en Espagne. In : *Annales d'Histoire Économique et Sociale*, n° 24, 1933, pp. 541-560

MONOD, Gabriel. Du progrès des études historiques en France depuis le XVI^e siècle. In : *Revue historique*, 1876, pp. 5-38

_____. (Il y a cent ans) Du progrès des études historiques en France depuis le XVI^e siècle. In : *Revue historique*, 1976, pp. 297-324

_____. Les études historiques en France. In : *Revue Internationale de l'Enseignement*, t. XVIII, Paris, 1889.

_____ & FAGNIEZ, G. Avant-Propos. In : *Revue historique*, 1876, pp. 1-4

PERRIN, Ch.-E. La société féodale. À propos d'un ouvrage récent. In: *Revue historique*, 1944, pp. 23-41, 114-131

PIRENNE, Henri. L'instruction des marchands au moyen âge. In: *Annales d'histoire économique et sociale*. 1^e année, N. 1, 1929. pp. 13-28.

_____. Un grand commerce d'exportation au moyen âge: Les vins de France. In: *Annales d'Histoire Économique et Sociale*, N. 21, 1933, pp. 225-243

SEIGNOBOS, Ch. *História da Civilização Européia*. Tradução de Vivaldo, Rio de Janeiro, Coaracy, José Olympio, 1939.

_____. *História Sincera da França*. Tradução revista por Anísio Teixeira, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1938.

_____. La dernière lettre de Charles Seignobos à Ferdinand Lot. In : *Revue Historique*, 1953, pp. 1-12

_____. L'enseignement de l'histoire comme instrument d'éducation politique. In : *Études de politique et d'histoire*, Paris, PUF, 1934, pp. 109-132

_____. *La méthode historique appliquée aux sciences sociales*. Éditeur Félix Alcan, Paris, 1901

SIEGFRIED, A. Charles Seignobos. In: *Revue historique*, 1942, pp. 193-203.

SIMIAND, François. Méthode historique et science sociale. In: *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations*. 15^e année, N. 1, 1960

USHER, Abbot Payton. Les archives historiques municipales de Barcelone. In: *Annales d'histoire économique et sociale*. 2^e année, N. 7, 1930. pp. 409-410.

VIGNOLS, Léon. Une source documentaire trop peu utilisée : les archives des anciennes amirautés françaises. In: *Annales d'histoire économique et sociale*. 2^e année, N. 8, 1930. pp. 565-571.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDERSON, Benedict. Imperialismo e nacionalismo oficial. In: *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo, Companhia das Letras, 2008.

ARRAIS, Cristiano P. Alencar. A Escola Metódica e o conhecimento histórico como problema. In: *Emblemas*, Catalão, v. 01, n. 02, 2006

_____. & BENTIVOGLIO, Julio. *As Revistas de história e as dinâmicas do campo historiográfico*. Serra: Editora Milofontes, 2017

BARROS, J. D'Assunção. A Escola dos Annales e a crítica ao historicismo e ao positivismo. In: *Revista Territórios e Fronteiras* V.3 N.1 – Jan/Jun 2010

BENTIVOGLIO, J. Marc Bloch. In: *A constituição da História como ciência: de Ranke a Braudel*. BENTIVOGLIO, Julio; LOPES, Marcos Antonio. (Org.). Petrópolis: Vozes, 2013.

_____. Cultura política e historiografia alemã no século XIX: a escola histórica prussiana e ahistorische zeitschrift. In: *Revista de Teoria da História* Ano 1, Número 3, junho/ 2010 Universidade Federal de Goiás ISSN: 2175-5892

BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: *Para uma história cultural*. RIOUX & SIRINELLI (Org.). Lisboa, Estampa, 1998

BLOCH, M. *Apologia da história ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge. Zahar Ed., 2001

_____. *Os reis taumaturgos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

BOAHEN, Albert Adu. África diante do desafio colonial. In: BOAHEN, Alber Adu (ed.). *História Geral da África, VII. África sob dominação colonial*. Brasília: UNESCO, 2010.

_____. Política e nacionalismo na África Ocidental, 1919-1935. In: BOAHEN, Alber Adu (ed.). *História Geral da África, VII. África sob dominação colonial*. Brasília: UNESCO, 2010.

BORGES, Clayton Ferreira e Ferreira. *Revue historique e revue de synthèse historique: o caso A. D. Xénopol*/ 2013. xv, 166 f. : Il, figs.

BORGES, Clayton Ferreira e Ferreira. *Por uma memória da Teoria: o conflito entre as gerações dos Metódicos e dos Annales*. Revista Expedições: Teoria & Historiografia | V. 6, N.2, Agosto -Dezembro de 2015

BOURDÉ, Guy & MARTIN, Hervé. *As Escolas Históricas*. Tradução de Anna Rabaça. Portugal: Europa-América, 1983.

BRAUDEL, Fernand. *Escritos sobre a história*. São Paulo: Perspectiva, 2014.

_____. *História e Ciências Sociais*. Lisboa, Editorial Presença, 1990.

_____. Histoire et Sciences sociales : La longue durée. In: *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations*. 13^e année, N. 4, 1958.

_____. Les “nouvelles” Annales. In: *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations*. 24^e année, N. 3, 1969. p. 571.

BURGUIÈRE, André. Histoire d'une histoire : la naissance des Annales. In: *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations*. 34^e année, N. 6, 1979.

BURKE, Peter. *A Escola dos Annales 1929-1989: a revolução francesa da historiografia*. São Paulo, Editora Unesp, 2010.

CAMPOS, Carlos Alexandre de Azevedo. A evolução do ativismo judicial na suprema corte norte-americana (II). In: *Revista do Instituto do Direito Brasileiro*, Vol. 2, 2013, nº 7, pp. 6515-6571

CÂNDIDO, R. & CLAVEL, I. Entrevista com Jean-François Sirinelli. In: *Revista Territórios & Fronteiras*, Cuiabá, vol. 8, n. 1, jan.-jun., 2015

CARBONELL, Ch. O. La naissance de la Revue Historique : une revue de combat (1876-1885). In : *Revue Historique*, t. 255, 1976

_____. L'histoire dite “positiviste” en France. In: *Romantisme*, 1978.

CERTEAU, Michel de. *A Escrita da história*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2013.

CEZAR, Temístocles. Fustel de Coulanges. In: *Lições de história. O Caminho da ciência no longo século XIX*. Porto Alegre: EdPUCRS; Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

CHAMPION, Edouard. *Les idées politiques et religieuses de Fustel de Coulanges*. Paris, Librairie-Éditeur, 1903.

CHÂTELET, François; DUHAMEL, Olivier; PISIER-KOUCHNER, Evelyne. *História das idéias políticas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

CORDEIRO JR. Raimundo Barroso. Lucien Febvre e Henri Berr, história. In: *Lições de história. Da história científica à crítica da razão metódica no limiar do século XX*. Porto Alegre: EdPUCRS; Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013

DESCHAMPS, Hubert. Nécrologie. Henri Labouret. In: *Journal de la Société des Africanistes*, 1959, tome 29, fascicule 2.

DOSSE, François. *A história*. Tradução de Maria Elena Ortiz Assumpção. Bauru, SP: EDUSC, 2003.

_____. *A história*. Tradução de Roberta Leal Ferreira. São Paulo: Unesp, 2012.

_____. *A história em migalhas: dos “Annales” à “Nova história”*. Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1992.

_____. *História e Ciências Sociais*. Trad. Fernanda Abreu. Bauru, SP : EDUSC, 2004

_____. História e historiadores no séc. XIX. In: *Lições de história: o caminho da ciência no longo século XIX*. Porto Alegre, FGV-EdiPUCRS, 2010

_____. *L’histoire en miettes: des Annales militantes aux Annales triomphantes*. In: *Espaces Temps*, 29, 1985. Cet obscur objet de l’histoire. 1. Une force trop tranquille.

_____. O acontecimento revisitado. In: *Renascimento do acontecimento: um desafio para o historiador: entre esfinge e fênix*. São Paulo, Editora Unesp, 2013

DURKHEIM, E. *As regras do método sociológico*. São Paulo: Edipro, 2012 (Texto originalmente publicado em 1895).

FEBVRE, Lucien. “Viver a história”. In: *Combates pela história*. Lisboa: Editorial Presença, 1989. Tradução: Leonor Martinho Simões e Gisela Moniz.

_____. François Simiand: Da teoria à realidade econômica. In: *Revista de história* (USP). Tradução de EMÍLIA NOGUEIRA, N. 176, SÃO PAULO 2017 [Original, 1930]

FERREIRA, Marieta de Moraes. Os professores franceses e o ensino da história no Rio de Janeiro nos anos 30. In: *IDEAIS de modernidade e sociologia no Brasil: ensaios sobre Luiz de Aguiar Costa Pinto*. Porto Alegre (RS), Ed. Universidade/UFRGS, 1999.

FINK, Carole. *Marc Bloch. Uma vida para la historia*. Tradução de Manuel Ardit. Universitat de València, 2004.

GENET, L. Blanchard (Marcel). Le second Empire. In: *Revue belge de philologie et d’histoire*, tome 30, fasc. 1-2, 1952.

GÉRARD, Alice. Histoire et politique: la revue historique face à l’histoire contemporaine (1885-1898). In: *Revue Historique*, 1976

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

_____. *Relações de força: história, retórica, prova*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002

GOMES, Tiago de Melo. A força da tradição: a persistência do Antigo Regime historiográfico na obra de Marc Bloch. *Varia História, Belo Horizonte*, 2006, vol, nº 36

GRAFTON, Anthony. *As origens trágicas da erudição*. São Paulo, Papirus, 1998

HARTOG, François; REVEL, Jacques (sous la direction de). *Les usages politiques du passé*. Paris: Éditions de l’École des Hautes Études en Sciences Sociales, 2001.

_____. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2015

HOBSBAWM, E.J. *Nações e nacionalismo desde 1780 : programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1990.

KIRSCHNER, Tereza Cristina. Ernest Lavisse. In: *Lições de história*. O Caminho da ciência no longo século XIX. Porto Alegre: EdPUCRS; Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

KOSELLECK, R. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Tradução de Wilma Patrícia Maas, Carlos Almeida Pereira. Revisão da tradução de César Benjamin. Rio de Janeiro: Contraponto/Editora PUCRio, 2006

LEFEBVRE, G. *El grande panico de 1789: la Revolución Francesa y los campesinos*. Barcelona, Ediciones Paidós, 1986.

LE GOFF, Jacques. *A história nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

_____. *História e Memória*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1990.

LEMOS, Guilherme Oliveira. *A historiografia sobre Congo e Angola do século XVI ao XVIII: Refletindo a partir dos Estudos Africanos e Pós-Coloniais*. Tese de mestrado, UnB, Brasília 2016

LOPES, Marcos A. Louis Bourdeau. In: *Lições de história*. O Caminho da ciência no longo século XIX. Porto Alegre: EdPUCRS; Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

LIMA, Andrew Guilherme Okamura. O duo de Estrasburgo e Paul Leuilliot: o nascimento da Revue des Annales d'Histoire Économique et Sociale. In *FACES DA HISTÓRIA*, Assis-SP, v.1, no1, jan.-jun., 2014.

LIMA, Michelle Schreiner. Jules Michelet. In: *A constituição da História como ciência: de Ranke a Braudel*. BENTIVOGLIO, Julio; LOPES, Marcos Antonio. (Org.). Petrópolis: Vozes, 2013.

MALATIAN, Teresa. Gabriel Monod. In: *Lições de história*. O Caminho da ciência no longo século XIX. Porto Alegre: EdPUCRS; Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

ESOAVELOMANDROSO, Manassé. Madagascar de 1880 a 1939: iniciativas e reações africanas à conquista e à dominação colonias. In: BOAHEN, Alber Adu (ed.). *História Geral da África, VII: África sob dominação colonial, 1880-1935*. Brasília: UNESCO, 2010

MARROU, Henri I. *Do conhecimento histórico*. 7ª Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1975.

MARTINS, Estevão de Rezende (org.). *A história pensada: teoria e método na historiografia europeia do século XIX*. São Paulo: Contexto, 2015

_____ & CALDAS, Pedro. “Leopold Von Ranke”. In: *A Constituição da História como Ciência*. BENTIVOGLIO, Júlio, LOPES, M. A. (organizadores), Petrópolis, Ed. Vozes, 2013.

MARTINS, Estevão, CALDAS, Pedro. “Leopold Von Ranke”. In: *A Constituição da História como Ciência*. Petrópolis, Ed. Vozes, 2013.

MASSUQUETTI, Angélica. A Dinâmica da Agricultura Francesa: inovação, transformação e identidade social. In *RESR*, Piracicaba, SP, vol. 48, nº 02, abr/jun 2010 – Impressa em mês 2010

MATA, Sérgio da. Leopold Von Ranke. In: *A história pensada: teoria e método na historiografia européia do século XIX*. Org. MARTINS, Estevão. São Paulo. Contexto, 2015

MOREIRA, José C. B. A Suprema Corte norte-americana. In: *Revista de Direito Administrativo* (FGV), Rio de Janeiro, nº 233, 2003

MUCCHIELLI, Laurent. Halbwachs no Collège de France. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 21, nº 40, 2001.

MÜLLER, Bertrand. Une espèce de petite révolution intellectuelle: la correspondance Bloch-Febvre. In: *Espaces Temps*, 59-61, 1995. Le temps réfléchi. L'histoire au risque des historiens, sous la direction de François Dosse.

NOIRIEL, Gérard. Préface. SEIGNOBOS, C. LANGLOIS, C. *Introduction aux études historiques*. Éditeur: ENS Éditions, Lyon, 2014.

NORA, Pierre. *Entre memória e história: a problemática dos lugares*. Tradução: Yara Aun Khoury. In Proj. História, São Paulo, dez 1993

_____. Ernest Lavisson son rôle dans la formation du sentiments national. In: *Revue Historique*, t. 228, 1962

PORTO, Nuno. Luiz Carrisso e depois: Museus, “ciências coloniais” e a “ocupação científica” das colônias. In: *Missão Botânica: Angola (1927-1937)*, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2005

PROST, Antoine. Charles Seignobos revisité. In: *Vingtième Siècle, revue d'histoire*, nº43, juillet-septembre 1994. Dossier : Histoire au présent de la "political correctness"

_____. *Doze lições sobre a história*. Belo Horizonte: Autêntica editora, 2008

REIS, José Carlos. “A Escola Metódica dita positivista”. In: *A história entre a filosofia e a ciência*. 2ª edição, Editora Ática, São Paulo, 1999.

_____. *Escola dos Annales: a inovação em história*. São Paulo. Paz e Terra, 2000

_____. *Nouvelle Histoire e o Tempo Histórico: a contribuição de Febvre, Bloch e Braudel*. São Paulo, Annablume, 2008

RÉMOND, René. Uma História presente. In: *Por uma história política*. RÉMOND, R. (Org.), Trad. Dora Rocha, FGV Editora, Rio de Janeiro, 2003

REVEL, Jacques. Histoire et sciences sociales : les paradigmes des Annales. In: *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations*. 34^e année, N. 6, 1979.

_____. *Proposições: ensaios de história e historiografia*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2009.

ROBIC, Marie-Claire. A Criação dos Annales de Géographie (1891): Estratégia Universitária e Geografia Humana. In: *Revista Continentes* (UFRRJ), ano 2, n.3, 2013

ROJAS, C. A. Marc Bloch: como e por que trabalha um historiador. In: *Lições de história*. Da história científica à crítica da razão metódica no limiar do século XX. Porto Alegre: EdPUCRS; Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

RÜSEN, Jörn. Narratividade e objetividade nas ciências sociais. In: *Textos de História*, v. 4, nº 1 (1996)

SAES, Laurent Azevedo Marques de. *A propriedade sob a República jacobina: o impacto da legislação revolucionária sobre a questão fundiária*. [dissertação de mestrado]. São Paulo, Universidade de São Paulo, 2008.

SARTRE, Jean Paul. *O existencialismo é um humanismo; A imaginação; Questão de método*. Seleção de textos de José Américo Motta Pessanha. São Paulo : Nova Cultural, 1987.

SCHWARCZ, Lilia. Jules Michelet. In: *Lições de história*. O Caminho da ciência no longo século XIX. Porto Alegre: EdPUCRS; Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

SANDRONI, Paulo. *Novíssimo Dicionário de Economia*. Editora Best Seller, São Paulo, 1999.

SILVA, Brunno da. Encontros entre história e sociologia: primeiros embates metodológicos na França. In: *História e Cultura*, Franca, v.3, n.3 (Especial), dez. 2014.

SILVA, Helenice R. da. Charles Seignobos. In: *Lições de história*. O Caminho da ciência no longo século XIX. Porto Alegre: EdPUCRS; Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

SOW, Alfa I. & ABDULAZIZ, Mohamed H. Língua e evolução social. In: *História Geral da África - VIII/ África desde 1935*. Brasília, Unesco, 2010

TESNIÈRE, Valérie. L'histoire aux éditions Alcan (1874-1939). In: *Vingtième Siècle, revue d'histoire*, nº28, octobre-décembre 1990. Dossier : Vichy, propagande et répression. pp. 15-28

WILLIAMS, Richard L. A Suprema Corte norte-americana. Trad. e notas de Ricardo Arnaldo Malheiros Fiuza (Coordenador da Escola Judicial do TJMG). In: *Revista da Faculdade de Direito* (UFMG), nº 26-27, 1984

WHITE, Hayden (1992). *Meta-história: a imaginação histórica do séc. XIX*. São Paulo: EDUSP, v.4.

_____. “Enredo e verdade na escrita da história”. In: MALERBA, Jurandir. *A história escrita: teoria e história da historiografia*. São Paulo, Ed. Contexto, 2006.